



SERPROS
FUNDO MULTIPATROCINADO



**RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES
2021**




Edição 2022



Sumário

Introdução	4
1. Mensagem da Diretoria Executiva	6
2. Fatos relevantes	9
2.1 Pessoas.....	9
2.2 Gestão de Riscos.....	15
2.3 Comunicação e Relacionamento.....	19
3. Governança do Serpros	23
3.1 Organograma.....	24
3.2 Mensagem dos conselheiros.....	25
4. Nossos Números	29
4.1 Patrimônio.....	29
4.2 Dados Previdenciários.....	31
4.3 Evolução do PGA.....	32
4.3.1 Contribuições recebidas.....	33
4.3.2 Despesas administrativas	34
5. Resultado Atuarial dos planos	35



5.1 PS-I.....	35
5.2 PS-II.....	39
5.3 Pareceres atuariais.....	45
6. Investimentos	77
6.1 Gestão dos investimentos	77
6.2 Princípios de Investimentos Responsáveis.....	88
6.3 Governança de investimentos.....	90
6.4 Resultados dos Investimentos.....	94
7. Informações Contábeis	101
7.1 Demonstrações contábeis.....	101

Introdução

O ano 2021 começou com notícias positivas para o Serpros, seus participantes e assistidos, com uma avaliação positiva de economicidade – estudo do Serpro que avaliou a capacidade do Serpros em gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição – e os planos PS-I e PS-II equilibrados.

As ações de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foram fortalecidas, tanto quanto os processos para a Gestão Baseada em Riscos e Compliance. A Equipe Serpros caminhou rumo ao Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, ação da Abrapp, Sindapp e ICSS, e conquistou o Selo de Engajamento, também promovido pela Abrapp e que gerou uma satisfação enorme.

O trabalho remoto se tornou bem natural para a Equipe Serpros, mesmo com parte dos empregados trabalhando presencialmente ou de forma híbrida. Com a transformação digital da entidade, foram criadas diversas soluções inovadoras nos processos, o que inclui treinamento e capacitação para a Equipe.

Serpros digital

Com os sistemas em nuvem, foram otimizados e desenvolvidos diversos serviços aos participantes e assistidos com foco na transformação digital. Com os novos formulários digitais, foi possível aceitar o certificado digital para validação das assinaturas; o aplicativo Serpros passou a ficar disponível para iPhones; diversas ações de educação financeira e previdenciária foram realizadas por meio dos canais de comunicação e relacionamento, como o Portal Conhecer e o apoio a uma pesquisa de mestrado para a elaboração de vídeos educativos sobre previdência e aposentadoria; foi realizado o lançamento do Museu Virtual Serpros e produzidas 10 lives.

A conquista de 59 novos participantes ao longo do ano foi um reconhecimento da dedicação da Equipe aos novos desafios para o relacionamento com os empregados da Patrocinadora.

Mais conquistas

Sobre as conquistas jurídicas, além das devidas punições da Previc aos ex-dirigentes; expurgos inflacionários; a conquista do Serpros no Caso Porcão merece destaque. Afinal, foram sete anos de luta judicial.

O Processo Eleitoral orientou e instruiu participantes e assistidos, oferecendo-lhes espaço para candidaturas, comentários e debates com total transparência, até a Posse dos novos diretores e conselheiros.

O Plano de Demissão Voluntária do Serpro teve total apoio do Serpros, por meio de campanha para agilizar e preparar todo o processo junto aos participantes, fornecendo-lhes todas as informações para tornar esse momento tranquilo e para que fizessem uma escolha consciente. Foram lives, atendimentos por vídeo, telefone, e-mail, atendimentos presenciais, personalizados, visitas às regionais, sem contar a ampla divulgação de materiais educativos sobre as opções do Serpros.

Enquanto tudo isso acontecia, um projeto estava em andamento: uma nova forma de fazer previdência. O Plano SER+ está saindo do forno e foi realizado o seu pré-lançamento, em uma live que reuniu centenas de interessados.

Com intuito de acompanhar o feedback dos interessados, a Pesquisa de Satisfação aberta a todos os participantes e assistidos apontou diversas melhorias nos serviços prestados.

Para tudo isso acontecer, a Equipe Serpros foi capacitada e atualizada, tanto por meio de webinários da Abrapp e instituições do segmento, como por treinamentos realizados pelos próprios profissionais da casa, cursos etc. Afinal, conhecimento conquistado não se perde.

Apesar de todo o abalo humanitário, econômico e social gerado pela pandemia, com a firme intenção de obter os melhores resultados possíveis para os planos de previdência do Serpros, a Política de Investimentos para 2022, aprovada pelo CDE, indica com transparência como serão alocados os investimentos.

Perspectivas

O Planejamento Estratégico do Serpros para 2022-2025 foi realizado com a definição das diretrizes e metas e, como parte das atividades envolvendo todos o corpo de empregados, líderes e diretores, foi realizada uma webinar para alinhar a construção do orçamento 2022, reforçando a inteligência financeira em todos os processos da entidade, trazendo à tona o conceito de ownership, fortalecendo o acompanhamento e controle das receitas e despesas administrativas. Também foi realizada uma imersão com a liderança para traçar os novos desafios a serem vencidos por toda Equipe do Serpros.

1. Mensagem da Diretoria



Prezados Senhores,

O ano de 2021 foi caracterizado pela ainda persistente pandemia da COVID-19, o que obrigou a manutenção do trabalho remoto para todos. Entretanto, as operações do Serpros não sofreram descontinuidades, pois cada um dos nossos colaboradores se desdobrou de forma criativa e empreendedora para a superação de qualquer dificuldade que surgisse. Cabe aqui o agradecimento ao esforço e dedicação demonstrados pelo corpo gerencial e funcional.

Entre as principais atividades executadas em 2021, chama a atenção as eleições que foram realizadas para o preenchimento das vagas nos conselhos deliberativo e fiscal. Esse importante ato de agregar cada vez mais valor à integração das partes interessadas no nosso negócio propiciou uma importante renovação das lideranças nos órgãos estatutários, da qual depende fundamentalmente o processo de tomada de decisões no âmbito da organização em prol dos serviços aos participantes dos planos de benefícios programados.

Em paralelo, intenso trabalho de coordenação, capitaneado pelo Conselho Deliberativo, foi a adaptação do Estatuto às necessidades demonstradas pela Patrocinadora

e o atendimento as determinações contidas na resolução n.º 35/2019 do CNPC que culminou, em 25/2/2022, com a submissão à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) do Estatuto reformado. Como marco importante nessa alteração está a possibilidade de o Serpros administrar fundos instituídos junto a associações e entidades públicas e privadas, bem como prestar serviços a terceiros na sua qualificação de um fundo multipatrocinado.

A partir de setembro/2021, tomaram posse os novos conselheiros e uma nova diretoria que, ao mesmo tempo que dava continuidade a administração dos planos em curso, deu início a revisão do planejamento estratégico a partir de diretrizes elaboradas pelo Conselho Deliberativo, em uma visão plurianual, 2022-2025. Essas diretrizes revelaram a necessidade de serem detalhadas ações que conduzissem o Serpros para um novo patamar de realizações, tanto pelas oportunidades visualizadas com as alterações estatutárias em curso e com a expansão da fronteira de negócios, quanto na modernização dos processos com ênfase no usos das tecnologias da informação e comunicação.

Nesse sentido, pela demonstração da possibilidade de trabalho remoto, tornado possível na emergência de se manter isoladas as pessoas por conta da contaminação trazida pelo vírus, confirmou e convenceu a administração de que o Serpros será uma organização 100% digital e virtual, com fortes economias na gestão operacional e, dessa forma, propiciar estar presente mais fortemente junto aos participantes para atender suas necessidades em receber os benefícios programados, de forma mais efetiva e de melhor qualidade, implantando a Transformação Digital e a Transformação Institucional, como novos paradigmas de levar a entidade classificada como fundo de pensão para ser uma operadora de planos previdenciários e uma plataforma para servir seus clientes, participantes e assistidos, em muitos outros serviços.

Além disso, em ação de grande impacto, foi introduzida a produção de um orçamento para o PGA em 2022 participativo e que permitirá uma gestão otimizada da ação administrativa.

Fechamos o ano de 2021 com uma avaliação atuarial de que o patrimônio de cobertura sofreu os impactos da redução da atividade econômica, recrudescida e muito intensa no segundo semestre desse ano, o que não permitiu desempenho que pudesse atender a taxa atuarial. Mas, mesmo assim, o desempenho dos ativos aplicados em vários tipos de investimentos, produziram resultados e rentabilidade muito superior ao que conseguiram instituições financeiras que operam no segmento privado de planos previdenciários.

Por fim, esta administração tem a fé de que com a integração entre as partes interessadas, participantes ativos e assistidos, patrocinadoras, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e a Aspas, dentro do regramento estabelecido para o sistema de previdência pela Previc, os resultados esperados se reverterão fortalecendo as garantias de melhores serviços a cada dia.

O Serpros está onde você está!

Saudações.



2. Fatos Relevantes

2.1 Pessoas



Quadro Pessoal

O quadro de pessoal com **88 colaboradores**, sendo:

- 83 empregados;
- 3 Diretores;
- 1 empregado cedido;
- 1 estagiário.

O Serpros possui uma equipe técnica multidisciplinar, altamente qualificada, com cerca de 20 profissionais certificados, 14 gerentes e coordenadores graduados e pós-graduados em Administração, Contabilidade, Auditoria, Gestão de TI, Direito, Planejamento, Finanças e Previdência Complementar (alguns com mais de 25 anos de experiências no gerenciamento de entidades de previdência complementar fechada) e mais de 50 analistas com formações diversas.

A formação acadêmica é um ponto forte da equipe do Serpros: 58% dos empregados têm pós-graduação, especialização, mestrado. E 22% têm curso superior completo.

Aliando a expertise de profissionais altamente qualificados e a tecnologia e criatividade de jovens talentos, administramos com segurança, inovação e tecnologia o desempenho de planos no mercado de Previdência Complementar.

Nas áreas de investimentos 100% dos analistas, a partir do nível pleno, possuem certificação, além dos gerentes e diretoria. 20% de todo o quadro funcional possui certificação.

Além disso, 80% dos empregados que compõem os comitês consultivos possuem certificação em diversos níveis. Aqueles que ainda não estão certificados estão realizando curso para obter a certificação estando no prazo previsto em legislação vigente.

O Serpros possui representatividade em 80% dos grupos técnicos do segmento, tendo 08 empregados como membros efetivos de Comissões e Comitês Técnicos da Abrapp.



Trabalho Remoto

Em 2021 a Diretoria Executiva oficializou o teletrabalho permanente, visando modernizar a estrutura e cultura, tornando a entidade mais atrativa para os talentos, aumentando a performance das equipes, fomentando as relações de confiança, promovendo a redução qualitativa de despesas administrativas e operacionais e promovendo a qualidade de vida dos empregados e o incentivo a vida familiar. Os termos aditivos do teletrabalho foram elaborados e aprovados juridicamente, tendo sido firmados e colocados em prática nas primeiras semanas em 2021.

Devido ao investimento que o Serpros fez em tecnologia ao longo dos últimos anos, foi possível conectar toda a equipe, desde o início da pandemia, em pontos de trabalho remotos, em suas residências ou em outras cidades.

Os processos seletivos, por exemplo, ocorreram virtualmente. Com o apoio da tecnologia e técnicas de gestão para o engajamento da equipe, mesmo à distância, o Serpros não apenas obteve um bom desempenho como também acelerou o desenvolvimento de novas

relações de trabalho.

Em suas residências

Ao longo do ano, os empregados receberam do Serpros infraestrutura suficiente para manter suas atividades em casa.

Alimentação ou refeição

Opção de adequar o percentual do benefício para comprar alimentos ou pedir entregas de restaurantes.

Mobiliário

Possibilidade de transferir cadeiras, monitores e suporte de pés para a residência.

Equipamentos

Computadores, monitores e fones de ouvido também puderam ser levados para casa.

e-Books

O Serpros preparou cartilhas e orientadores sobre:

- reuniões virtuais,
- ergonomia,
- trabalho remoto, com orientações para o empregado melhorar suas condições no ambiente de trabalho em casa,
- reuniões virtuais,
- gestão orçamentária,
- eventuais comparecimentos presenciais às instalações do Serpros,
- avaliação de desempenho,
- apoio à cultura de Feedback.

Liderança Remota

O Serpros, sempre buscando ser mais, visando modernizar sua estrutura e cultura e focando em equipes de alta performance, está investindo na mudança de mindset dos seus gestores, o que é fundamental para exercer a liderança de fato, em especial em trabalho remoto, e propiciar uma mudança geral dentro da organização.

A intenção é se preparar adequadamente para o que o mercado vem chamando de remote first, um conceito que torna o trabalho remoto como a principal opção para os funcionários. A tradução livre significa “remoto primeiro”, ou seja, a prioridade é que o trabalho seja remoto, mas se houver necessidade ou interesse, os gestores e funcionários podem, excepcionalmente, trabalhar no escritório.

As empresas que operam no modelo remote first costumam ter um espaço, reduzido, que geralmente funciona de forma compartilhada, como os coworkings, para eventualmente resolver essas necessidades diversas.

Num primeiro momento todos os gestores e a diretoria do Serpros foram inscritos em treinamento sobre Liderança Officeless, que objetiva ajudar líderes a criar equipes com pessoas mais produtivas, mais engajadas e mais realizadas, independentemente de suas localizações, fomentando relações de trabalho baseadas em autonomia, propósito e confiança, permitindo, assim,



o crescimento exponencial não só do Serpros, mas também das pessoas que fazem o Serpros, possibilitando que elas desenvolvam seu máximo potencial. Futuramente, treinamentos semelhantes serão estendidos a outros funcionários.

Certos de que o trabalho remoto tem sido muito apreciado pelos funcionários, que ao longo do ano de 2021 tem operado nessa modalidade, sem ter sido observada qualquer anomalia, ao contrário, com entregas de resultados absolutamente dentro do esperado, investiremos cada vez mais nessa direção.

E é com esse olhar que o Serpros sai na frente para formar líderes preparados para essa nova forma de trabalho e de

Qualidade de Vida

Vacinação contra gripe

A recomendação para a vacinação contra a gripe (H1N1), realizada anualmente, foi reforçada no ano de 2021, para evitar que os sintomas fossem confundidos com os da Covid-19.

A vacinação ocorreu no início de maio, com adesão de 65% do quadro de empregados. Foram oferecidas doses da vacina tetravalente gratuitamente e prioritariamente aos empregados, devido à escassez de vacinas no mercado. Em seguida, a vacinação foi estendida aos dependentes, por ordem de inscrição, sendo o valor custeado pelo empregado.



Vacinação covid-19

Considerando o momento pandêmico e em atendimento ao Programa de Proteção à Saúde do Serpros, que visa garantir um ambiente de trabalho seguro para todos, foi promovida campanha, com a área de Pessoas, incentivando a vacinação completa, frisando todas as doses para imunização contra o novo coronavírus.

Maternidade e Paternidade

Como integrante do programa Empresa Cidadã, da Receita Federal, o Serpros concede licenças maternidade e paternidade em períodos maiores do que os determinados pela legislação, em prol do bem-estar da família, inclusive em casos de adoção.

Em 2021, foram duas licenças-maternidade de 180 dias e duas licenças-paternidade de 20 dias, ambas com possibilidade de serem agregadas às férias de 30 dias.

Selo de Engajamento Abrapp

O Serpros conquistou o Selo Nacional de Engajamento da Abrapp, ficando entre as cinco entidades no ranking da categoria Entidades Grandes. O resultado do programa foi apresentado durante o 42º Congresso Brasileiro de Previdência Privada da Abrapp.

O objetivo do Selo é o fortalecimento da cultura organizacional e o papel das lideranças, avaliando o vínculo formado entre a entidade e seus empregados, fazendo com que o ambiente de trabalho seja produtivo e contributivo entre todos. Desta forma, a conquista é um reconhecimento ao Serpros e seus profissionais, que se identificam com os valores e objetivos da empresa, sentindo-se realizados ao desempenhar suas atividades no ambiente de trabalho, com postura empenhada, colaborativa e otimista.

O Selo é uma iniciativa do Comitê de Gestão de Pessoas da Abrapp, o qual o Serpros compõe há cerca de 9 anos, sendo representado pela Coordenadora de Pessoas, Elizabeth Moitinho, em parceria com o Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC).



2.2

Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance



A gestão de riscos busca manter o Serpros em contínua implementação de controles eficientes e eficazes, a fim de minimizar possíveis situações adversas, se mantendo firme na missão de administrar planos e garantir o pagamento dos benefícios previdenciários com efetividade e transparência, proporcionando segurança com sustentabilidade a seus participantes, assistidos e beneficiários.

Ao longo do ano de 2021, a entidade incrementou as ações conjuntas para gerenciamento dos riscos corporativos e implantação de ações para a blindagem do Serpros contra eventos negativos que possam impactar o atingimento da missão institucional e dos objetivos organizacionais traçados, dentre as quais destacam-se:

- Disseminação da cultura para capacitação dos colaboradores por meio da realização de palestras sobre “Riscos, Controles Internos e Compliance” e “Compliance e Ética”; publicação de matérias/artigos acerca dos temas “Integridade”, “Programa de Compliance” e “4 Ks do Compliance”; e, divulgação de um total de 51 “pílulas de conhecimento”, via Intranet;
- Realização de reuniões/dinâmicas envolvendo gestores e pontos focais das áreas, sob condução do Setor de Riscos, Controles Internos e Compliance (SRCC – 2ª Linha), no processo de autoavaliação assistida dos riscos inerentes às atividades desempenhadas na entidade;
- Execução de testes para certificação dos controles implementados pelas áreas operacionais, relativos ao 2º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles;
- Complementação da normatização interna da área, a partir da elaboração da Política de “Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo” e das Normas de: “Controles Internos e Compliance”, “Gerenciamento de Riscos Corporativos” e “Avaliação Reputacional”, em consonância ao disposto nas melhores práticas e na legislação vigente.

2º Ciclo de Gerenciamento de Riscos

Os ciclos de gerenciamento de riscos são atividades conduzidas pela 2ª Linha com o intuito de identificar, avaliar e tratar os riscos inerentes às atividades desempenhadas na entidade, possibilitando o monitoramento contínuo da efetividade dos controles.

Os trabalhos executados resultam em oportunidades de melhoria sugeridas pelo SRCC para mitigação dos riscos identificados, o que culminou no estabelecimento de 65 planos de ação com prazos pactuados pelos gestores das áreas para implementação entre 2020 e 2023, considerando os respectivos níveis de complexidade, custos, parametrizações de sistemas e recursos humanos necessários, os quais são monitorados até a implementação na íntegra.

Concluído o 2º Ciclo (Ondas 1, 2 e 3), observou-se a significativa redução dos déficits de controle e dos riscos residuais, em comparação com o 1º Ciclo, demonstrando a contínua evolução e robustez do Sistema de Controles Internos do Serpros, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Áreas avaliadas	Impacto		Probabilidade		Risco Inerente		Déficit de Controle		Risco Residual	
	1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo
Média (1ª Onda - 2º Ciclo)	-	37,85	-	32,05	-	34,95	-	18,05	-	6,31
Média (2ª Onda - 2º Ciclo)	-	58,01	-	34,48	-	46,24	-	28,90	-	13,36
Média (3ª Onda - 2º Ciclo)	-	43,83	-	49,22	-	46,52	-	27,29	-	12,70
Média Global (Consolidada por Ciclo)	56,46	44,88	45,06	36,58	50,76	40,73	41,58	23,85	21,11	9,71

Atividades de Compliance

- **Gap Analysis:** Análise da legislação aplicável ao segmento de previdência complementar fechada, com vistas à conformidade legal – elaboração de 20 documentos, divulgados para conhecimento das áreas e da Alta Administração (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal), permanecendo disponibilizados na Intranet para consulta permanente;
- **Obrigações Institucionais:** Monitoramento realizado quanto às obrigações (legais e próprias) sob responsabilidade das áreas, em consonância ao disposto na legislação vigente e nas diretrizes estabelecidas internamente, conforme



registros reportados mensalmente à Diretoria Executiva, em relatório específico – total de 1.064 obrigações monitoradas pela 2ª Linha no ano de 2021;

- **Background Check:** Avaliação de integridade reputacional acerca de colaboradores e terceiros que mantenham (ou possam vir a manter) relacionamento com a entidade, focando no conhecimento de clientes, empregados, fornecedores de serviços e parceiros de negócio, em consonância ao Programa de Compliance do Serpros para Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD-FT) – emissão de 76 documentos;
- **Base de Perdas Operacionais:** Registro periódico de ocorrências pertinentes a perdas financeiras e/ou falhas operacionais – quantitativo total de 85 registros até dezembro/2021;
- **Reportes periódicos à Alta Administração:** (i) relatórios mensais (conformidade das obrigações institucionais) e trimestrais (pertinentes aos resultados do plano de trabalho de gerenciamento de riscos, controles e compliance) - encaminhados à Diretoria Executiva para posterior ciência aos Conselhos Deliberativo e Fiscal; (ii) apresentações bimestrais ao Conselho Fiscal sobre a implementação dos ciclos de avaliação de riscos e controles; (iii) apresentações periódicas à Auditoria do Serpro para demonstração dos trabalhos realizados, bem como ao Comitê de Auditoria do referido patrocinador; (iv) dentre outras demandas de órgãos internos e/ou externos, incluindo a Auditoria Interna do Serpros.

2.3

Comunicação e Relacionamento



A Comunicação e o Relacionamento do Serpros atuaram promovendo ações para fortalecer e preservar a imagem institucional da entidade, com transparência e garantindo a satisfação dos participantes e assistidos, bem como para atrair potenciais participantes.

- Produção de lives e vídeos;
- Desenvolvimento de artes e conteúdos;
- Elaboração de Campanhas Internas e Externas;
- Lançamento e gestão do Museu Virtual;
- Participação no pré-lançamento do Plano SER+ : Envio de EMM SER+ ; Elaboração de página especial SER+;
- Pesquisa de Satisfação;
- Boas-vindas aos novos inscritos;
- Desenvolvimento de formulários digitais para requerimentos;
- Interação de certificado digital nos processos.

Em 2021, engajamos os empregados nas ações da entidade, por meio de mais de 300 postagens na Intranet, alcançando 1.895 reações dos empregados (curtidas e comentários), sobre os temas:

- Avaliação de Desempenho;
- Avisos e lembretes;
- Datas comemorativas;
- Comunicados das áreas;
- Convites;
- Divulgação de eventos/seminários/cursos;
- Educação previdenciária;
- Divulgação e publicação de documentos institucionais;
- Educação previdenciária;
- Endomarketing;
- Governança;
- Gestão de Riscos;
- LGPD;
- Orientações e treinamentos;
- Planejamento Estratégico e TI.

Os principais assuntos divulgados nos canais externos do Serpros foram:

- Planos (PS-I, PS-II e SER+): vantagens, evolução, orientações, requerimentos, tutoriais, notícias);
- Empréstimos;
- Plano de Demissão Voluntária (PDV Serpro);
- Captação de novos e desistentes;
- Eleições (processo e posse);
- Gestão e transparência;
- Gestão de riscos; LGPD;
- Eventos e comemorações;
- Treinamentos;
- Selos Abrapp;
- Investimentos.

Os principais assuntos divulgados nos canais externos do Serpros foram:

- Planos (PS-I, PS-II e SER+): vantagens, evolução, orientações, requerimentos, tutoriais, notícias);
- Empréstimos;
- Plano de Demissão Voluntária (PDV Serpro);
- Captação de novos e desistentes;
- Eleições (processo e posse);
- Gestão e transparência;
- Gestão de riscos; LGPD;
- Eventos e comemorações;
- Treinamentos;
- Selos Abrapp;
- Investimentos.

Canais (totais):

- Site Institucional - 427.277 acessos;
- Portal Conhecer - 7.975 acessos;
- APP Serpros - 1.328 downloads em 2021;
- Informativo Serpros em Dia - 49 envios;
- E-mail marketing - 21 envios;
- Alerta Serpros - 33 envios;
- Informe Institucional - 12 envios;
- Youtube - 5.058 mil visualizações;
- Facebook - 315 interações; 92 publicações; 689 seguidores;
- Instagram - 4.592 interações; 169 publicações; 546 seguidores;
- LinkedIn - 959 interações; 65 publicações; 1.347 seguidores;
- Imprensa - 56 matérias publicadas.

Conquistamos 59 novos participantes e fizemos mais de 28 mil atendimentos a participantes e assistidos (28.287) por meio dos nossos canais de atendimento. A Equipe registrou 29 elogios formais ao longo do ano.

Para os atendimentos, os participantes e assistidos utilizaram os seguintes canais (totais):

- Telefone (0800) - 11.545
- E-mail - 12.725
- Fale Conosco - 1.141
- Presenciais - 726
- Vídeo chamada - 75

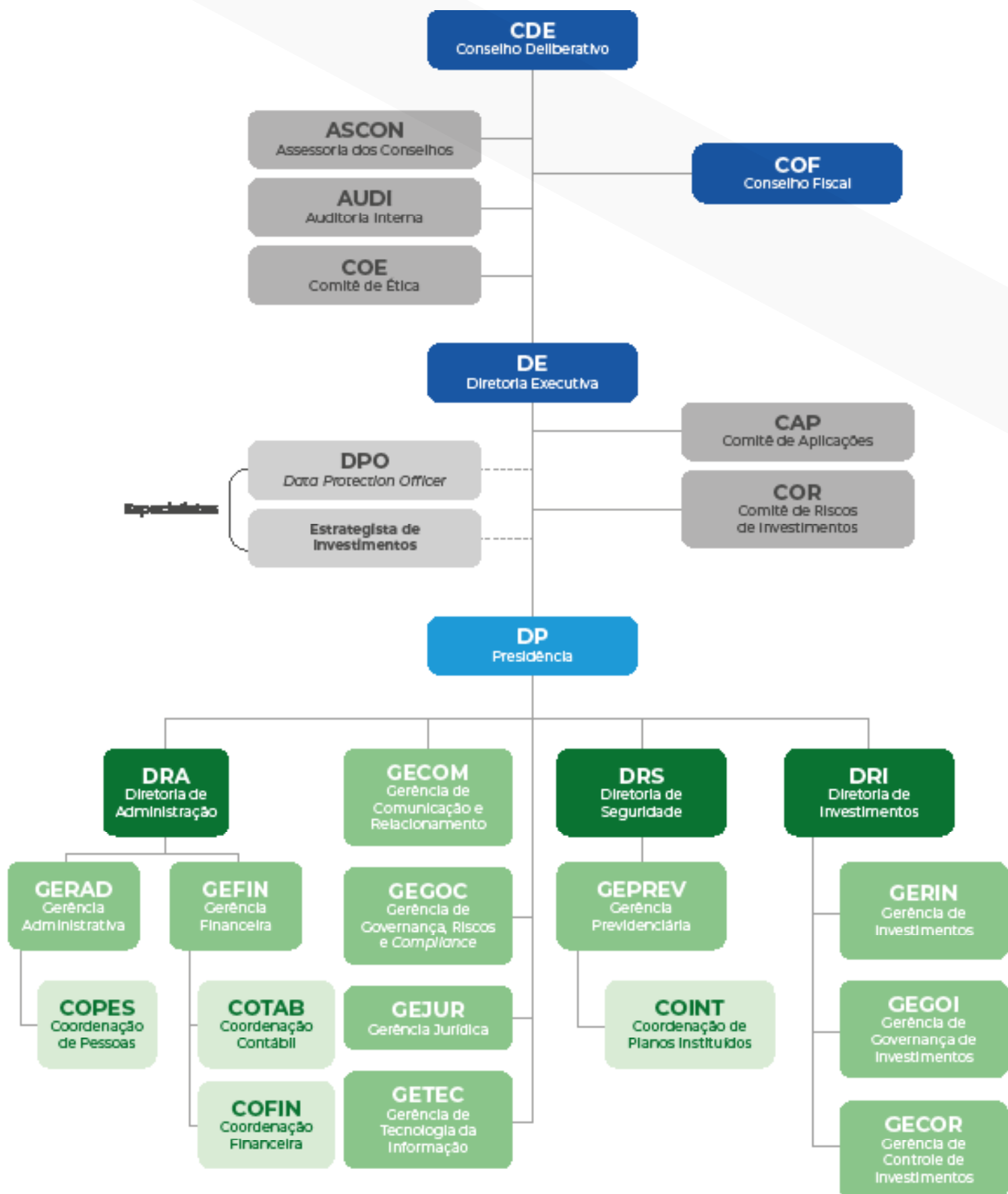
Além disso, foram recebidos **84 documentos por Correios ou de forma presencial**, registradas **893 Habilitações de processos** no ano e **1.097 contatos ativos** (telefone e e-mail).



3. Governança do Serpros

3.1 Organograma





3.2

Mensagem dos conselheiros

Mensagem do Conselho Deliberativo

O ano de 2021 ainda transcorreu com o efeito da pandemia da Covid-19 sobre as pessoas e as organizações. Entretanto, a Entidade já se encontrava em plena adaptação às mudanças, com todas as medidas de não propagação do vírus adotadas, inclusive a instituição do teletrabalho, o que assegurou a continuidade de negócios e a disponibilidade integral dos serviços sem que nenhum evento afetasse o desempenho da entidade, o patrimônio e a tranquilidade de Participantes e Assistidos. E nesse esforço, destacou-se a sinergia entre o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria-Executiva, com a composição renovada pela eleição e indicação de novos membros, aliados ao corpo gerencial, aos empregados, aos prestadores de serviços, aos parceiros, entre outros, e ao apoio recebido do Patrocinador Fundador Serpro.

O Conselho Deliberativo, em particular, decidiu por importantes avanços estratégicos, sempre com foco na perenidade dos planos de benefícios previdenciários: Plano Serpro I (PS-I) e Plano Serpro II (PS-II) e na tranquilidade de Participantes e Assistidos, tais como (i) definimos as estratégias e supervisionamos a gestão executiva da Entidade baseada em riscos, por meio da Declaração de Appetite a Riscos (DAR), definida pelo pleno do CDE, para o exercício de 2021; (ii) definimos as alterações do Regulamento do Plano Serpro II (PS-II) e do Estatuto do Serpros, encaminhados ao Patrocinador Serpro, para aprovação, com avanços importantes à Entidade e seus Participante e Assistidos; (iii) seguimos o exercício de 2021, com políticas de Investimentos mantendo o foco na segurança, liquidez e rentabilidade para o equilíbrio financeiro e atuarial dos planos, com resultados satisfatórios, mesmo diante de um cenário econômico desafiador; e (iv) ao findar do exercício de 2021, definimos juntamente com a Diretoria-Executiva o Planejamento Estratégico, instituindo um ciclo de 4 anos (2022-2025), com diretrizes e

aspectos fundamentais para elevar o Serpros a um patamar de excelência em gestão de investimentos e eficiência em negócios.

Essas decisões objetivaram sempre o fortalecimento da nossa governança corporativa, a otimização dos processos da Entidade e a valorização do nosso capital humano, que fazem acontecer um Serpros cada vez mais forte!

Portanto, temos a convicção de que sempre haverá desafios a serem enfrentados e oportunidades a serem exploradas, porém seguiremos comprometidos com uma gestão responsável, transparente e de riscos gerenciados. Seja bem-vindo 2022!

Mensagem do Conselho Fiscal

No ano de 2021, a exemplo dos anos anteriores, em continuidade ao importante trabalho iniciado, em maio de 2016, pelo Interventor nomeado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o Conselho Fiscal (COF), órgão de fiscalização e controle interno do Serpros, manteve-se atento às suas competências no acompanhamento e análise sistemáticas dos atos de gestão e decisões do Conselho Deliberativo (CDE) e da Diretoria-Executiva (DE), bem como da atuação dos comitês institucionais de apoio à DE, como o Comitê de Aplicações (CAP) e o Comitê de Riscos de Investimentos (COR), incluindo os controles internos dos principais processos da entidade, recomendando e sugerindo, sempre que necessário, conformidades e melhorias fundamentais à sustentabilidade dos planos de benefícios administrados pelo Fundo. Nesse sentido, a partir do acurado exame das atas das reuniões ordinárias

e extraordinárias do CDE, DE, CAP e COR, e das notas técnicas emitidas em amparo às respectivas decisões desses agentes, o controle da legalidade de suas atuações, em função dos requisitos de certificações, do atendimento às auditorias do patrocinador Serpro, dentre outras competências, os trabalhos deste Conselho foram lavrados em atas disponíveis no sítio eletrônico do Sepros, na área restrita dos Participantes e Assistidos, conferindo transparência e publicidade à governança e ao sistema de controles internos da entidade. Vale ressaltar o trabalho ininterrupto, em meio a um ano de processo de renovação de parte dos membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal (titulares e respectivos suplentes), bem como a condução de novos membros da Diretoria-Executiva.

Outro aspecto importante, em 2021, foi a pandemia do Covid-19, como sabido, que ainda marcou sensivelmente a economia, no Brasil e no mundo, e os investimentos realizados pelo Serpros. Notadamente, os investimentos de riscos tiveram desempenho abaixo da meta atuarial prevista para ano, ressaltando o aumento do deficit do Plano Serpro I (PS-I), e a interrupção do pagamento do superavit aos Assistidos, que exigiu deste Conselho um enorme esforço de estudo e análise das exigências da Resolução nº 30/2018, do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPc), que regulamenta a distribuição de superávits, atestando a existência, no Serpros, de controles internos destinados a assegurar o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

Em relação à Gestão dos Planos de Benefícios, no que diz respeito à Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais e Econômico-financeiras, destacou-se que, devido às movimentações advindas da adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) do Patrocinador Serpro, realizado em 2020, os reflexos foram sentidos no primeiro semestre de 2021, período previsto para opção pelos institutos previdenciários ou obtenção de aposentadoria, conforme o regulamento de cada um dos planos. Ademais, tanto o deficit técnico ajustado do Plano Serpro I (PS-I) quanto os superávits registrados pelo Plano Serpro II (PS-II), e suas variações, foram acompanhadas rigorosamente, pelo Conselho Fiscal, ao longo do exercício de 2021.

Dessa forma, o Conselho Fiscal, integrando a governança corporativa do Serpros, vem reiterar o seu compromisso com uma atuação efetiva em defesa da entidade, contribuindo com ações e resultados de proteção ao patrimônio dos Participantes e Assistidos. Muito Obrigado a todos.



4. Nossos Números

4.1 Patrimônio



Consolidação das Demonstrações Contábeis

Foram realizados os ajustes e eliminações de consolidação em atendimento ao disposto na Instrução Previc nº 31/2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44/2021, que estão discriminadas a seguir.

Relatório Anual de Informações de 2022

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Disponível	4	1	15	276	296	296
Realizável	2.697.852	1.953.227	2.438.806	82.136	94.537	7.077.483
Gestão Previdencial	5.819	6.413	40.635	-	0	52.867
Gestão Administrativa	41.625	20.883	32.029	1.401	-94.537	1.401
Investimentos	2.650.408	1.925.931	2.366.141	80.735	-	7.023.215
Permanente	-	-	-	15.755	-	15.755
Imobilizado	-	-	-	15.598	-	15.598
Intangível	-	-	-	157	-	157
Total do Ativo	2.697.856	1.953.228	2.438.821	98.167	-94.241	7.093.534

Passivo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Exigível Operacional	7.181	21.286	164.857	3.630	-	196.953
Gestão Previdencial	3.056	20.648	162.395	-	-	186.100
Gestão Administrativa	-	-	-	3.630	-	3.630
Investimentos	4.125	637	2.462	-	-	7.224
Exigível Contingencial	5.372	6.632	916	-	-	12.921
Gestão Previdencial	3.745	5.862	-	-	-	9.607
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-
Investimentos	1.627	770	916	-	-	3.314
Patrimônio Social	2.685.303	1.925.310	2.273.047	94.537	(94.537)	6.883.660
Patrimônio de Cobertura	2.638.353	1.648.671	2.235.488	-	-	6.522.512
Provisões Matemáticas	2.878.531	1.487.973	2.235.488	-	-	6.601.993
Benefícios Concedidos	2.202.744	1.487.973	-	-	-	3.690.717
Benefícios a Conceder	793.671	-	2.235.488	-	-	3.029.159
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(117.884)	-	-	-	-	(117.884)
Equilíbrio Técnico	(240.178)	160.698	-	-	-	(79.480)
Resultados Realizados	(240.178)	160.698	-	-	-	(79.480)
Superávit Técnico acumulado	(240.178)	160.698	-	-	-	(79.480)
Fundos	46.950	276.639	37.559	94.537	(94.537)	361.148
Previdencial	-	255.466	2.050	-	-	257.517
Administrativo	41.625	20.883	32.029	94.537	-	189.074
Investimentos	5.326	289	3.479	-	(94.537)	9.094
Total do Passivo	2.697.856	1.953.228	2.438.821	98.167	(94.537)	7.093.534

4.2

Dados Previdenciários

Estatística de participantes, assistidos e dependentes

O Serpros possuía, em 31 de dezembro de 2021, a seguinte quantidade de participantes:

Plano Serpro I (PS-I)		Plano Serpro II (PS-II)	
Saldados	1.654	Ativos: Incluindo Migrados	4.982
Autopatrocinados	7	Ativos: Oriundos do PS-I Saldado	1.333
Auxílio Doença/Acidente de Trabalho	1	Autopatrocinados	28
Aposentadoria programada	3.100	Auxílio Doença	14
Invalidez	409	Aposentadoria programada	784
Pensão por Morte	660	Invalidez	80
Pecúlio por Morte	62	Pensão por Morte	157
Beneficiários de Pensão	715	Pecúlio por Morte	38
Total Dependentes	10.744	Beneficiários de Pensão	214
		Total Dependentes	13.424

4.3

Evolução do PGA

Registros e controles inerentes às atividades da administração dos Planos de Benefícios. O Serpros, atendendo à determinação legal contida na Resolução CGPC 29/2009, efetua suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), aprovado pelo CDE - Conselho Deliberativo, conforme Deliberação 23 de 11/12/2019.

O quadro a seguir apresenta as movimentações da gestão administrativa:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Detalhamento - Gestão Administrativa	2021	2020
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	95.591	99.230
Custeio da Gestão Administrativa	27.725	21.624
Despesas Administrativas	(28.779)	(25.324)
Pessoal e Encargos	(21.311)	(18.223)
Treinamentos / congressos e seminários	(234)	(127)
Viagens e estadias	(27)	(95)
Serviços de terceiros	(3.826)	(3.768)
Despesas gerais	(968)	(737)
Depreciações e amortizações	(309)	(314)
Tributos	(1.812)	(1.708)
Outras Despesas	(270)	(338)
Despesas com Fomento	(23)	(14)
Constituição/Reversão de Contingências	-	61
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	-1.054	(3.639)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	94.537	95.591

Nos exercícios sociais de 2021 e 2020 o SERPROS investiu R\$ 23 mil e R\$ 14 mil, respectivamente, em despesas com fomento aprovadas nas peças orçamentárias anuais.

Neste exercício social de 2021 o fundo administrativo foi revertido no valor de R\$1.054 mil (R\$ 3.639 mil em 2020), principalmente em virtude da queda nos rendimentos dos investimentos do PGA.

4.3.1 Contribuições recebidas

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	PSI	PSII BD	PSII CD	2021	2020
Contribuições do mês	2.514	1.106	24.595	28.215	16.987
Patrocinadora	2.066	551	12.273	14.890	9.163
Participantes	448	550	12.306	13.304	7.776
Autopatrocinados	-	5	16	21	48
Contribuições contratadas	-	-	(0)	(0)	(0)
Parcela a amortizar Dotação Inicial	850	184	794	1.828	1.828
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	185	801	986	986
Parcela a amortizar Aporte	-	78	32	110	110
Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	7.524	2.061	9.585	9.585
Prestação + Encargos - PCLD	(850)	(7.971)	(3.688)	(12.509)	(12.509)
Adiantamentos	120	5	-	125	58
Depósitos Judiciais/Recurais	2.890	5.300	-	8.190	5.893
Outros Realizáveis	294	3	16.041	16.337	11.243
Outros	294	3	16.041	16.337	11.406
Consolidação das Demonstrações	-	-	-	0	-163
Total	5.818	6.413	40.636	52.867	34.181

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/2009, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Na retomada dos pagamentos, o SERPRO, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União, não quitou o valor integral da dívida. Sendo assim, no exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial e atualização monetária), o Serpros ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400, em trâmite na 9ª Vara Federal do DF.

4.3.2 Despesas administrativas

Despesas Administrativas	28.778.415,07
Receitas	27.724.778,51
Nº Participantes	13.209
Despesas com Pessoal	21.310.659,10
Ativo Total	7.093.534.411,11
Recurso Garantidor	7.012.973.967,50
Despesa por Participantes	2.178,70
Despesa / Receita	103,80%
Despesa / Recurso Garant	0,41%
Despesa / Ativo Total	



5. Resultado Atuarial dos planos

5.1 Plano Serpro I (PS-I)



Situação do plano de benefícios

Os resultados em 31/12/2021 do Plano Serpro I, comparativamente ao exercício anterior, estão apresentados a seguir:

Discriminação	31/12/2020	31/12/2021	Varição
Patrimônio de Cobertura	R\$ 2.554.567.435,11	R\$ 2.638.352.656,25	3,28%
Provisões Matemáticas	R\$ 2.674.034.820,30	R\$ 2.878.531.138,05	7,65%
Benefícios Concedidos	R\$ 1.903.379.749,70	R\$ 2.202.743.912,03	15,73%
Benefícios a Conceder	R\$ 881.267.242,68	R\$ 793.670.745,56	-9,94%
a Constituir	R\$ - 110.612.172,08	R\$ - 117.883.519,44	6,57%
Equilíbrio Técnico	R\$ - 119.467.385,19	R\$ - 240.178.481,80	101,04%
Ajuste de Precificação	R\$ 69.143.736,34	R\$ 84.951.384,00	22,86%
Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ - 50.323.648,85	R\$ - 155.227.097,80	208,46%
% Equilíbrio Técnico / Provisões Matemáticas	4,47%	8,34%	86,76%
% Equilíbrio Técnico Ajustado/ Provisões Matemáticas	1,88%	5,39%	186,54%
Duração do Passivo	R\$ 10,69	R\$ 10,40	-2,73%
Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	R\$ 178.892.929,48	R\$ 184.165.543,68	2,95%
% Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	6,69%	6,40%	-4,37%

O balanço patrimonial de 31/12/2021 revela que a parcela do patrimônio de cobertura atribuída aos participantes e assistidos do plano monta em R\$ 2.638,35 milhões, inferior às provisões matemáticas avaliadas em R\$ 2.878,53 milhões, conduzindo a um deficit técnico de R\$ 240,18 milhões.

De acordo com o art. 29 da Resolução CNPC n.º 30/2018, de 10/10/2018, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de deficit até o final do exercício subsequente, se o deficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Deficit Técnico Acumulado (LDTA) = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

Já o art. 30 da referida Resolução n.º 30/2018 estabelece que o valor do Ajuste de Precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

Assim, foram apurados a duração do passivo de 10,40 anos e o Ajuste de Precificação positivo de R\$ 84,95 milhões, observando o disposto na Instrução Previc n.º 33, de 23/10/2020, como também a Portaria Previc n.º 835, de 1º/12/2020, que dispõe sobre os critérios para apuração da duração do passivo e do ajuste de precificação.

Dessa forma, como o Limite do Deficit Técnico Acumulado é 6,40% das Provisões Matemáticas e o Equilíbrio Técnico Ajustado é 5,94%, não é necessária a elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário de 2021 do Plano Serpro I.

O plano de custeio das contribuições previdenciais vigentes foi mantido para 2022.

Principais impactos no plano de benefícios no exercício de 2021

No encerramento deste exercício comparativamente a dezembro de 2020, observou-se que as provisões matemáticas apresentaram uma variação positiva em relação ao exercício anterior, sendo 15,73% relativa aos compromissos com benefícios concedidos, 6,57% referente às provisões matemáticas a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008, compensada com uma variação negativa de 9,64% com benefícios a conceder. Tais variações são resultantes do impacto da exigência atuarial conjugado com a movimentação ocorrida, decorrente de concessões de aposentadorias, principalmente motivadas pelas adesões ao PDV do Serpro, encerramentos de aposentadoria e pensões, evolução da massa e revisão das premissas atuariais como taxa de juros real anual, taxa de inflação e da taxa de carregamento administrativo.

O Programa de Demissão Voluntária – PDV realizado pelo patrocinador Serpro em 2020 gerou a concessão de 150 novas aposentadorias no Plano durante o exercício de 2021 e o PDV ocorrido no final do ano de 2021 teve como consequência somente 12 aposentadorias no encerramento do exercício, tendo em vista que a maior parte das opções dos participantes serão efetivadas nos primeiros meses de 2022.

A rentabilidade do plano, no exercício de 9,32% foi inferior à exigência atuarial de 16,71%, esta última composta pela variação do INPC e a taxa de juros atuarial.

Adequação e aderência da taxa real de juros

A Resolução CNPC nº 30/2018 determina que a taxa de juros real anual utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Sua adoção deve ser fundamentada em estudo técnico específico, com validade anual, observando os parâmetros estabelecidos pela Instrução Previc nº 33/2021 e pela Portaria Previc nº 228/2021, e seu valor deve estar compreendido entre os limites mínimo e máximo, calculados com base na taxa de juros parâmetro, na estrutura a termo de taxa de juros, bem como resultado da duração do passivo, a para cada plano de benefícios.

Sendo assim, foi aprovada a redução da taxa de juros real anual do PS-I, a vigorar a partir de 1º de abril de 2022, para 5,08% a.a..



5.2

Plano Serpro II

Situação do plano de benefícios

Os resultados em 31/12/2021 do Plano Serpro II, comparativamente ao exercício anterior, estão apresentados a seguir:

Driscriminação	31/12/2020	31/12/2021	Varição
Patrimônio de Cobertura	R\$ 3.788.656.643,40	R\$ 3.884.159.561,77	2,52%
Provisões Matemáticas	R\$ 3.544.938.144,08	R\$ 3.723.461.471,14	5,04%
Benefícios Concedidos	R\$ 996.972.375,60	R\$ 1.487.972.991,28	49,25%
Benefícios a Conceder	R\$ 2.547.965.768,48	R\$ 2.235.488.479,86	-12,26%
Equilíbrio Técnico	R\$ 243.718.499,32	R\$ 160.698.090,63	-34,06%
"% Equilíbrio Técnico / Provisões Matemáticas"	6,88%	4,32%	-37,23%
Duração do Passivo	R\$ 10,25	R\$ 10,55	2,96%
Limite da Reserva de Contingência	R\$ 201.886.906,06	R\$ 305.836.480,65	51,49%
% Limite da Reserva de Contingência	20,25%	20,55%	1,50%
Reserva de Contigência	R\$ 201.886.906,06	R\$ 160.698.090,63	-20,40%
Reserva Especial	R\$ 41.831.593,26	-	-100,00%
Fundos Previdenciais	R\$ 362.532.254,41	R\$ 257.516.842,60	-28,97%
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	R\$ 22.837.400,90	R\$ 2.050.426,98	-91,02%
Fundo Especial para Revisão do Plano	R\$ 92.304.833,55	-	-100,00%
Fundo de Risco	R\$ 247.390.019,96	R\$ 255.466.415,62	3,26%

O balanço patrimonial de 31/12/2021 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$ 3.884,16 milhões. É, portanto, superior às provisões matemáticas avaliadas em R\$ 3.723,46 milhões, conduzindo ao superavit técnico de R\$ 160,70 milhões. O percentual calculado para o limite da reserva de contingência, de acordo com o artigo 15 da Resolução CNPC n.º 30/2018 para o PS-II foi de 20,55% das provisões matemáticas da parcela de benefício definido. Desta forma, o equilíbrio técnico de R\$ 160,70 milhões foi integralmente contabilizado na reserva de contingência, que corresponde a 4,32% das provisões matemáticas de benefício

definido.

De acordo com avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2021, o plano de custeio das contribuições previdenciais vigentes foi alterado para considerar a redução de 25% das atuais alíquotas de contribuição de risco e mantidas as demais contribuições para vigorar a partir de 1º/4/2022.

Principais impactos no plano de benefícios no exercício de 2021

As provisões matemáticas de benefícios concedidos apresentaram no exercício um acréscimo de 49,25%, resultante do impacto da exigência atuarial conjugado com a movimentação ocorrida, decorrente de concessões de aposentadorias, principalmente motivadas pelas adesões ao PDV do Serpro, encerramentos de aposentadoria e pensões, como também a revisão das premissas atuariais como a alteração da tábua de mortalidade, da taxa de juros real, da taxa de inflação, da taxa de carregamento administrativo.

Com relação às provisões matemáticas relativas à parcela de contribuição definida, observou-se uma redução de 12,26% no exercício. Tal variação decorre das novas concessões de aposentadorias e dos resgates realizados em decorrência do PDV, e da variação da cota do plano de 6,37%, abaixo da meta atuarial de 16,77%.

O Programa de Demissão Voluntária – PDV realizado pelo patrocinador Serpro em 2020 gerou a concessão de 231 novas aposentadorias e 360 resgates no Plano durante o exercício de 2021 e o PDV ocorrido no final do ano de 2021 teve como consequência somente 1 aposentadoria e 4 resgates no encerramento do exercício, tendo em vista que a maior parte das opções dos participantes serão efetivadas nos primeiros meses de 2022.

Cabe registrar a reversão de R\$ 22,9 milhões do Fundo de Compensação de Cotas Excedentes para a parcela de contribuição definida do PS-II para amenizar as perdas patrimoniais ocorridas, aprovada pelo Conselho Deliberativo, no fechamento do balancete de novembro de 2021, levando a redução em 91,02% daquele Fundo de dezembro/2020 para dezembro/2021.

O Fundo Especial para Revisão do Plano do PSII-BD para destinação do superavit

do triênio 2015/2017 corresponde a R\$ 64,6 milhões em dezembro/2021, tendo sido destinado R\$ 87 milhões para participantes, assistidos e patrocinadores, desde o início da destinação até o presente momento. Considerando o acompanhamento dos resultados do plano, a Diretoria e Executiva aprovou a suspensão temporária do pagamento do superavit, sendo suspensa a destinação a partir da competência de setembro de 2021.

Assim, a consultoria atuarial, no estudo da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do PS-II, em observância ao art. 23 da Resolução CNPC n.º 30/2018 e ao plano de destinação, recomendou que o Fundo Especial de Revisão do Plano de R\$ 64,6 milhões fosse totalmente revertido para o Patrimônio de Cobertura do Plano para recomposição da Reserva de Contingência e que a distribuição do superavit fosse encerrada.

A consultoria atuarial informou no Parecer Atuarial referente ao exercício de 2020 que a destinação do valor apurado a título de reserva especial no triênio 2018-2020 estava condicionada à sua permanência em 2021. Desta forma, diante da extinção da reserva especial a partir de janeiro de 2021, não há valor a ser destinado a esse título.

Por ocasião da reavaliação atuarial de 2020 foi realizada uma reestruturação da modelagem atuarial dos benefícios de risco do PS-II, sendo criado o Fundo de Risco para custear os benefícios de Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento. Em decorrência da referida reestruturação, os compromissos relativos aos benefícios de risco a conceder passaram a ser cobertos pelo Fundo de Risco que corresponde a R\$ 255,47 milhões, em 31/12/2021.

As avaliações atuariais anuais determinam o nível necessário de recursos a serem mantidos no Fundo de Risco para maior garantia de cobertura dos benefícios assegurados e o excedente, caso haja, será destinado prioritariamente à redução das contribuições de risco, da mesma forma que eventual insuficiência ensejará o seu aumento.

Dessa forma, a consultoria atuarial indicou a redução em 25% das atuais alíquotas da contribuição de risco, dado o montante do Fundo de Risco constituído para fazer frente aos compromissos de risco do PS-II.

Adequação e aderência da taxa real de juros

A Resolução CNPC nº 30/2018 determina que a taxa de juros real anual utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Sua adoção deve ser fundamentada em estudo técnico específico, com validade anual, observando os parâmetros estabelecidos pela Instrução Previc nº 33/2021 e pela Portaria Previc nº 228/2021, e seu valor deve estar compreendido entre os limites mínimo e máximo, calculados com base na taxa de juros parâmetro, na estrutura a termo de taxa de juros, bem como resultado da duração do passivo, a para cada plano de benefícios.

Sendo assim, foi aprovada a redução da taxa de juros real anual do PS-II, a vigorar a partir de 1º de abril de 2022, para 5,08% a.a..

As hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PS-I e PS-II e seus fundamentos

Para definir o montante das obrigações de um plano de benefícios e o custo para suportá-las, são adotadas as chamadas hipóteses ou premissas atuariais. Por meio dessas premissas, é possível calcular e determinar os recursos necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano de previdência. Os cálculos atuariais têm relação direta com o custo do plano de benefícios e com o seu equilíbrio. Eles devem estar em harmonia com a massa de participantes e assistidos dos planos e com a política de recursos humanos da patrocinadora, aliada ainda às variáveis econômico-financeiras.

Para tanto, foi realizado em 2021 estudo técnico, de acordo com a legislação vigente, com o objetivo de identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

A seguir estão as principais premissas atuariais, utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/ 2021.

Taxa de Inflação:

3,00% ao ano

A utilização da taxa de inflação tem como objetivo avaliar o valor real dos salários e dos benefícios ao longo de um ano, já que os reajustes não ocorrem mensalmente. É utilizada, portanto, uma taxa média que representa o valor real do poder de compra.

Taxa Real de Juros:

PS-I: 5,08% ao ano

PS-II: 5,08% ao ano

A taxa real de juros estabelece a rentabilidade real esperada para os ativos que compõem o patrimônio de cada plano de benefícios. Assim, determina o desconto para apurar o valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios.

Mortalidade Geral:

PS-I: Tábua AT-2012 IAM Basic, segregada por sexo, agravada em 10%

PS-II: Tábua AT-2012 IAM Basic, segregada por sexo, desagravada em 20%

Através de uma tábua, a premissa de Mortalidade Geral estima a sobrevivência dos participantes ativos, assistidos e dos beneficiários e serve para calcular o valor atual dos encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte, exceto de inválidos. É também utilizada como parâmetro na conversão de saldos de conta de participante em renda de aposentadoria.

Mortalidade de Inválidos:

PS-I: Tábua AT-49, segregada por sexo

PS-II: MI-2006 Masculina

A premissa de Mortalidade de Inválidos estima a sobrevivência dos participantes inválidos, estruturada numa população de pessoas inválidas e serve para calcular o valor atual de encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte de inválidos.

Entrada em Invalidez:

Tábua Grupo Americana desagravada em 50%

A premissa de entrada em invalidez determina a probabilidade de uma pessoa ativa se invalidar de acordo com determinada experiência. Com isso, é estabelecido o compromisso com esse benefício.

Morbidez (Entrada em Auxílio-Doença):

PS-I: Não aplicável

PS-II: Exp AXD SERPRO II

A premissa de morbidez orienta o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.

Composição do Grupo Familiar:

Experiência Serpro

É determinante para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos planos de benefícios que prevejam o pagamento de pensão aos dependentes regularmente inscritos pelo participante.

Crescimento Real dos Salários:

PS-I: Não aplicável

PS-II: 2,63 % ao ano

A premissa de crescimento real dos salários representa a taxa real estimada (descontado o efeito inflacionário) com que os salários crescerão anualmente, em média, durante a fase de acumulação dos recursos no plano.

Taxa de Desligamento:

PS-I: 0% para todas as idades.

PS-II: 1% para todas as idades até 65 anos.

A premissa de desligamento tem como objetivo mensurar o encargo com o pagamento de resgate de contribuições ou portabilidade para outros planos, bem como estabelecer o nível dos compromissos com os participantes que usufruirão os benefícios oferecidos, considerando a probabilidade de seu desligamento do plano.



5.3

Pareceres atuariais



RN/124/2022/SERPROS

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Ao

Sr. Wilson Biancardi Coury
Diretor-Presidente do
SERPROS Fundo Multipatrocinado

Prezado Senhor,

Apresentamos, anexo, o Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro I - CNPB nº 1980.0016-18, administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070

Aline Moraes Guerra
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.877

Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.170

SERPROS Fundo Multipatrocinado

PLANO SERPRO I - CNPB nº 1980.0016-18

Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro I, doravante denominado apenas PS-I, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1980.0016-18 e administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, bem como o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- o regulamento do Plano Serpro I, aprovado pela PREVIC e publicado no Diário Oficial da União, de 07.12.2012;
- as informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data-base de dezembro/2021;
- os demonstrativos contábeis do Plano em 2021 fornecidos pelo SERPROS;
- premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

2. Base de Dados

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pelo SERPROS foi posicionada em 31.12.2021. A referida base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.



2.1. Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.1.1. Ativos e Autopatrocinados

TABELA 1 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposentadoria	Benefício Saldado Médio
		Inscrição	Atual				
Masculino	558	23,84	62,49	39,46	38,65	62,77	R\$ 3.851,78
Feminino	1.065	23,58	62,74	40,27	39,16	62,78	R\$ 2.739,33
TOTAL	1.623	23,67	62,66	39,99	38,99	62,78	R\$ 3.121,80

TE - Tempo médio de Empresa

TC - Tempo médio de Contribuição para o plano

2.1.2. Optantes pelo BPD

TABELA 2- CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE OPTANETES PELO BPD

Sexo	Frequência	Idade Média		TC Médio	Idade Média aposentadoria	Benefício Saldado Médio
		Inscrição	Atual			
Masculino	21	38,49	62,57	38,65	63,36	R\$ 1.688,46
Feminino	17	38,38	66,86	39,16	66,89	R\$ 1.537,10
TOTAL	38	38,44	64,49	38,99	64,94	R\$ 1.620,75

2.1.3. Aposentadorias

TABELA 3 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE APOSENTADORIAS

TIPO DE APOSENTADORIA	Frequência	Suplementação Média	Contribuição Normal Média	Idade Média
Aposentadoria por Idade	42	R\$ 2.766,85	R\$ 256,21	81,10
Aposentadoria Especial	2	R\$ 8.200,29	R\$ 759,34	77,29
Aposentadoria por Invalidez	409	R\$ 1.644,34	R\$ -	67,57
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1.819	R\$ 4.257,74	R\$ 393,80	73,01
Benefício Proporcional Acumulado	1.237	R\$ 4.174,78	R\$ 386,58	64,79
Auxílio-Doença	1	R\$ 1.300,64	R\$ -	70,92
TOTAL	3.510	R\$ 3.907,54	R\$ 343,82	69,77

2.1.4. Pensões

TABELA 4 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PENSÕES

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	660	R\$ 2.167,66	-
Pensionistas	717	-	66,83
Beneficiários Vitalícios	680	-	69,45
Beneficiários Temporários	37	-	18,77



Entre as bases de dados de 2020 e de 2021 observou-se um volume expressivo de aposentadorias de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs (194), em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO, o qual se iniciou em 2020 e teve a fase de opção pelo desligamento estendida para 2021.

Ademais, entre os dois exercícios não foram verificadas variações atípicas na base de dados de participantes e assistidos, que apenas refletiram a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou de perda da qualidade de beneficiário.

3. Hipóteses Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na Avaliação Atuarial de 2021, destacam-se as indicadas na Tabela 5:

TABELA 5 – HIPÓTESES ATUARIAIS

Item	AA 2021	AA 2020
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic segregada por sexo agravada em 10%	AT-2012 IAM Basic segregada por sexo agravada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana D50%	Grupo Americana D50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49 segregada por sexo	AT 49 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição de Famílias de Pensionistas	Ativos: 81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.	81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.
	Aposentados: 81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.	81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.
	Pensionistas: Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Entrada em Aposentadoria	-	-
Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Inflação (Fator de Determinação)	3,00% (98,55%) a.a.	3,50% (98,31%) a.a.
Projeção de Crescimento Real	Sal. Benef. do INSS:	-
	Salários:	Não Aplicável
	Benefício da EFPC:	-
Taxa Real Anual de Juros	5,08% a.a.	5,10% a.a.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à esta consultoria.



Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios SERPRO I (Relatório RN/SERPROS nº 007/2021, de 10.11.2021);
- Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios SERPRO I (Relatório RN/SERPROS nº 008/2021, de 03.12.2021).

3.2.2. Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 07.12.2021;
- Parecer Conselho Fiscal: Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 10.12.2021;
- Conselho Deliberativo: DL 01/2022, de 11.01.2022.

Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, relacionados no item 3.2.1, neste exercício foram alteradas a *Taxa Real Anual de Juros* de 5,10% a.a. para 5,08% a.a. e a *Taxa de Inflação*, adotada no cálculo do fator de determinação, que passou de 3,50% a.a. para 3,00% a.a. e, conseqüentemente, o fator de determinação passou de 98,31% para 98,55%.

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios.

Nesta Avaliação Atuarial, optou-se por manter o Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e Institutos do Plano.



4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O PS-I, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1980.0016-18, é um plano de caráter previdenciário, estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas referentes ao encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da respectiva Avaliação Atuarial, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados na Tabela 6 que, também, demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021.

TABELA 6 – COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO EM 31.12.2021

		Valores em R\$
2.03.00.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.685.303.021,49
2.03.01.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.638.352.656,25
2.03.01.01.00.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.878.531.138,05
2.03.01.01.01.00.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.202.743.912,03
2.03.01.01.01.02.00.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.202.743.912,03
2.03.01.01.01.02.01.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	1.881.227.475,67
2.03.01.01.01.02.02.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	321.516.436,36
2.03.01.01.02.00.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	793.670.745,46
2.03.01.01.02.02.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	754.129.430,85
2.03.01.01.02.02.01.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	754.129.430,85
2.03.01.01.02.02.02.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.02.03.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.02.03.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	39.541.314,61
2.03.01.01.02.03.01.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	39.541.314,61
2.03.01.01.02.03.02.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.03.03.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.03.00.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(117.883.519,44)
2.03.01.01.03.02.00.00	(-) EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT	(117.883.819,44)
2.03.01.01.03.02.01.00	(-) PATROCINADOR(ES)	(58.941.759,72)
2.03.01.01.03.02.02.00	(-) PARTICIPANTES	(16.526.764,32)
2.03.01.01.03.02.03.00	(-) ASSISTIDOS	(42.414.995,40)
2.03.01.02.00.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(240.178.481,80)
2.03.01.02.01.00.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(240.178.481,80)
2.03.01.02.01.02.00.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(240.178.481,80)
2.03.01.02.02.00.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00.00	FUNDOS	46.950.365,24
2.03.02.01.00.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.02.00.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	41.624.550,59
2.03.02.03.00.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES	5.325.714,65



5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderados pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PS-I foi dimensionada em 125 meses ou 10,3979 anos.

5.2. Ajuste de precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados à índice de preços, classificados na categoria *títulos mantidos até o vencimento*, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial do final do exercício correspondente, e o valor contábil desses títulos.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros (item 4.1.1), o PS-I contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como *mantidos até o vencimento*.

Ainda de acordo com o referido estudo, o fluxo financeiro dos ativos, informado pela Entidade, evidencia a capacidade de financeira no longo prazo para a manutenção dos Títulos Públicos marcados na curva (mantidos até o vencimento) somente até o ano de 2052.

Posto isto, considerando a taxa de juros real anual de 5,08% a.a. e o fluxo do passivo dessa Avaliação Atuarial, o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, informado pelo SERPROS para o PS-I, é positivo e monta a R\$ 84.951.384,00.

Tendo-se apurado resultado deficitário para o PS-I, em 31.12.2021, o referido valor de ajuste de precificação positivo será deduzido do déficit técnico acumulado para fins da apuração do equilíbrio técnico ajustado.



6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

Todos os participantes, aposentados e pensionistas do PS-I estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o Plano.

6.1.1. Evolução dos Custos

O custo global dos benefícios avaliados pelo Método Agregado corresponde à diferença entre o total dos compromissos avaliados por esse método e a parcela patrimonial constituída. Dividindo-se essa diferença pelo valor atual da folha de salário de participação, obtém-se o percentual do custo global dos benefícios avaliados pelo Método Agregado em relação à referida folha. Assim, o custo médio anual dos benefícios avaliados por esse método é obtido aplicando-se à folha de salário de participação do ano o percentual do custo global.

Por corresponder a um valor médio anual, e que já considera o abatimento do excedente patrimonial, o custo previdencial normal dos benefícios avaliados pelo método agregado pode não corresponder à contribuição normal esperada em cada período. Assim, o custo esperado para os próximos 12 meses é identificado ao montante das contribuições normais previstas para serem pagas nesse mesmo período, dimensionadas com base no Plano de Custeio descrito vigente.

Uma vez que se trata de Plano saldado, tendo ocorrida interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras dos participantes ativos e autopatrocinados, os custos estão apresentados em percentual da folha de benefícios programados, já que estes assistidos são os únicos que efetuam contribuições normais.

A Tabela 7 registra as contribuições normais previstas para serem pagas em 2022, ora expressas em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de benefícios programados, obtidas com base no fluxo do passivo dessa avaliação atuarial, elaborado para atendimento à PREVIC, porém, posicionado no início do exercício:

TABELA 7 - FONTE DE RECURSOS 2022

Especificação	Participantes	% folha ativo	Assistidos	%folha assist.	Patrocinador	%folha ativo + assistido	Total
Custo Total							R\$ 57.954.114
Contrib. Previdenciárias	R\$ 140.480	2,13%	R\$ 28.906.817	12,17%	R\$ 28.906.817	12,17%	R\$ 57.954.114
Normais	R\$ 0,0	0,00%	R\$ 21.412.457	9,01%	R\$ 21.412.457	9,01%	R\$ 42.824.914
Extraordinárias	R\$ 140.480	2,13%	R\$ 7.494.360	3,15%	R\$ 7.494.360	3,15%	R\$ 15.129.200

O custo normal médio do Plano para 2022 foi mensurado em 18,03% da folha de benefícios programados, apurado de acordo com os Regimes Financeiros e os Métodos de Financiamento adotados para todos os benefícios assegurados pelo Plano.

Contudo, haja vista que o custo normal do ano deve ser expresso em percentual da folha dos participantes e esta é nula, o custo normal do ano em percentual é nulo.



Vale ressaltar que, para o exercício de 2022, a taxa de carregamento administrativo de 3,75% incidente sobre as contribuições normais e extraordinárias dos assistidos foi zerada.

Neste sentido, tendo em vista que o custo informado no exercício anterior (17,39% da folha de benefícios programados) já estava líquido do carregamento administrativo, verificou-se o aumento de 0,64 pontos percentuais do custo esperado para 2022.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido reavaliadas em 31.12.2021 variaram R\$ 204,50 milhões em relação àquelas apuradas em 31.12.2020, abaixo da variação de R\$ 280,37 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (*atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições*), como efeito do ajuste de experiência da população, que gerou um ganho aproximado de R\$ 64,05 milhões e da alteração conjunta das hipóteses e custeio administrativo, que reduziu as Provisões Matemáticas em R\$ 11,82 milhões, conforme demonstrado na Tabela 8:

TABELA 8 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - VALORES EM R\$

Item	PMBAC	PMBC	PMAC	PM Total
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	881.267.243	1.903.379.750	(110.612.172)	2.674.034.820
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ⁽¹⁾	146.438.133	135.235.270	(1.301.374)	280.372.029
(+) Alteração das hipóteses atuariais e custeio administrativo	(2.362.380)	(4.547.708)	(4.912.290)	(11.822.378)
Alteração do Fator de Capacidade de 98,31% para 98,55%	1.845.949	4.968.441	(267.472)	6.546.917
Alteração da Taxa de Juros de 5,10% a.a. para 5,08% a.a.	1.723.361	3.975.699	(223.694)	5.475.365
Efeito da conjugação das alterações de hipóteses	3.850	8.711	(493)	12.068
Alteração da Taxa de Carregamento Administrativo de 3,75% para 0,00%	(5.935.539)	(13.500.559)	(4.420.632)	(23.856.729)
(+) Ajuste de experiência da população ⁽²⁾	(231.672.250)	168.676.601	(1.057.683)	(64.053.333)
(+) Variação Total	(87.596.497)	299.364.162	(7.271.347)	204.496.318
(=) Provisões Matemáticas em 31.12.2021	793.670.745	2.202.743.912	(117.883.519)	2.878.531.138

⁽¹⁾ Recorrência: atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos, adição de contribuições.

⁽²⁾ Variações cadastrais (+ / -), como extinção de benefícios e concessão de novos benefícios; alteração no valor das suplementações, atualização de salários, contribuições e SRB, saídas de participantes, postergação da aposentadoria por parte dos participantes já elegíveis (PMBAC), dentre outras; sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada para aquela população no período.

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais aos quais o Plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do Plano.

Para mitigar este risco é importante observar a aderência das premissas adotadas na Avaliação Atuarial, conforme a legislação vigente, de modo que as mesmas correspondam ao comportamento observado na massa de participantes.



Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano, foram aprovadas pelo SERPROS, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3.2.1 deste Parecer.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2021, as Provisões Matemáticas do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ (240.178.481,80), aproximadamente 8,34% dessas provisões, sendo o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado *negativo* apurado em R\$ (155.227.097,80), quando considerado o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 84.951.384,00.

Assim, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o registrado no Título VI, como medida de verificação da obrigatoriedade de se restabelecer o equilíbrio técnico do Plano, conforme especificado no item 6.2.4.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano em questão não possui Fundos Previdenciais em 31.12.2021.

6.2.2. Variação do Resultado

Quando considerados os resultados dessa Avaliação, o déficit técnico registrado em 31.12.2020, no valor de R\$ (119.467.385,19) (4,47% das Provisões Matemáticas da época), elevou-se para R\$ (240.178.481,80), em 31.12.2021, aproximadamente 8,34% das respectivas Provisões Matemáticas, em decorrência, principalmente, do desempenho financeiro do Plano, que não superou o mínimo atuarial esperado.

Segundo informações disponibilizadas pela Entidade, a perda ocasionada pela rentabilidade dos investimentos do Plano foi de 6,33%. Isto ocorreu porque o fluxo líquido dos investimentos em 2021 não superou o fluxo esperado com base na meta atuarial sobre as Provisões Matemáticas, efeito da conjuntura econômica atual, apurando-se perda financeira no período, conforme demonstrado na Tabela 9, que apresenta a conciliação do resultado financeiro do Plano em 2021:

TABELA 9 – CONCILIAÇÃO DA VARIAÇÃO DO RESULTADO ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2020	(119.467.385)
1 - Resultado do Passivo	(204.496.318)
2 - Resultado Financeiro	83.785.221
Resultado Líquido dos investimentos	234.294.714
<i>Rendimento financeiro esperado - Meta Atuarial</i>	432.337.914
<i>Ganho (+) / Perda (-) Financeira</i>	(198.043.199)
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	(148.430.723)



Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Constituições/Reversões de Contingências	(525.129)
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	(1.553.641)
Constituição/reversão de fundos previdenciais	-
Resultado do Exercício (1 + 2)	(120.711.097)
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2021	(240.178.482)

6.2.3. Natureza do Resultado

A natureza do resultado do plano no exercício de 2021 decorre principalmente da rentabilidade do Plano que não atingiu a meta atuarial no exercício.

6.2.4. Soluções para Equacionamento de Déficit

Conforme citado anteriormente, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021, R\$ 84.951.384,00, o *Equilíbrio Técnico Ajustado* foi avaliado em R\$ (155.227.097,80):

TABELA 10 - EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(240.178.481,80)
b) Ajuste de Precificação	84.951.384,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(155.227.097,80)
Em % das Provisões Matemáticas	5,39%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 10,3979 anos nessa avaliação, tem-se como *Limite de Déficit Técnico Acumulado* em 31.12.2021 o valor de R\$ 184.165.543,68.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (10,3979 - 4) \times R\$ 2.878.531.138,05] = R\$ 184.165.543,68$$

Como o *Equilíbrio Técnico Ajustado*, apurado em R\$ (155.227.097,80), é inferior ao limite acima estabelecido (R\$ 184.165.543,68), não há obrigatoriedade de elaboração e aprovação de novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano em 2022.



6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para garantia das Operações e Exigíveis, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do PS-I, foram informados pelo SERPROS por meio do Balancete Contábil de 31.12.2021, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade;
- Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 46.950.365,24, sendo o valor de R\$ 41.624.650,80 aos Fundo Administrativo e R\$ 5.325.714,65 referente aos Fundos para Garantia das Operações, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial;
- Entre as bases de dados de 2020 e 2021 foram observadas 194 aposentadorias, em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO em 2020, o qual se estendeu para 2021. Por se tratar de um Plano Saldado e haja vista que os participantes que se aposentaram, em sua maioria, já estavam elegíveis ao benefício de aposentadoria programada, não houve impacto significativo sobre as Provisões Matemáticas Totais e sim uma realocação entre as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder. Ainda em 2021 o SERPRO iniciou um novo PDV, cujos reflexos ainda serão sentidos nos primeiros meses de 2022, posto que a fase de opção pelo desligamento não foi finalizada;
- Segundo registros Contábeis disponibilizados pelo SERPROS, não foi verificado nos Ativos Financeiros do Plano a existência de saldo positivo de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficits ou amortização de Serviço Passado;
- Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial Anual de 2021, comparativamente às adotadas para o exercício de 2020, destacam-se as seguintes alterações:
 - Taxa Real Anual de Juros: de **5,10% a.a.** para **5,08% a.a.**;
 - Taxa de Inflação Anual: de **3,50% a.a.** para **3,00% a.a.**;
 - Fator de Determinação: de **98,31%** para **98,55%**.



7. Plano de Custeio

A seguir apresenta-se o Plano de Custeio previsto para vigorar a partir de abril/2022, o qual manteve as alíquotas de contribuições mensais de participantes, assistidos e patrocinadores.

7.1. Participantes Ativos e Autopatrocínados

Aos participantes ativos e autopatrocinados compete apenas o recolhimento das contribuições extraordinárias, conforme percentuais estabelecidos na Tabela 11.

TABELA 11 - TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA MENSAL DO PARTICIPANTE ATIVO PLANO SERPRO I

Idade do Participante na data de inscrição	Taxa incidente sobre		
	Salário de Contribuição (%)	O Excesso do Salário de Contribuição em Relação	
		A metade do valor do Teto do Salário de Benefício do INSS (%)	Ao valor do Teto do Salário de Benefício do INSS (%)
18	0,740	0,953	3,361
19	0,763	0,953	3,361
20	0,785	0,953	3,361
21	0,809	0,953	3,361
22	0,831	0,953	3,361
23	0,855	0,953	3,361
24	0,877	0,953	3,361
25	0,901	0,953	3,361
26	0,923	0,953	3,361
27	0,946	0,953	3,361
28	0,970	0,953	3,361
29	0,993	0,953	3,361
30	1,015	0,953	3,361
31	1,038	0,953	3,361
32	1,061	0,953	3,361
33	1,085	0,953	3,361
34	1,107	0,953	3,361
35	1,131	0,953	3,361
36	1,153	0,953	3,361
37	1,176	0,953	3,361
38	1,199	0,953	3,361
39	1,223	0,953	3,361
40	1,245	0,953	3,361
41	1,268	0,953	3,361
42	1,291	0,953	3,361
43	1,315	0,953	3,361
44	1,337	0,953	3,361
45	1,360	0,953	3,361
46	1,383	0,953	3,361
47	1,406	0,953	3,361
48	1,429	0,953	3,361

Taxas vigentes desde 04/2013

Aos participantes autopatrocinados caberá, ainda, o recolhimento das correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade dos Patrocinadores ao qual estavam vinculados.



7.2. Assistidos

Os Assistidos contribuem da seguinte maneira:

- 9,260% sobre o valor do benefício complementar, para a contribuição normal;
- 3,241% sobre o valor do benefício complementar para a contribuição extraordinária de equacionamento de déficit.

Cumpra destacar que os Assistidos por Benefício de Risco são isentos de contribuições normais e extraordinárias.

7.3. Demais Participantes

Os Participantes remidos, reclusos e suspensos são isentos de Contribuições Normais.

7.4. Patrocinadores

A Contribuição Normal devida por Patrocinador corresponde à soma das Contribuições Normais devidas pelos:

- Participantes a ele vinculados, desconsideradas as parcelas resultantes de Autopatrocínio;
- Participantes Assistidos inscritos no PS-I por seu intermédio.

7.5. Custeio Administrativo

No que concerne ao custeio administrativo dos Planos administrados pelo SERPROS, de acordo com a Deliberação DL nº. 41/2021, para o exercício de 2022, foi zerada a taxa de carregamento administrativo, a Taxa de Administração foi alterada para 0,28% e foi mantida a alíquota da Taxa de Administração sobre Operações com Participantes (Empréstimos e Financiamentos) em 0,20%, assim como a utilização do Resultado Líquido dos Investimentos do PGA.

O Plano Serpro I tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pelo SERPROS.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070

Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 2.170





RN/125/2022/SERPROS

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Ao

Sr. Wilson Biancardi Coury
Diretor-Presidente do
SERPROS Fundo Multipatrocinado

Prezado Senhor,

Apresentamos, anexo, o Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro II - CNPB nº 1998.0077-74, administrado SERPROS Fundo Multipatrocinado.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070

Aline Moraes Guerra
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.877

Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.170

SERPROS Fundo Multipatrocinado

PLANO SERPRO II - CNPB nº 1998.0077-74

Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro II, doravante denominado apenas PS-II, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1998.0077-74 e administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, bem como o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- o regulamento do Plano Serpro II, aprovado pela PREVIC e publicado no Diário Oficial da União, de 14.12.2012;
- as informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data-base de dezembro/2021;
- os demonstrativos contábeis do Plano em 2021 fornecidos pelo SERPROS;
- premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

2. Base de Dados

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pelo SERPROS foi posicionada em 31.12.2021. A referida base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.



2.1. Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.1.1. Ativos e Autopatrocínados

TABELA 1 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposentadoria	Salário de Participação Médio
		Inscrição	Atual				
Masculino	3.771	36,56	49,34	20,88	12,78	63,62	R\$ 14.277,96
Feminino	2.468	42,90	55,83	29,48	12,92	61,74	R\$ 10.864,05
TOTAL	6.239	39,07	51,90	24,28	12,83	62,87	R\$ 12.927,50

TE - Tempo médio de Empresa

TC - Tempo médio de Contribuição para o plano

2.1.2. Optantes pelo BPD

TABELA 2- CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE OPTANETES PELO BPD

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposentadoria	Salário de Participação Médio
		Inscrição	Atual				
Masculino	86	40,54	53,96	28,21	13,42	64,38	R\$ 8.318,19
Feminino	32	44,82	56,35	29,16	11,53	62,14	R\$ 8.206,59
TOTAL	118	41,70	54,61	28,46	12,91	63,77	R\$ 8.287,92

2.1.3. Aposentadorias

TABELA 3 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE APOSENTADORIAS

TIPO DE APOSENTADORIA	Frequência	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média
Aposentadoria Programada	784	R\$ 8.739,75	R\$ 33,21	66,54
Aposentadoria por Invalidez	80	R\$ 4.471,52	R\$ -	62,16
TOTAL	864	R\$ 8.344,54	R\$ 30,14	66,13

2.1.4. Pensões

TABELA 4 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PENSÕES

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	157	4.176,93	-
Pensionistas	214	-	49,46
Beneficiários Vitalícios	157	-	61,10
Beneficiários Temporários	57	-	17,39

Entre as bases de dados de 2020 e de 2021 observou-se um volume expressivo de aposentadorias de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs (239), em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO, o qual se iniciou em 2020 e teve a fase de opção pelo desligamento estendida para 2021.



Além disso, também foram constatadas 370 saídas de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs, em consequência, majoritariamente, do Programa supramencionado, bem como 18 concessões de pensões relativas a este grupo. Em contrapartida, houve o ingresso de 60 novos participantes no Plano SERPRO II.

Por fim, além das novas concessões de aposentadorias e pensões, não foram verificadas variações atípicas na base de dados de aposentados e pensionistas, que apenas refletiram a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou de perda da qualidade de beneficiário.

3. Hipóteses Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na Avaliação Atuarial de 2021, destacam-se as indicadas na Tabela 5:

TABELA 5 – HIPÓTESES ATUARIAIS

Item	AA 2021	AA 2020
Tábua de Mortalidade Geral	<i>AT-2012 IAM Basic segregada por sexo desagravada em 20%</i>	<i>AT-2012 IAM Basic segregada por sexo desagravada em 10%</i>
Tábua de Entrada em Invalidez	<i>Grupo Americana D50%</i>	<i>Grupo Americana D50%</i>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	<i>MI-2006 Masculina</i>	<i>MI-2006 Masculina</i>
Tábua de Morbidez	<i>EXP AXD SERPRO II</i>	<i>EXP AXD SERPRO II</i>
Composição de Famílias de Pensionistas	Ativos: <i>84,40% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.</i>	<i>85,90% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.</i>
	Aposentados: <i>84,40% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.</i>	<i>85,90% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.</i>
	Pensionistas: Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Entrada em Aposentadoria	-	-
Rotatividade	1,00% a.a. para todas as idades até 65 anos	1,00% a.a. para todas as idades até 65 anos
Taxa de Inflação (Fator de Determinação)	3,00% (98,55%) a.a.	3,50% (98,31%) a.a.
Projeção de Crescimento Real	<i>Sal. Benef. do INSS:</i>	-
	<i>Salários:</i>	2,63% a.a.
	<i>Benefício da EFPC:</i>	-
Taxa Real Anual de Juros	5,08% a.a.	5,12% a.a.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à esta consultoria.



Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios SERPRO II (Relatório RN/SERPROS nº 008/2021, de 10.11.2021);
- Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios SERPRO II (Relatório RN/SERPROS nº 009/2021, de 03.12.2021).

3.2.2. Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 07.12.2021;
- Parecer Conselho Fiscal: Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 10.12.2021;
- Conselho Deliberativo: DL 01/2022, de 11.01.2022.

Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, relacionados no item 3.2.1, neste exercício foram alteradas as seguintes hipóteses:

- *Tábua de Mortalidade Geral: a Tábua AT-2012 IAM Basic segregada por sexo teve o seu desagramento alterado de 10% para 20%;*
- *Composição de Famílias de Pensionistas: o percentual de participantes com dependentes passou de 85,90% para 84,40%;*
- *Taxa de Inflação: passou de 3,50% a.a. para 3,00% a.a.;*
- *Fator de determinação: passou de 98,31% para 98,55%;*
- *Taxa Real Anual de Juros: foi alterada de 5,12% a.a. para 5,08% a.a..*

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios.

Quanto à parcela de Contribuição Definida (Aposentadoria Programada, sua respectiva reversão em pensão por morte e Institutos), admite-se o Regime de Capitalização e o Método de Capitalização Financeira. Para os benefícios concedidos convertidos em renda mensal vitalícia adota-se o Método Agregado.



O benefício de Pecúlio por Morte de Futuro Assistido foi avaliado pelo Regime de Capitalização. Para a distribuição desse custo ao longo dos anos de serviço do participante, adotou-se o Método de Crédito Unitário Projetado.

Para os benefícios a conceder de Reversão em Pensão da Aposentadoria por Invalidez, Garantia Mínima da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo e de Pecúlio por Morte de Participante Ativo que venha a se aposentar por invalidez utilizou-se o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura. E, para os benefícios de Auxílio-Doença, de Auxílio-Reclusão e de Pecúlio por Morte de Participante Ativo, adotou-se o Regime de Repartição Simples.

4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O PS-II, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1998.0077-74, é um plano de caráter previdenciário, estruturado na modalidade de Contribuição Variável.

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido desse Plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2021, foram determinadas a partir dos resultados da respectiva Avaliação Atuarial, elaborada por esta consultoria.

Já as Provisões Matemáticas de Contribuição Definida, estas são constituídas por meio dos saldos de contas, devidamente atualizados, cuja determinação é de inteira responsabilidade do SERPROS.

A Tabela 6 demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021.

TABELA 6 – COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO EM 31.12.2021

		Valores em R\$
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.198.357.402,62
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	3.884.159.561,77
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.723.461.471,74
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.487.972.991,28
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	1.487.972.991,28
2.03.01.01.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	1.303.318.361,45
2.03.01.01.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	184.654.629,83
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.235.488.479,86
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	2.235.488.479,86
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADORES / INSTITUIDORES	861.619.807,22
2.03.01.01.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA CONSTITUÍDAS PELOS PARTICIPANTES	1.371.513.582,73
2.03.01.01.02.01.03	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	2.035.561,76
2.03.01.01.02.01.04	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	322.528,15
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	160.698.090,63
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	160.698.090,63
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	160.698.090,63
2.03.01.02.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	160.698.090,63
2.03.01.02.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-



2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	314.197.840,85
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	257.516.842,60
2.03.02.01.01.01.00	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE COTAS EXCEDENTES	2.050.426,98
2.03.02.01.02.00.00	FUNDO ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-
2.03.02.01.03.03.00	FUNDO DE RISCO	255.466.415,62
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	52.912.370,96
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES	3.768.627,29

5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderados pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PS-II foi dimensionada em 127 meses ou 10,5519 anos.

5.2. Ajuste de precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados à índice de preços, classificados na categoria *títulos mantidos até o vencimento*, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial do final do exercício correspondente, e o valor contábil desses títulos.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros (item 4.1.1), o PS-II contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como *mantidos até o vencimento*.

Ainda de acordo com o referido estudo, o fluxo financeiro dos ativos, informado pela Entidade, evidencia a capacidade de financeira no longo prazo para a manutenção dos Títulos Públicos marcados na curva (mantidos até o vencimento).

Posto isto, considerando a taxa de juros real anual de 5,08% a.a. e o fluxo do passivo dessa Avaliação Atuarial, o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, informado pelo SERPROS para o PS-II, é positivo e monta a R\$ 79.574.416,00.

Tendo-se apurado resultado superavitário em 31.12.2021 e sendo o valor do ajuste de precificação positivo, o referido montante não será aplicado em eventual destinação de reserva especial, mesmo porque todo o superávit do Plano está alocado em reserva de contingência.



6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

Todos os participantes, aposentados e pensionistas do PS-II estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o Plano.

6.1.1. Evolução dos Custos

De acordo com os métodos de financiamento adotados na avaliação do plano sob análise, o custo esperado para os próximos 12 meses é identificado ao montante das contribuições normais previstas para serem pagas nesse mesmo período, dimensionadas com base no Plano de Custeio proposto.

A Tabela 7 registra o montante das contribuições normais previstas para serem pagas em 2022, ora expresso em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário-de-participação.

TABELA 7 - FONTE DE RECURSOS 2022

Especificação	Participantes	% folha de ativos	Assistidos	%folha assistidos	Patrocinador	%folha de ativos	Total
Custo Total							R\$ 177.011.462
Contrib. Previdenciárias	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 345.226	0,37%	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 177.011.462
Normais	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 345.226	0,37%	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 177.011.462
Extraordinárias	R\$ 0	0,00%	R\$ 0	0,00%	R\$ 0	0,00%	R\$ 0

O custo normal médio do Plano para 2022 foi mensurado em 15,80% da folha de salário-de-participação.

Vale ressaltar que, para o exercício de 2022, a taxa de carregamento administrativo de 3,75% incidente sobre as contribuições vertidas foi zerada.

Neste sentido, tendo em vista que o custo informado no exercício anterior (15,32% da folha de salário-de-participação) já estava líquido do carregamento administrativo, verificou-se o aumento de 0,48 pontos percentuais do custo esperado para 2022.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

O Plano de Benefícios Serpro II está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, possuindo, em 31.12.2021, Provisões Matemáticas constituídas em Contribuição Definida e em Benefício Definido.

Na parcela de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas são identificáveis aos saldos de conta, portanto, não se aplica a avaliação de variação dessas provisões, visto que sua evolução é identificada aos saldos de contas e é decorrente da rentabilidade alcançada na aplicação dos recursos garantidores do Plano.



Assim, sobre a variação das Provisões Matemáticas do PS-II, cumpre discorrer apenas sobre os benefícios concedidos, cujos valores reavaliados em 31.12.2021 variaram R\$ 491,00 milhões em relação àquelas apuradas em 31.12.2020, acima da variação de R\$ 438,22 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (*atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições*) e pelas transferências de recursos entre as parcelas CD e BD do Plano, como efeito do ajuste de experiência da população, que gerou uma perda aproximada de R\$ 18,02 milhões e da alteração conjunta das hipóteses e custeio administrativo, que aumentou as Provisões Matemáticas em R\$ 34,75 milhões, conforme demonstrado na Tabela 8:

TABELA 8 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - VALORES EM R\$

Item	PMBC
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	996.972.376
(+) Transferências da parcela CD para a parcela BD (benefícios de pensão e aposentadoria da ativa)	370.766.284
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ⁽¹⁾	67.454.852
(+) Alteração das hipóteses atuariais e custeio administrativo	34.754.781
Alteração da Tábua de Mortalidade Geral de AT-2012 IAM Basic D10% para AT-2012 IAM Basic D20%	27.708.521
Alteração da proporção de dependentes de 85,90% para 84,40% (composição familiar)	(2.212.718)
Alteração do Fator de Capacidade de 98,31% para 98,55%	3.349.409
Alteração da Taxa de Juros de 5,12% a.a. para 5,08% a.a.	5.728.408
Efeito da conjugação das alterações de hipóteses	345.078
Alteração da Taxa de Carregamento Administrativo de 3,75% para 0,00%	(163.918)
(+) Ajuste de experiência da população ⁽²⁾	18.024.698
(+) Variação Total	491.000.616
(=) Provisões Matemáticas em 31.12.2021	1.487.972.991

⁽¹⁾ Recorrência: atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos, adição de contribuições.

⁽²⁾ Variações cadastrais (+ / -), como extinção de benefícios e concessão de novos benefícios; alteração no valor das suplementações; sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada para aquela população no período.

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Quanto às provisões matemáticas constituídas na modalidade de Contribuição Definida, não há riscos atuariais envolvidos no seu dimensionamento, mas tão somente riscos financeiros.

Já em relação às parcelas de Benefício Definido, os principais riscos atuariais aos quais o Plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do Plano.

Para mitigar este risco é importante observar a aderência das hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Actuarial, conforme a legislação vigente, de modo que as mesmas correspondam ao comportamento observado na massa de participantes.



Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano, foram aprovadas pelo SERPROS, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3.2.1 deste Parecer.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2021, as provisões matemáticas do Plano estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Superávit Técnico Acumulado de R\$ 160.698.090,63, aproximadamente 10,80% das provisões matemáticas de benefício definido, não sendo necessárias, neste caso, soluções para insuficiência de cobertura.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

6.2.1.1. Fundo Especial para Revisão do Plano

Na Avaliação Atuarial 2018, foi criado o Fundo Especial para Revisão do Plano, em função da distribuição de superávit obrigatória, tendo em vista a constituição de reserva especial nos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

De acordo com o Estudo RN/SERPROS nº 008/2019, de 04.07.2019, que seguiu o protocolo da legislação vigente, a utilização do referido Fundo se daria pelo período de 36 meses, contados a partir da aprovação do processo (dezembro/2019 a novembro/2022), ou enquanto houvesse recursos no Fundo de Destinação.

Ainda segundo o estudo supramencionado e consoante o Art. 23 da Resolução CNPC nº 30/2018, a destinação do superávit poderia ser interrompida em caso de necessidade de recomposição da Reserva de Contingência:

Art. 23 A utilização da reserva especial será interrompida e os fundos previdenciais de que trata o art. 22 serão revertidos total ou parcialmente para recompor a reserva de contingência ao patamar estabelecido no art. 15, quando for inferior ao montante apurado a título de reserva de contingência.

Neste sentido, a Tabela 9 apresenta a necessidade de reversão do Fundo Especial para Revisão do Plano em 31.12.2021, em conformidade com o Art. 23 da Resolução CNPC nº 30/2018:

TABELA 9 – REVERSÃO DO FUNDO ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO EM 31.12.2021

[A] Patrimônio de Cobertura da parcela BD antes da reversão do Fundo Especial	R\$ 1.584.069.898
[B] Provisão Matemática da parcela BD	R\$ 1.487.972.991
[C = A - B] Superávit Técnico antes da reversão do Fundo Especial	96.096.906
[D] Duração do Passivo	10,5519
[E = MÍNIMO (10% + 1% * D; 25%) * B] Limite da Reserva de Contingência	R\$ 305.806.721
[F] Fundo Especial para Revisão do Plano	R\$ 64.601.184
[G = MÍNIMO(F; E - C)] Necessidade de reversão do Fundo Especial	R\$ 64.601.184
[H = C + G] Total da Reserva de Contingência em 31.12.2021	R\$ 160.698.091

Rodarte Nogueira
consultoria em estatística e atuária



Tendo em vista que, no encerramento do exercício de 2021, o superávit técnico inicial do Plano SERPRO II se demonstrou inferior ao limite da Reserva de Contingência, o Fundo Especial para Revisão do Plano, no montante de R\$ 64.601.184,35, foi integralmente revertido para a recomposição da referida reserva.

6.2.1.2. Demais Fundos Previdenciais

Ante o exposto no subitem anterior, em 31.12.2021, o PS-II registra Fundos Previdenciais de R\$ 257.516.842,60, formados pelo Fundo de Compensação de Cotas Excedentes, no valor de R\$ 2.050.426,98, e pelo Fundo de Risco correspondente à R\$ 255.466.415,62.

O Fundo de Compensação de Cotas Excedentes é destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento. O referido fundo está vinculado à parcela de contribuição definida do Plano e é atualizado pela respectiva rentabilidade, debitado de eventual saldo negativo apurado pela diferença entre a cota da data de requerimento do resgate ou transferência patrimonial e a data do efetivo pagamento e acrescido de eventual saldo positivo apurado pela referida diferença.

Para amenizar as perdas patrimoniais ocorridas no exercício, o Conselho Deliberativo, por meio da DL nº 39/2021, aprovou a reversão, em novembro/2021, de R\$ 22,9 milhões do Fundo de Compensação de Cotas Excedentes para a parcela de Contribuição Definida do PS-II.

Finalmente, o Fundo de Risco foi constituído na Avaliação Atuarial de 2020 com a finalidade de custear o Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento.

Os riscos associados ao Fundo em questão estão relacionados à ocorrência dos eventos de invalidez, morte, morbidez e reclusão, que ocasionarão o desembolso das indenizações para cobertura dos respectivos valores que suportarão tais benefícios.

O montante relativo ao Fundo de Risco é atualizado pela rentabilidade da Parcela BD do Plano, creditado das contribuições de risco e dos valores prescritos e debitados dos desembolsos supramencionados.

6.2.2. Variação do Resultado

Em relação à parcela constituída na modalidade de Contribuição Definida não há formação de superávit ou déficit técnico, visto que todos os ganhos ou perdas são repassados para saldo de conta dos participantes, que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.



Quanto à parcela estruturada na modalidade de Benefício Definido, observou-se que, quando considerados os resultados dessa Avaliação, o superávit técnico registrado em 31.12.2020, no valor de R\$ 243.718.499,32 (24,45% das Provisões Matemáticas da época), reduziu-se para R\$ 160.698.090,63, em 31.12.2021, aproximadamente 10,80% das respectivas Provisões Matemáticas, como efeito das perdas atuariais sobre os ganhos atuariais relativos às Provisões Matemáticas, conforme item 6.1.2, além da perda financeira de 8,91%¹ decorrente da rentabilidade dos investimentos do Plano, que não atingiu o mínimo atuarial esperado.

Em que pese o Plano ainda registrar superávit técnico, o fluxo líquido dos investimentos em 2021 não superou o fluxo esperado com base na meta atuarial sobre as Provisões Matemáticas, efeito da conjuntura econômica atual, apurando-se perda financeira no período, conforme demonstrado na Tabela 10, que apresenta a conciliação do resultado financeiro da parcela de Benefício Definido do Plano em 2021:

TABELA 10 – CONCILIAÇÃO DA VARIAÇÃO DO RESULTADO ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2020	243.718.499
1 - Resultado do Passivo	(491.000.616)
2 - Resultado Financeiro	407.980.207
Resultado Líquido dos investimentos	118.302.846
<i>Rendimento financeiro esperado - Meta Atuarial</i>	215.725.780
<i>Ganho (+) / Perda (-) Financeira</i>	(97.422.933)
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	202.492.792
Constituições/Reversões de Contingências	3.480.170
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	(524.039)
Constituição/reversão de fundos previdenciais	84.228.438
Resultado do Exercício (1 + 2)	(83.020.409)
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2021	160.698.091

Tendo apurado resultado superavitário, a sua alocação em Reserva de Contingência e Reserva Especial para Revisão do Plano deverá seguir o que determina a Resolução CNPC nº 30, de outubro/2018:

Art. 15º :O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{PM.}$$

¹Valor apurado e informado pelo SERPROS.



Aplicando-se a formulação descrita no Art. 15 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 10,5519 anos nessa avaliação, tem-se como *limite de reserva de contingência*, em 31.12.2021, o valor de R\$ 305.806.721,19.

$$\text{Limite Reserva de contingência} = \text{Mínimo} [25\%; 10\% + (1\% \times 10,5519)] \times 1.487.972.991,28^2 = \text{R\$ } 305.806.721,19$$

Como o resultado superavitário, que já considera a reversão integral do Fundo Especial para Revisão do Plano, é inferior ao limite acima estabelecido, não houve constituição de reserva especial, ficando a reserva de contingência equiparada a R\$160.698.090,63.

Vale ressaltar que 2020 havia sido o terceiro exercício consecutivo em que o PS-II registrava reserva especial para revisão do plano e que a sua destinação deveria ocorrer em 2021. Contudo, conforme já alertado no Parecer Atuarial do referido exercício, a destinação do valor apurado a título de reserva especial no triênio 2018-2020 estava condicionada à sua permanência em 2021, assim como à continuidade da distribuição de superávit de 2015-2017.

Neste sentido, haja vista que em 2021 não houve formação de reserva especial e que o Fundo Especial para Revisão do Plano referente à distribuição de superávit de 2015-2017 foi integralmente revertido para recomposição da Reserva de Contingência, não há que se falar em distribuição do superávit relativa ao triênio 2018-2020.

6.2.3. Natureza do Resultado

A situação superavitária registrada pelo PS-II em 31.12.2021 decorre de seu desempenho financeiro nos anos anteriores e de alterações de hipóteses, bem como das oscilações estatísticas em torno destas. A redução do superávit observada em 2021 se deu em função das perdas atuariais e financeiras no exercício.

6.2.4. Soluções para Equacionamento de Déficit

Não há déficit a ser equacionado.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

² O montante de R\$ 1.487.972.991,28 corresponde às provisões matemáticas constituídas na modalidade de benefício definido.



6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para garantia das Operações, Exigíveis e Saldos de Conta, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do PS-II, foram informados pelo SERPROS por meio do Balancete Contábil de 31.12.2021, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade;
- Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 314.197.840,85, sendo o valor de R\$ 257.516.842,60 relativo aos Fundos Previdenciais, de R\$ 52.912.370,96 atinente aos Fundos Administrativos e de R\$ 3.768.627,29 referente aos Fundos para Garantia das Operações, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial;
- Entre as bases de dados de 2020 e 2021 foram observadas 239 aposentadorias, em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO em 2020, o qual se estendeu para 2021, motivo pelo qual verificou-se a transferência de R\$ 370,77 milhões entre as parcelas CD e BD do Plano neste último exercício. Ainda em 2021 o SERPRO iniciou um novo PDV, cujos reflexos ainda serão sentidos nos primeiros meses de 2022, posto que a fase de opção pelo desligamento não foi finalizada;
- Segundo registros Contábeis disponibilizados pelo SERPROS, não foi verificado nos Ativos Financeiros do Plano a existência de saldo positivo de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficits ou amortização de Serviço Passado;
- Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial Anual de 2021, comparativamente às adotadas para o exercício de 2020, destacam-se as seguintes alterações:
 - Tábua de Mortalidade Geral: a Tábua AT-2012 IAM Basic segregada por sexo teve o seu **desagravamento alterado de 10% para 20%**;
 - Composição de Famílias de Pensionistas: o percentual de participantes com dependentes passou de 85,90% para 84,40%;
 - Taxa Real Anual de Juros: de **5,12% a.a.** para **5,08% a.a.**;
 - Taxa de Inflação Anual: de **3,50% a.a.** para **3,00% a.a.**;
 - Fator de Determinação: de **98,31%** para **98,55%**.



7. Plano de Custeio

A seguir apresenta-se o Plano de Custeio previsto para vigorar a partir de abril/2022.

7.1. Participantes Ativos e Autopatrocinados

a) Parcela CD

- *Contribuição Básica*: 1% sobre o Salário de Contribuição;
- *Contribuição Variável*: Percentual determinado pelo participante, limitado a 15%, aplicado sobre a parcela do Salário de Contribuição excedente a 8 VRS;
- *Contribuição Espontânea*: Mensal: apurada pela aplicação de percentual determinado pelo Participante, limitado a 15%, sobre o Salário de Contribuição.
- *Contribuição Esporádica*: realizada em parcela única, em qualquer época e com valor determinado pelo Participante, desde que não inferior ao VRS.

b) Parcela BD

Desde a Avaliação Atuarial de 2020 os compromissos relativos aos benefícios de risco a conceder deixaram de ser registrados na conta de Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados (VABFNP) e passaram a ser cobertos pelo Fundo de Risco, constituído na mesma data.

Como parte integrante da reestruturação da cobertura dos benefícios de risco, as alíquotas de contribuição foram atuarialmente calculadas à época, momento em que, devido à robustez do Fundo de Risco até então constituído, foi proposto que as taxas atuarialmente calculadas fossem reduzidas em 60%.

Conforme já especificado no item 4.2.2, em 31.12.2021, o Fundo de Risco registrava um montante R\$ 255.466.415,62, valor este suficiente para cobrir os riscos por ele assumidos no exercício de 2022, bem como para financiar o direito acumulado dos participantes ativos no que tange ao benefício de Pecúlio por Morte, avaliado pelo Método de Crédito Unitário Projetado.

Assim, para o exercício de 2022, sugere-se que a redução das taxas atuarialmente calculadas passe de 60% para 70%.

A Tabela 11 apresenta os novos percentuais, já com a redução de 70%, propostos para vigorar a partir de 01.04.2022.



TABELA 11 – ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DE RISCO

Idade do Participante na data de inscrição	Taxa incidente sobre	
	Salário de Contribuição (pg)	O excesso do salário de contribuição em relação a 14 vezes o valor de referência SERPRO II (pa)
20	0,0526%	0,0000%
21	0,0475%	0,0201%
22	0,0456%	0,0822%
23	0,0444%	0,1575%
24	0,0502%	0,2281%
25	0,0635%	0,2677%
26	0,0966%	0,2757%
27	0,1116%	0,3027%
28	0,1397%	0,3170%
29	0,1348%	0,3551%
30	0,1553%	0,3729%
31	0,1587%	0,3964%
32	0,1697%	0,4298%
33	0,1465%	0,4704%
34	0,1402%	0,5071%
35	0,1131%	0,5408%
36	0,1090%	0,5581%
37	0,0893%	0,6367%
38	0,1120%	0,6434%
39	0,1185%	0,6286%
40	0,1366%	0,5764%
41	0,1374%	0,5704%
42	0,1668%	0,4944%
43	0,1613%	0,4706%
44	0,1434%	0,4685%
45	0,1272%	0,3208%
46	0,1097%	0,3319%
47	0,0845%	0,2709%
48	0,0455%	0,2555%
49	0,0291%	0,1502%
50	0,0151%	0,1078%
51	0,0101%	0,0890%
52	0,0036%	0,0821%
53	0,0027%	0,0679%
54	0,0027%	0,0669%
55	0,0027%	0,0483%
56	0,0027%	0,0670%
57	0,0027%	0,1149%
58	0,0027%	0,1139%
59	0,0027%	0,0953%
60	0,0027%	0,0705%
61	0,0027%	0,1267%
62	0,0027%	0,1189%
63	0,0027%	0,0660%
64	0,0027%	0,2158%
65	0,0027%	0,2158%

pg = percentual geral

pg = percentual adicional

Aos participantes autopatrocinados caberá, ainda, o recolhimento das correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade dos Patrocinadores ao qual estavam vinculados.



7.2. Assistidos

Os Assistidos contribuem com 0,38% do benefício complementar, para contribuição normal.

Importa registrar que os Assistidos por Benefício de Risco são isentos de contribuições normais.

7.3. Patrocinadores

A Contribuição Normal devida por Patrocinador corresponde à soma das Contribuições Normais devidas pelos Participantes a ele vinculados, desconsideradas as parcelas resultantes de Autopatrocínio.

Cumpramos ressaltar que, quanto à Parcela CD, somente as contribuições Básica e Variável possuem contrapartida do Patrocinador.

Adicionalmente, a contrapartida patronal também está limitada à 10% (dez por cento) da soma dos Salários de Contribuição dos Participantes vinculados ao Patrocinador, desconsideradas as parcelas mantidas por Autopatrocínio.

7.4. Custeio Administrativo

No que concerne ao custeio administrativo dos Planos administrados pelo SERPROS, de acordo com a Deliberação DL nº. 41/2021, para o exercício de 2022, foi zerada a taxa de carregamento administrativo, a Taxa de Administração foi alterada para 0,28% e foi mantida a alíquota da Taxa de Administração sobre Operações com Participantes (Empréstimos e Financiamentos) em 0,20%, assim como a utilização do Resultado Líquido dos Investimentos do PGA.

O Plano Serpro II tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pelo SERPROS.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070

Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 2.170



6. Investimentos

6.1 Gestão dos investimentos



Retrospectiva Econômica

A pandemia da Covid 19 foi sem dúvida o maior catalisador dos eventos macroeconômicos observados a partir de 2020. Depois de uma consistente queda no número de casos, 2021 começou com notícias de uma segunda onda ao redor do mundo, num momento que a vacinação estava apenas começando. No Brasil, a vacinação teve início em fevereiro/21 num ritmo lento pela pouca disponibilidade de doses, quando a média móvel diária do número de mortes já igualava o pico de 1 mil observado em julho/20. Em abril/21 superaria os 3 mil óbitos por dia.

A segunda onda impactou os países de forma heterogênea, mas do ponto de vista econômico as consequências foram em nível global: problemas nas cadeias de abastecimento, falta de insumos e componentes básicos, choque de oferta, inflação. Os preços das commodities subiram de maneira generalizada, bem como os índices de preços; em vários países, temores com relação à inflação e à necessidade de alta das taxas de juros tiveram início ainda no primeiro trimestre.

Esse choque de oferta provocado pela pandemia e seus efeitos inflacionários foram exacerbados ao longo de 2021 à medida que a vacinação avançou, permitindo a volta da atividade econômica e da demanda; inflação foi o principal tema macroeconômico de 2021, que no Brasil por características específicas da nossa economia e sistema político, acabou sendo ainda mais amplificada.

A Selic, taxa base da economia, vinha sendo reduzida pelo Copom com o objetivo de mitigar os efeitos contracionistas da quarentena sobre o nível de atividade, e no início de 2021 estava em 2,00% a.a; a taxa de juro real de curtíssimo prazo ficou negativa. Essa política, em conjunto com a expansão fiscal representada pela prorrogação do auxílio emergencial - pagamentos em dinheiro às pessoas mais vulneráveis - foram importantes para evitar uma queda ainda maior no nível de atividade.

Os títulos públicos atrelados à inflação, depois de baterem mínimas históricas, voltaram a subir com a pandemia, expansão fiscal e aumento da percepção de risco; no entanto, a queda da Selic levou a uma acomodação das taxas longas de volta às mínimas; em janeiro/21 as NTN-B longas eram negociadas no mercado secundário abaixo de IPCA + 4% a.a.

Havia um relativo consenso entre os agentes econômicos de que o cenário de juros mais baixos era definitivo; embora ainda pudessem apresentar volatilidade, os juros tinham mudado de patamar. Do ponto de vista da alocação ótima de ativos, taxas de juros reais mais baixas levaram a realocações em direção a ativos de maior risco.

Nos planos de previdência complementar não foi diferente, essa realocação era necessária e viável do ponto de vista atuarial, com o aumento do risco sendo componente chave para perseguir as respectivas metas. Ao longo do primeiro semestre de 2021, mantivemos a estratégia definida na Política de Investimentos e no ALM de aumentar a alocação em renda variável e fundos multimercados estruturados.

Como já mencionado, 2021 começa com a segunda onda da Covid e preocupações globais com inflação e perspectivas de juros mais altos. Nesse contexto, entra em

evidência um velho conhecido brasileiro, os problemas políticos. Já antecipando o debate eleitoral, ruídos constantes e enfrentamento entre os poderes, alguns embutindo até o risco de uma ruptura institucional, contribuíram para uma piora do cenário e aumento da cotação do dólar.

Num cenário de commodities em alta, a inflação local foi amplificada pela alta da moeda americana, afetando principalmente os preços da energia, tanto derivados do petróleo quanto energia elétrica, esta, por causa da crise hídrica. Já no segundo semestre, a percepção dos agentes foi definitivamente comprometida pela decisão do governo de gastar acima do teto de gastos constitucional, para viabilizar o novo programa de distribuição de renda, o Auxílio Brasil. O mercado sente que perdeu a principal âncora da responsabilidade fiscal; as discussões sobre a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios e o valor do auxílio deixaram a leitura de que objetivos eleitorais de curto prazo prevalecem na política fiscal, em detrimento de políticas sustentáveis que no longo prazo deveriam conduzir ao crescimento.

O resultado para esse cenário foi a deterioração das expectativas de inflação e juros. O Banco Central retomou o processo de alta da Selic, que saiu de 2,00% a.a. para 9,25% a.a. em 2021, com viés de alta para 2022. Como consequência, observamos ao longo do segundo semestre uma deterioração dos preços dos ativos de risco, com impactos negativos tanto nas carteiras de renda variável quanto nos fundos estruturados. O ano se encerrou com a perspectiva de que 2022 será um ano ainda mais desafiador, principalmente considerando que será um ano de eleições presidenciais.



A seguir estão demonstrados os limites utilizados nas Políticas de Investimentos.

Meta Atuarial

Planos	Meta Atuarial / Índice de Referência
Plano SERPROS I - PSI*	INPC + 5,08% a.a.

* taxa válida a partir de abril/22

Alocação por Segmento

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	58,63%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	10,90%	0,00%	45,00%
Estruturados	20,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	7,29%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	2,41%	0,00%	10,00%
Operação com Participantes	15,00%	0,77%	0,00%	15,00%

Alocação por Emissor

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	6,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	5,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	1,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	1,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	4,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
FIP	10,00%	3,00%
Outros	10,00%	0,00%

Limite de concentração por Emissor		
CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	25,00%	25,00%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	25,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	25,00%	15,00%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento em Cotas de FII	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	25,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25,00%	10,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário (CRA/CRI)	25,00%	0,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10,00%	4,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
FIP	10,00%	3,00%
Outros	10,00%	0,00%

Concentração por Investimento		
CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25,0%

Modalidade de Investimento		
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Renda Fixa	100,00%	100,00%
Títulos da dívida mobiliária federal	100,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80,00%	10,00%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80,00%	7,00%
Debêntures de sociedade por ações de capital aberto	80,00%	7,00%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDC	20,00%	0,20%
Renda Variável	70,00%	45,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	30,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	15,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	10,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%
Fundos de participação (FIP)	15,00%	8,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM)	15,00%	15,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%
"Cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil"	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	10,00%
Fundos Imobiliários	20,00%	10,00%
Operações com participantes	15,00%	15,00%

Meta Atuarial

Planos	Meta Atuarial / Índice de Referência
Plano SERPROS II - PSII*	INPC + 5,08% a.a.

* taxa válida a partir de abril/22

Alocação por Segmento

PSII - BD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	55,55%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	16,41%	0,00%	45,00%
Estruturados	20,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	7,42%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	0,48%	0,00%	10,00%
Operação com Participantes	15,00%	0,13%	0,00%	15,00%

PSII - CD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	51,57%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	18,14%	0,00%	45,00%
Estruturados	20,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Exterior	10,00%	8,49%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	0,93%	0,00%	10,00%
Operação com Participantes	15,00%	0,87%	0,00%	15,00%

Alocação por Emissor

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PSII
Tesouro Nacional	100%	100,0%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20,0%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%	0,0%
Companhias abertas com registro na CVM	10%	6,0%
Organismo multilateral	10%	0,0%
Companhias securitizadoras	10%	5,0%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10%	0,0%
FIDC/FICFIDC	10%	1,0%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10%	1,0%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10%	4,0%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10%	10,0%
FIP	10%	3,0%
Outros	10%	0,0%

Limite de concentração por Emissor		
CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PSII
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	25%	25,0%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	25%	25,0%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25,0%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	25%	15,0%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25%	25,0%
% do PL de Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento em Cotas de FII	25%	25,0%
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25%	25,0%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25%	10,0%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário (CRA/CRI)	25%	0,0%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10%	4,0%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10%	10,0%
FIP	10%	3,0%
Outros	10%	0,0%

Concentração por Investimento		
PSII - BD e PSII - CD		
CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25,0%

Modalidade de Investimento		
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	PSII BD
Renda Fixa	100,00%	100,00%
Títulos da dívida mobiliária federal	100,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80,00%	10,00%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80,00%	7,00%
Debêntures de sociedade por ações de capital aberto	80,00%	7,00%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDC	20,00%	0,20%
Renda Variável	70,00%	45,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	30,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	15,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	10,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%
Fundos de participação (FIP)	15,00%	8,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM)	15,00%	15,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%
"Cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil"	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	10,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	10,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	10,00%
Imobiliário	20,00%	10,00%
Fundos Imobiliários	20,00%	10,00%
Operações com participantes	15,00%	15,00%

Meta de Retorno

Planos	Meta Atuarial / Índice de Referência
Plano de Gestão Administrativa - PGA	INPC + 3,03% a.a.

Alocação por Segmento

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	75,00%	75,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Estruturados	20,00%	15,00%	0,00%	15,00%
Exterior	10,00%	5,00%	0,00%	5,00%

Alocação por Emissor

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	0,00%
Companhias abertas com registro na CVM	10,00%	6,00%
Organismo multilateral	10,00%	0,00%
Companhias securitizadoras	10,00%	0,00%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10,00%	1,00%
Investimento classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	10,00%	10,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
Outros	10,00%	0,00%

Limite de concentração por Emissor

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	25,00%	25,00%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	25,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	25,00%	15,00%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento em Cotas de FII	25,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	25,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25,00%	10,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário (CRA/CRI)	25,00%	0,00%
FI/FIC Classificados no Segmentos de Investimentos Estruturados	10,00%	10,00%
Outros	10,00%	0,00%

Concentração por Investimento

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25,0%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	0,0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	0,0%

Modalidade de Investimento		
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLITICA
Renda Fixa	100,00%	100,00%
Títulos da dívida mobiliária federal	100,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80,00%	10,00%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80,00%	10,00%
Debêntures de sociedade por ações de capital aberto	80,00%	10,00%
Renda Variável	70,00%	5,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores.	70,00%	5,00%
Ações, Bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cuja ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.	50,00%	5,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	10,00%	5,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%
Cotas de Fundos de investimento multimercado (FIM) e em cotas de Fundos de Investimento em Cotas de FIM (FICFIM)	15,00%	15,00%
Investimentos no exterior	10,00%	5,00%
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	10,00%	0,00%
"Cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil"	10,00%	5,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10,00%	5,00%
Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	5,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	10,00%	5,00%
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores	10,00%	5,00%

6.2

Princípios de Investimentos Responsáveis

Os Princípios de Investimentos Responsáveis são, em geral, classificados com os aspectos do “ESG”. O ESG é uma sigla em inglês que significa Environmental, Social and Governance, que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização e estão relacionados à sustentabilidade. Empresas que observam estes quesitos têm maior probabilidade de permanecerem produtivas no longo prazo, além de estarem menos expostas a passivos jurídicos advindos de ações ambientais, trabalhistas e sociais.

O Serpros, em momento recente, se tornou signatário do PRI – Principles for Responsible Investment, o qual é um programa ou iniciativa de investidores ao redor do mundo em parceria com a UNEP Finance Initiative e a UN Global Compact.

Tendo se tornado signatário do PRI, o Serpros está buscando os melhores padrões de ESG do mercado, dentre os quais podemos destacar: (i) foi realizado diligência com os gestores dos fundos terceirizados para mapeamento dos processos relacionados ao ESG da gestora; (ii) no processo de prospecção do Serpros foram implementadas novas práticas e métricas de avaliação incluindo o tema ESG; e (iii) foram realizadas reuniões com empresas especializadas no setor de ESG para contratação de prestador de serviço de assessoramento para analisar nossas práticas e políticas para elaboração de diagnóstico visando alteração do corpo normativo da Fundação.

As ações tomadas pelo Serpros nesse tema significam que a entidade se compromete a seguir os seis princípios do PRI, que são:

- Incorporar os temas ESG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão
- Ser proativo e incorporar os temas ESG às políticas e práticas da propriedade de seleção de ativos
- Buscar sempre fazer com quem as entidades nas quais se investe divulguem suas ações relacionadas aos temas ESG
- Promover a implementação dos Princípios dentro do setor de investimento
- Ampliar a eficácia na implementação dos Princípios
- Divulgar relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos princípios”

Sendo signatário do PRI e como Investidor Institucional, o Serpros busca investimentos que, além de retornos financeiros, também contribuam com externalidades positivas para a sociedade. Neste sentido, iniciamos a implementação de novas práticas e métricas de avaliação ESG com relação aos ativos/fundos investidos.

No processo de prospecção em relação aos aspectos: (i) ambientais e questões sociais são analisados: programas de assistência a empregados; rotatividade (turnover); satisfação do cliente; ações para os impactos ambientais de produtos e serviços; e diversidade. (ii) governança dos investimentos, são analisados: diligência de prospecção; diligência anuais; mapeamento dos critérios ESG das empresas e das gestoras; acordos de acionistas; acordo de investimento; avaliações periódicas; existência e funcionamento de comitês e conselhos; mapeamento dos manuais e políticas existentes; gerenciamento de riscos; políticas de prevenção, detecção e remediação de fraudes ou ilícitos; códigos de conduta ética; mecanismos para lidar com conflitos de interesses; entre outros documentos analisados. Estes quesitos foram e são ciclicamente analisados com visitas e questionamentos aos gestores de ativos investidos ou que estão em fase de prospecção.

Devido à busca contínua do Serpros em seus processos será contratada empresa especializada para realizar melhorias que precisam ser implementadas para seguirmos com as melhores práticas em relação aos aspectos ESG na Fundação.

6.3

Governança de Investimento

Ciente de sua responsabilidade perante a sociedade e o mercado de capitais, o Serpros acredita que a adoção de boas práticas de governança de investimento colabora para a longevidade e a sustentabilidade da carteira de investimento do Serpros. O exercício de direito de voto é uma ferramenta essencial desse processo e permite que a Entidade se posicione sobre uma variedade de questões relevantes para a estratégia e o melhor desempenho dos investimentos.

O Serpros impacta diretamente sua performance enquanto investidor institucional e, conseqüentemente, o retorno financeiro necessário para o cumprimento de seu dever fiduciário, ou seja, o pagamento de benefícios a seus associados.

O Serpros cumpre seu dever de diligência em conformidade com seus normativos internos e em consonância com a legislação vigente em linha com as melhores práticas governança de investimentos do mercado, realizando o acompanhamento contínuo da carteira de investimentos da Fundação, desde o aporte até o vencimento e/ou desinvestimento de cada ativo/fundo, tais como: (i) acompanhamento da performance do ativo/fundo; (ii) participação das assembleias; (iii) monitoramento do enquadramento da carteira de investimento; (iv) monitoramento do risco; (v) acompanhamento de fatos relevantes e notícias na mídia, envolvendo o fundo/ativos, prestadores de serviços e executivos; (vi) acompanhamento dos relatórios elaborados periodicamente pelos prestadores de serviços contratados (gestores, administradores, auditores independentes, empresas de avaliação especializadas, entre outros); (vii) realização de diligência de prospecção e anual; (viii) avaliação trimestral (resultado) e semestral (governança de investimento) dos prestadores de serviços (gestores, administradores, agente fiduciário e escritórios jurídicos) envolvidos no ativo/fundo; (ix) acompanhamento das despesas de operacionalização dos fundos; e (x) elaboração de relatório mensais para prestação de contas.



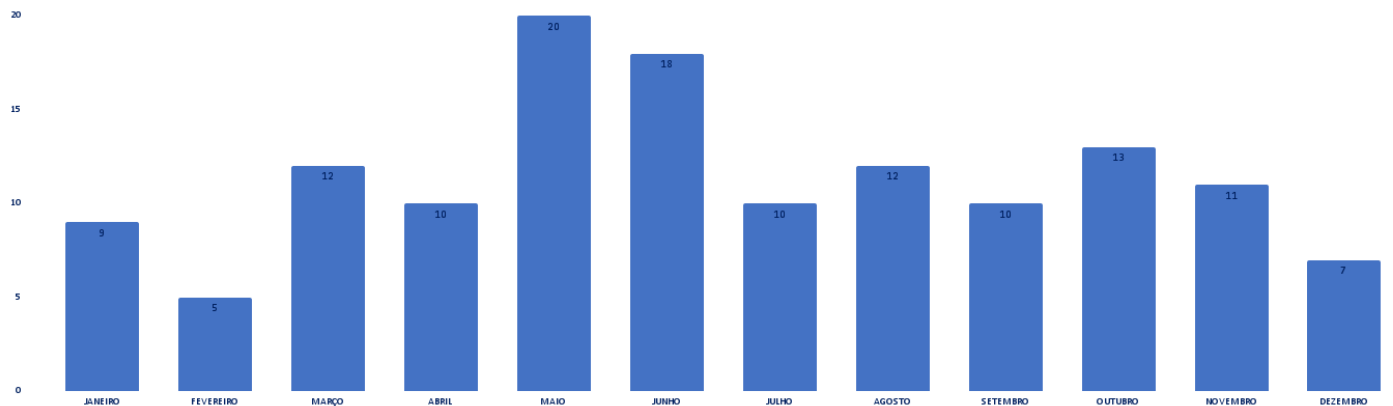
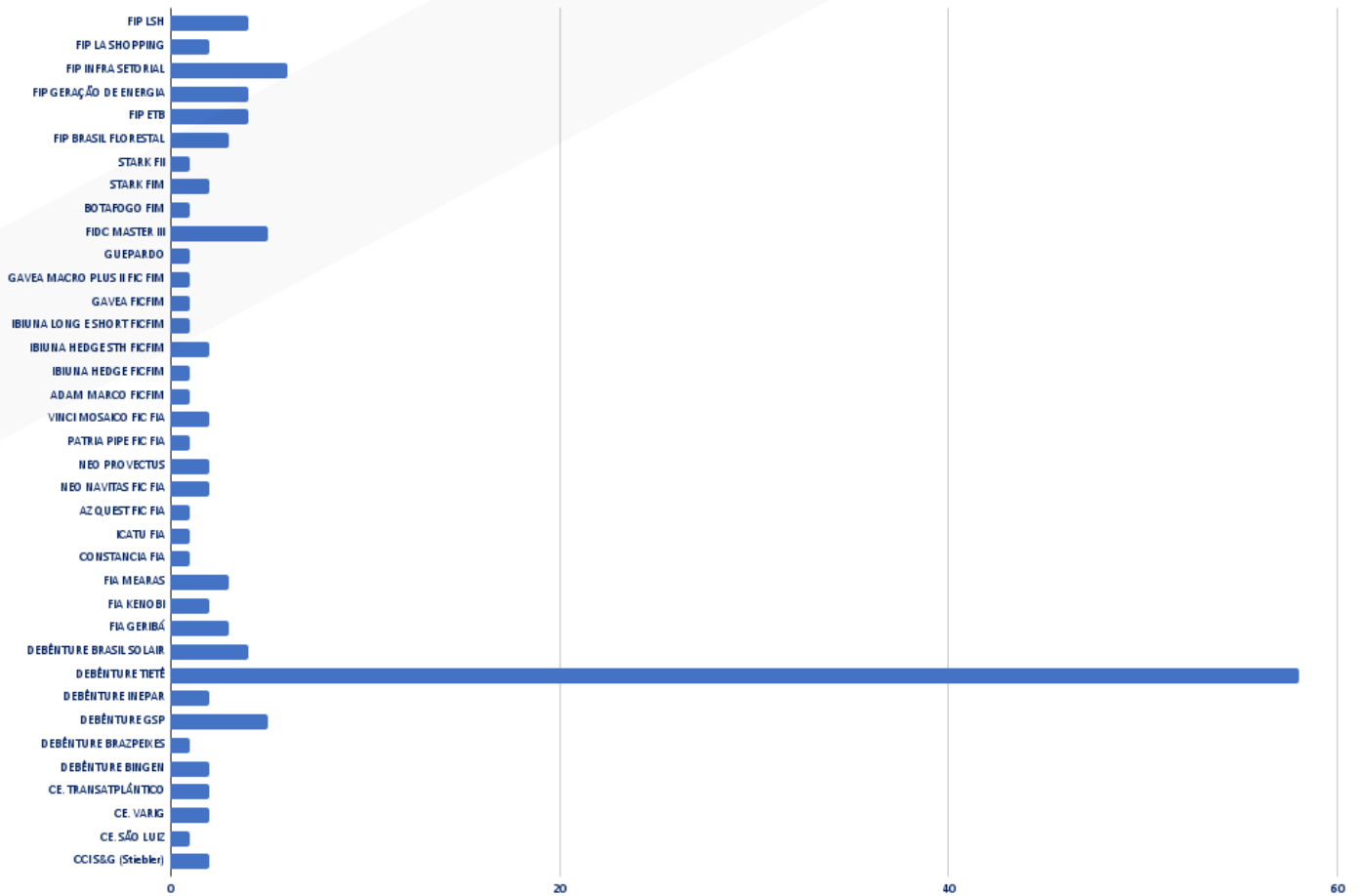
Em relação a participação do Serpros em assembleias e reuniões de investimento é importante destacar que todas as matérias relativas aos ativos/fundos são analisadas criteriosamente e são discutidas no Comitê de Aplicação (CAP), no qual são solicitados pareceres técnicos da Gerência de Governança de Investimento (Gegoi); Gerência Jurídica (Gejur), da Gerência de Investimentos (Gerin), da Gerência de Riscos (Gecor) e do Comitê de Risco (COR), quando necessário, visando o assessoramento da deliberação da Diretoria Executiva (DE), sempre na busca da defesa dos melhores interesses para os participantes dos planos administrados. Todo processo decisório dos investimentos é composto pelas análises das áreas técnicas, pareceres, relatórios dos gestores e prestadores de serviços contratados e é devidamente registrado e arquivado, permitindo segurança e transparência nas deliberações de investimentos.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de reuniões e/ou assembleias que foram realizadas no período de 2021, como se pode observar foram realizadas um total de 137 reuniões/assembleias dos ativos da carteira dos Planos de Benefícios.

Participação em assembleias e reuniões de investimentos

ATIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CCI S&G (Stiebler)							1	1					2
CE. SÃO LUIZ			1										1
CE. VARIG				1							1		2
CE. TRANSATPLÂNTICO				1							1		2
DEBÊNTURE BINGEN			0	1						1			2
DEBÊNTURE BRAZPEIXES							1						1
DEBÊNTURE GSP			1	1					1	1		1	5
DEBÊNTURE INEPAR	1					1							2
DEBÊNTURE TIETÊ	6	3	5	4	8	12	4	4	4	4	3	1	58
DEBÊNTURE BRASIL SOLAIR		1					1	1			1		4
FIA GERIBÁ								1		1	1		3
FIA KENOBI								1		1			2
FIA MEARAS					2							1	3
CONSTANCIA FIA						1							1
ICATU FIA						1							1
AZ QUEST FIC FIA												1	1
NEO NAVITAS FIC FIA							1					1	2
NEO PROVECTUS										1	1		2
PATRIA PIPE FIC FIA							1						1
VINCI MOSAICO FIC FIA			1		1								2
ADAM MARCO FICFIM										1			1
IBIUNA HEDGE FICFIM											1		1
IBIUNA HEDGE STH FICFIM		1	1										2
IBIUNA LONG E SHORT FICFIM										1			1
GAVEA FICFIM					1								1
GAVEA MACRO PLUS II FIC FIM												1	1
GUEPARDO										1			1
FIDC MASTER III	1		1			1		1	1				5
BOTAFOGO FIM				1									1
STARK FIM					1	1							2
STARK FII								1					1
FIP BRASIL FLORESTAL			1					1	1				3
FIP ETB					1	1		1			1		4
FIP GERAÇÃO DE ENERGIA					1		1		1			1	4
FIP INFRA SETORIAL				1	2				1	1	1		6
FIP LA SHOPPING			1		1								2
FIP LSH	1				2				1				4
Total	9	5	12	10	20	18	10	12	10	13	11	7	137

TOTAL DE ASSEMBLEIAS E COMITÊS - POR ATIVO



6.4

Resultados dos Investimentos

No encerramento de 2021, os recursos garantidores encontravam-se enquadrados perante a legislação vigente e as Políticas de Investimento.

Programa de Investimentos	PSI		PSII BD		PSII CD		PGA	
	Financeiro	%	Financeiro	%	Financeiro	%	Financeiro	%
Renda Fixa	R\$ 1.948.321.658,81	77,20%	R\$ 1.459.072.605,05	74,88%	R\$ 1.653.109.983,84	71,77%	R\$ 72.580.852,95	89,90%
Carteira Própria	R\$ 1.948.233.381,57	77,19%	R\$ 1.459.072.605,05	74,88%	R\$ 1.653.021.107,07	71,77%	R\$ 72.580.852,95	89,90%
Carteira Terceirizada	R\$ 88.277,24	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 88.876,77	0,00%	R\$ -	0,00%
Renda Variável	R\$ 268.464.656,63	10,64%	R\$ 214.129.607,25	10,99%	R\$ 333.319.129,54	14,47%	R\$ 1.588.650,76	1,97%
Estruturados	R\$ 218.803.346,20	8,67%	R\$ 266.241.155,43	13,66%	R\$ 271.370.012,04	11,78%	R\$ 6.565.170,70	8,13%
FIPs	R\$ 33.351.128,37	1,32%	R\$ 109.341.834,93	5,61%	R\$ 86.066.743,81	3,74%	R\$ -	0,00%
FIMs Abertos	R\$ 185.452.217,83	7,35%	R\$ 156.899.320,50	8,05%	R\$ 185.303.268,23	8,05%	R\$ 6.565.170,70	8,13%
Operações com Participantes - Empréstimos	R\$ 12.591.233,03	0,50%	R\$ 2.443.815,30	0,13%	R\$ 18.814.597,13	0,82%	R\$ -	0,00%
Imóveis	R\$ 75.674.366,10	3,00%	R\$ 6.576.935,00	0,34%	R\$ 26.578.024,99	1,15%	R\$ -	0,00%
FII	R\$ 18.734.326,08	0,74%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
Carteira	R\$ 56.940.040,02	2,26%	R\$ 6.576.935,00	0,34%	R\$ 26.578.024,99	1,15%	R\$ -	0,00%
Total dos Investimentos	R\$ 2.523.855.260,77	100,00%	R\$ 1.948.464.118,03	100,00%	R\$ 2.303.191.747,54	100,00%	R\$ 80.734.674,41	100,00%
	69,53%		6,04%		24,42%			

Programa de Investimentos	TOTAL Financeiro	%	% 12 meses
Renda Fixa	R\$ 5.133.085.100,65	74,87%	11,95%
Carteira Própria	R\$ 5.132.907.946,64	74,86%	11,95%
Carteira Terceirizada	R\$ 177.154,01	0,00%	4790,21%
Renda Variável	R\$ 817.502.044,18	11,92%	2,46%
Estruturados	R\$ 762.979.684,37	11,13%	1,78%
FIPs	R\$ 228.759.707,11	3,34%	-2,85%
FIMs Abertos	R\$ 534.219.977,26	7,79%	5,17%
Operações com Participantes - Empréstimos	R\$ 33.849.645,46	0,49%	0,03%
Imóveis	R\$ 108.829.326,09	1,59%	3,23%
FII	R\$ 18.734.326,08	0,27%	5,17%
Carteira	R\$ 90.095.000,01	1,31%	5,17%
Total dos Investimentos	R\$ 6.856.245.800,75	100,00%	10,56%

Relatório Anual de Informações de 2022

	PSI		PSII - BD		PSII - CD		PS II		PGA		TOTAL	
	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO	FINANCEIRO	% PLANO
CARTEIRA PRÓPRIA	2.523.855.260,77	100,00%	1.948.464.118,03	100,00%	2.303.191.747,54	100,00%	4.251.655.865,57	100,00%	80.734.674,41	100,00%	6.856.245.800,75	100,00%
Renda Fixa - Carteira Própria	1.948.233.381,57	77,19%	1.459.072.605,05	74,88%	1.653.021.107,07	71,77%	3.112.093.712,12	73,20%	72.580.852,95	89,90%	5.132.907.946,64	74,86%
FIM STARK II	1.947.082.957,19	77,15%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.947.082.957,19	28,40%
FIM CREDIT CP	-	0,00%	1.456.599.249,22	74,76%	1.651.869.038,83	71,72%	3.108.468.288,05	73,11%	-	0,00%	3.108.468.288,05	45,34%
FIM BOTAFOGO	1.150.424,38	0,05%	2.473.355,83	0,13%	1.152.068,24	0,05%	3.625.424,07	0,09%	-	0,00%	4.775.848,45	0,07%
FIM PGA SERPROS CP	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	72.580.852,95	89,90%	72.580.852,95	1,06%
Renda Variável	268.464.656,63	10,64%	214.129.607,25	10,99%	333.319.129,54	14,47%	547.448.736,79	12,88%	1.588.650,76	1,97%	817.502.044,18	11,92%
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	16.247.936,76	0,64%	12.241.803,68	0,63%	17.932.936,02	0,78%	30.174.739,70	0,71%	-	0,00%	46.422.676,46	0,68%
GUEPA INST FIC FIA	10.968.820,02	0,43%	22.251.767,11	1,14%	21.623.512,96	0,94%	43.875.280,07	1,03%	-	0,00%	54.844.100,09	0,80%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	12.501.477,21	0,50%	9.444.331,00	0,48%	13.772.698,09	0,60%	23.217.029,09	0,55%	-	0,00%	35.718.506,30	0,52%
OCCAM FIC FIA	30.772.365,80	1,22%	25.660.449,12	1,32%	24.395.960,66	1,06%	50.056.409,78	1,18%	-	0,00%	80.828.775,58	1,18%
VINCI MOSAICO FIA	26.641.447,77	1,06%	22.166.625,21	1,14%	21.170.154,14	0,92%	43.336.779,35	1,02%	-	0,00%	69.978.227,12	1,02%
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	30.951.575,89	1,23%	23.383.118,20	1,20%	34.098.379,89	1,48%	57.481.498,09	1,35%	847.528,81	1,05%	89.280.602,79	1,30%
NEO NAVITAS FIC FIA	25.920.488,07	1,03%	30.858.241,07	1,58%	39.513.466,65	1,72%	70.371.707,72	1,66%	741.121,95	0,92%	97.033.317,74	1,42%
AZ QUEST SMALL MID CAPS INST FIC FIA	29.960.447,66	1,19%	22.594.999,07	1,16%	33.045.832,30	1,43%	55.640.831,37	1,31%	-	0,00%	85.601.279,03	1,25%
FIA KENOBI	35.255.070,68	1,40%	19.507.391,64	1,00%	55.363.266,08	2,40%	74.870.657,72	1,76%	-	0,00%	110.125.728,40	1,61%
FIA MEARAS	25.585.238,30	1,01%	12.898.884,63	0,66%	35.380.841,98	1,54%	48.279.726,61	1,14%	-	0,00%	73.864.964,91	1,08%
FIA GERIBA	23.659.788,47	0,94%	13.121.996,52	0,67%	37.022.080,77	1,61%	50.144.077,29	1,18%	-	0,00%	73.803.865,76	1,08%
Renda Fixa - Carteira Terceirizada	88.277,24	0,00%	-	0,00%	88.876,77	0,00%	88.876,77	0,00%	-	0,00%	177.154,01	0,00%
FIDC BVA MASTER III	88.277,24	0,00%	-	0,00%	88.876,77	0,00%	88.876,77	0,00%	-	0,00%	177.154,01	0,00%
Estruturados - FIPs	33.351.128,37	1,32%	109.341.834,93	5,61%	86.066.743,81	3,74%	195.408.578,74	4,60%	-	0,00%	228.759.707,11	3,34%
FIP ATICO ENERGIA	844.105,87	0,03%	1.313.330,10	0,07%	383.499,95	0,02%	1.696.830,05	0,04%	-	0,00%	2.540.935,92	0,04%
FIP ATICO FLORESTAL	4.434.987,16	0,18%	7.165.698,60	0,37%	11.595.399,33	0,50%	18.761.097,93	0,44%	-	0,00%	23.196.085,09	0,34%
FIP ETB	148.455,33	0,01%	651.290,00	0,03%	253.874,27	0,01%	905.164,27	0,02%	-	0,00%	1.053.619,60	0,02%
FIP INFRA SANEAMENTO	-	0,00%	41.234.734,73	2,12%	34.067.798,44	1,48%	75.302.533,17	1,77%	-	0,00%	75.302.533,17	1,10%
FIP LSH	-	0,00%	12.810.701,97	0,66%	10.279.787,85	0,45%	23.090.489,82	0,54%	-	0,00%	23.090.489,82	0,34%
FIP LA SHOPPING CENTERS	2.453.868,01	0,10%	1.882.856,77	0,10%	6.347.511,78	0,28%	8.230.368,55	0,19%	-	0,00%	10.684.236,56	0,16%
FP2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	25.469.712,00	1,01%	44.283.222,76	2,27%	23.138.872,19	1,00%	67.422.094,95	1,59%	-	0,00%	92.891.806,95	1,35%
Estruturados - Multimercados	185.452.217,83	7,35%	156.899.320,50	8,05%	185.303.268,23	8,05%	342.202.588,73	8,05%	6.565.170,70	8,13%	534.219.977,26	7,79%
GAVEA MACRO FIC FIM	22.322.198,57	0,88%	9.262.567,71	0,48%	22.191.439,37	0,96%	31.454.007,08	0,74%	2.029.290,78	2,51%	55.805.496,43	0,81%
GAVEA M P II FICFIM	16.137.824,41	0,64%	8.184.451,70	0,42%	16.022.284,91	0,70%	24.206.736,61	0,57%	-	0,00%	40.344.561,02	0,59%
ADAM MACRO STRATEGY II D60 FIC FIM	19.100.973,46	0,76%	19.978.313,62	1,03%	21.847.491,53	0,95%	41.825.805,15	0,98%	-	0,00%	60.926.778,61	0,89%
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	18.590.004,61	0,74%	15.266.747,21	0,78%	14.525.815,17	0,63%	29.792.562,38	0,70%	-	0,00%	48.382.566,99	0,71%
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2.708.623,78	3,35%	2.708.623,78	0,04%
GAUSS ADV FIC FIM	25.581.585,97	1,01%	23.167.759,87	1,19%	22.513.643,65	0,98%	45.681.403,52	1,07%	1.827.256,14	2,26%	73.090.245,63	1,07%
NEO PROVECTUS I FICM	19.279.899,03	0,76%	14.666.977,26	0,75%	14.252.871,28	0,62%	28.919.848,54	0,68%	-	0,00%	48.199.747,57	0,70%
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC FIM	22.084.886,99	0,88%	22.890.045,25	1,17%	25.176.200,90	1,09%	48.066.246,15	1,13%	-	0,00%	70.151.133,14	1,02%
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	42.354.844,79	1,68%	43.482.457,88	2,23%	48.773.521,42	2,12%	92.255.979,30	2,17%	-	0,00%	134.610.824,09	1,96%
Operações com Participantes - Empréstimos	12.591.233,03	0,50%	2.443.815,30	0,13%	18.814.597,13	0,82%	21.258.412,43	0,50%	-	0,00%	33.849.645,46	0,49%
IMÓVEIS	75.674.366,10	3,00%	6.576.935,00	0,34%	26.578.024,99	1,15%	33.154.959,99	0,78%	-	0,00%	108.829.326,09	1,59%
FII	18.734.326,08	0,74%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	18.734.326,08	0,27%
Carteira	56.940.040,02	2,26%	6.576.935,00	0,34%	26.578.024,99	1,15%	33.154.959,99	0,78%	-	0,00%	90.095.000,01	1,31%

Relatório Anual de Informações de 2022

Alocação	PS-I			PS-II BD			PS-II CD		
	31/12/20	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD
Total de RF	2.130.048.301,92	- 180.052.395,30	1.949.995.906,62	1.797.940.795,13	- 342.921.293,10	1.455.019.502,03	1.837.218.418,49	- 188.709.950,53	1.648.508.467,97
Títulos Públicos	1.948.214.492,94	-	1.948.214.492,94	1.443.825.446,19	-	1.443.825.446,19	1.635.724.874,88	-	1.635.724.874,88
Títulos Privados	181.833.808,98	- 180.052.395,30	1.781.413,68	354.115.348,94	- 342.921.293,10	11.194.055,84	201.493.543,62	- 188.709.950,53	12.783.593,09

Alocação	PS-I			PS-II BD			PS-II CD		
	31/12/20	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD
Títulos Públicos	1.948.214.492,94	-	1.948.214.492,94	1.443.825.446,19	-	1.443.825.446,19	1.635.724.874,88	-	1.635.724.874,88
NTN-C (IGP-M)	494.027.096,16	-	494.027.096,16	-	-	-	-	-	-
NTN-B (IPCA)	1.090.606.520,71	-	1.090.606.520,71	1.322.799.616,59	-	1.322.799.616,59	1.500.132.402,51	-	1.500.132.402,51
LFT	12.339.256,68	-	12.339.256,68	53.611.288,20	-	53.611.288,20	60.798.347,36	-	60.798.347,36
Compromissada	351.241.619,39	-	351.241.619,39	67.414.541,39	-	67.414.541,39	74.794.125,01	-	74.794.125,01

Títulos Privados	181.833.808,98	- 180.052.395,30	1.781.413,68	354.115.348,94	- 342.921.293,10	11.194.055,84	201.493.543,62	- 188.709.950,53	12.783.593,09
Debêntures	124.109.384,17	- 124.109.384,17	-	267.807.541,69	- 257.803.567,77	10.003.973,92	148.996.004,87	- 137.650.911,29	11.345.093,58
INEPAR	10.321.165,24	- 10.321.165,24	-	43.562.771,27	- 43.562.771,27	-	20.291.170,65	- 20.291.170,65	-
BINGEN	8.690.806,75	- 8.690.806,75	-	2.714.953,99	- 2.714.953,99	-	3.078.917,18	- 3.078.917,18	-
SIFCO	14.383.997,94	- 14.383.997,94	-	30.924.888,04	- 30.924.888,04	-	14.404.551,46	- 14.404.551,46	-
BRAZPEIXES	17.430.240,00	- 17.430.240,00	-	37.474.158,65	- 37.474.158,65	-	17.455.146,35	- 17.455.146,35	-
BRAZAL - BFG	27.668.266,11	- 27.668.266,11	-	59.485.411,18	- 59.485.411,18	-	27.707.801,74	- 27.707.801,74	-
XNICE	9.407.922,38	- 9.407.922,38	-	20.226.570,35	- 20.226.570,35	-	9.421.365,51	- 9.421.365,51	-
BRASIL SOLAIR	18.530.934,84	- 18.530.934,84	-	39.840.598,41	- 39.840.598,41	-	18.557.413,99	- 18.557.413,99	-
GSP_PROP	-	-	-	10.003.973,92	-	10.003.973,92	11.345.093,58	-	11.345.093,58
RD TIETE	17.676.050,91	- 17.676.050,91	-	23.574.215,88	- 23.574.215,88	-	26.734.544,41	- 26.734.544,41	-
CCI	31.647.625,66	- 31.647.625,66	-	68.040.838,76	- 68.040.838,76	-	31.692.847,59	- 31.692.847,59	-
S&G Empreendimentos	7.104.710,91	- 7.104.710,91	-	15.274.778,99	- 15.274.778,99	-	7.114.862,95	- 7.114.862,95	-
CTESO	24.542.914,75	- 24.542.914,75	-	52.766.059,77	- 52.766.059,77	-	24.577.984,64	- 24.577.984,64	-
FIDC	88.277,24	-	88.277,24	-	-	-	88.876,77	-	88.876,77
FIDC BVA MASTER III	88.277,24	-	88.277,24	-	-	-	88.876,77	-	88.876,77
Letras Financeiras	24.295.385,47	- 24.295.385,47	-	17.076.886,57	- 17.076.886,57	-	19.366.191,64	- 19.366.191,64	-
Banco BVA	24.295.385,47	- 24.295.385,47	-	17.076.886,57	- 17.076.886,57	-	19.366.191,64	- 19.366.191,64	-
Hungria	1.693.136,44	-	1.693.136,44	1.190.081,92	-	1.190.081,92	1.349.622,74	-	1.349.622,74

Relatório Anual de Informações de 2022

Alocação	PSII Consolidado			PGA			TOTAL		
	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido
31/12/20									
Total de RF	3.635.159.213,62	- 531.631.243,62	3.103.527.969,99	72.585.919,69	-	72.585.919,69	5.837.793.435,22	- 711.683.638,92	5.126.109.796,30
Titulos Públicos	3.079.550.321,06	-	3.079.550.321,06	72.585.919,69	-	72.585.919,69	5.100.350.733,69	-	5.100.350.733,69
Titulos Privados	555.608.892,55	- 531.631.243,62	23.977.648,93	-	-	-	737.442.701,53	- 711.683.638,92	25.759.062,61
Alocação	PSII Consolidado			PGA			TOTAL		
31/12/20	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido	Total	PDD	Valor Líquido
Titulos Públicos	3.079.550.321,06	-	3.079.550.321,06	72.585.919,69	-	72.585.919,69	5.100.350.733,69	-	5.100.350.733,69
NTN-C (IGP-M)	-	-	-	-	-	-	494.027.096,16	-	494.027.096,16
NTN-B (IPCA)	2.822.932.019,10	-	2.822.932.019,10	33.663.964,47	-	33.663.964,47	3.947.202.504,28	-	3.947.202.504,28
LFT	114.409.635,56	-	114.409.635,56	-	-	-	126.748.892,24	-	126.748.892,24
Compromissada	142.208.666,40	-	142.208.666,40	38.921.955,22	-	38.921.955,22	532.372.241,01	-	532.372.241,01
Titulos Privados	555.608.892,55	- 531.631.243,62	23.977.648,93	-	-	-	737.442.701,53	- 711.683.638,92	25.759.062,61
Debêntures	416.803.546,56	- 395.454.479,06	21.349.067,50	-	-	-	540.912.930,73	- 519.563.863,23	21.349.067,50
INEPAR	63.853.941,92	- 63.853.941,92	-	-	-	-	74.175.107,16	- 74.175.107,16	-
BINGEN	5.793.871,17	- 5.793.871,17	-	-	-	-	14.484.677,92	- 14.484.677,92	-
SIFCO	45.329.439,50	- 45.329.439,50	-	-	-	-	59.713.437,44	- 59.713.437,44	-
BRAZPEIXES	54.929.305,00	- 54.929.305,00	-	-	-	-	72.359.545,00	- 72.359.545,00	-
BRAZAL - BFG	87.193.212,92	- 87.193.212,92	-	-	-	-	114.861.479,03	- 114.861.479,03	-
XNICE	29.647.935,86	- 29.647.935,86	-	-	-	-	39.055.858,24	- 39.055.858,24	-
BRASIL SOLAIR	58.398.012,40	- 58.398.012,40	-	-	-	-	76.928.947,24	- 76.928.947,24	-
GSP_PROP	21.349.067,50	-	21.349.067,50	-	-	-	21.349.067,50	-	21.349.067,50
RD TIETE	50.308.760,29	- 50.308.760,29	-	-	-	-	67.984.811,20	- 67.984.811,20	-
CCI	99.733.686,35	- 99.733.686,35	-	-	-	-	131.381.312,01	- 131.381.312,01	-
S&G Empreendimentos	22.389.641,94	- 22.389.641,94	-	-	-	-	29.494.352,85	- 29.494.352,85	-
CTESO	77.344.044,41	- 77.344.044,41	-	-	-	-	101.886.959,16	- 101.886.959,16	-
FIDC	88.876,77	-	88.876,77	-	-	-	177.154,01	-	177.154,01
FIDC BVA MASTER III	88.876,77	-	88.876,77	-	-	-	177.154,01	-	177.154,01
Letras Financeiras	36.443.078,21	- 36.443.078,21	-	-	-	-	60.738.463,68	- 60.738.463,68	-
Banco BVA	36.443.078,21	- 36.443.078,21	-	-	-	-	60.738.463,68	- 60.738.463,68	-
Hungria	2.539.704,66	-	2.539.704,66	-	-	-	4.232.841,10	-	4.232.841,10

Performance Global das Carteiras de Investimentos do SERPROS	2020	jan.-21	fev.-21	mar.-21	abr.-21	mai.-21	jun.-21	jul.-21	ago.-21	set.-21	out.-21	nov.-21	dez.-21	2021
SERPROS	10,56%	0,51%	0,12%	1,68%	1,28%	1,51%	0,90%	-0,27%	-0,02%	0,14%	-0,94%	0,67%	0,96%	6,70%
PSI	14,88%	1,18%	0,87%	2,09%	1,33%	1,73%	0,84%	-0,18%	-0,06%	-0,19%	-0,74%	0,56%	0,62%	8,31%
PSII	8,32%	0,13%	-0,32%	1,47%	1,27%	1,39%	0,95%	-0,33%	0,02%	0,34%	-1,06%	0,71%	1,16%	5,85%
PSII BD	8,27%	0,20%	-0,21%	1,52%	1,13%	1,29%	0,96%	-0,20%	0,12%	0,55%	-0,84%	1,03%	1,25%	6,98%
PSII CD	8,33%	0,08%	-0,40%	1,43%	1,39%	1,47%	0,94%	-0,44%	-0,07%	0,17%	-1,25%	0,44%	1,08%	4,91%
PGA	3,20%	0,15%	-0,52%	0,03%	0,40%	0,44%	0,48%	-0,12%	-0,09%	0,12%	-0,71%	1,65%	0,75%	2,59%
META ATUARIAL - PSI	10,93%	1,91%	0,71%	1,27%	1,28%	0,80%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	16,73%
META ATUARIAL - PSII	11,07%	1,92%	0,72%	1,28%	1,28%	0,80%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	16,77%
Índice Referencial - PGA	11,07%	1,71%	0,52%	1,07%	1,11%	0,63%	1,21%	0,85%	1,27%	1,13%	1,45%	1,41%	1,09%	14,32%
CDI	2,75%	0,15%	0,13%	0,20%	0,21%	0,27%	0,30%	0,36%	0,42%	0,44%	0,48%	0,59%	0,76%	4,40%
IBOVESPA	2,92%	-2,64%	-3,11%	3,05%	4,17%	4,60%	1,15%	-4,40%	-2,97%	-5,44%	-8,99%	-1,83%	1,19%	-15,04%

Relatório Anual de Informações de 2022

Performance Global das Carteiras de Investimentos do SERPROS	jan.-21	fev.-21	mar.-21	abr.-21	mai.-21	jun.-21	jul.-21	ago.-21	set.-21	out.-21	nov.-21	dez.-21	2021
SERPROS	0,51%	0,12%	1,68%	1,28%	1,51%	0,90%	-0,27%	-0,02%	0,14%	-0,94%	0,67%	0,96%	6,70%
PSI	1,18%	0,87%	2,09%	1,33%	1,73%	0,84%	-0,18%	-0,06%	-0,19%	-0,74%	0,56%	0,62%	8,31%
PSII	0,13%	-0,32%	1,47%	1,27%	1,39%	0,95%	-0,33%	0,02%	0,34%	-1,06%	0,71%	1,16%	5,85%
PSII BD	0,20%	-0,21%	1,52%	1,13%	1,29%	0,96%	-0,20%	0,12%	0,55%	-0,84%	1,03%	1,25%	6,98%
PSII CD	0,08%	-0,40%	1,43%	1,39%	1,47%	0,94%	-0,44%	-0,07%	0,17%	-1,25%	0,44%	1,08%	4,91%
PGA	0,15%	-0,52%	0,03%	0,40%	0,44%	0,48%	-0,12%	-0,09%	0,12%	-0,71%	1,65%	0,75%	2,59%
Rentabilidade por Segmentos	jan.-21	fev.-21	mar.-21	abr.-21	mai.-21	jun.-21	jul.-21	ago.-21	set.-21	out.-21	nov.-21	dez.-21	2021
RENDA FIXA	1,15%	0,62%	1,64%	0,93%	1,12%	0,90%	0,66%	0,59%	0,89%	0,40%	1,78%	0,89%	12,18%
FIM BOTAFOGO	-0,16%	-0,33%	248,72%	0,02%	-6,08%	-0,14%	-0,28%	-1,10%	-0,34%	-0,44%	0,13%	0,33%	219,98%
FIM CREDIT	0,68%	0,07%	1,02%	0,84%	0,90%	0,95%	0,69%	0,67%	1,10%	0,34%	2,08%	0,95%	10,77%
FIM STARK	1,94%	1,49%	1,93%	0,93%	0,61%	-0,05%	-0,12%	-0,10%	-0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	6,74%
FIM STARK II	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,80%	0,83%	0,62%	0,48%	0,57%	0,48%	1,32%	0,80%	6,05%
FIM PGA	0,17%	-0,60%	0,01%	0,42%	0,45%	0,49%	0,05%	0,02%	0,21%	-0,52%	1,91%	0,72%	3,35%
FIDC MASTER III	90,31%	90,19%	106,43%	703,52%	93,34%	194,62%	244,90%	275,88%	150,43%	0,60%	1,82%	-7,92%	
ESTRUTURADOS	-0,36%	0,74%	0,41%	0,41%	0,20%	0,75%	-0,67%	-0,16%	2,38%	-0,32%	-3,99%	2,32%	1,56%
Fundos de Investimentos em Participações	-0,06%	-0,04%	-0,11%	-0,05%	-0,06%	0,59%	-0,08%	0,42%	5,45%	-0,07%	-12,07%	5,39%	-1,76%
FIP ATICO ENERGIA	-0,46%	-0,33%	-0,44%	-0,48%	-0,46%	152,79%	-0,31%	-0,30%	-0,30%	-0,31%	-0,31%	-0,31%	142,81%
FIP ATICO FLORESTAL	-0,13%	-0,08%	-0,08%	-0,08%	-0,08%	-0,08%	-0,09%	-0,08%	-0,08%	-0,08%	-0,11%	-0,08%	-1,04%
FIP ETB	-0,09%	-0,24%	-1,99%	0,77%	-0,09%	0,57%	-0,39%	-0,23%	-0,38%	-0,36%	-80,74%	-2,38%	-81,65%
FIP LA SHOPPING CENTERS	-0,14%	-0,08%	-0,15%	-0,13%	-0,14%	-0,14%	-0,15%	-0,15%	-0,14%	-0,14%	-71,52%	-0,21%	-71,96%
FIP INFRA SANEAMENTO	-0,08%	-0,06%	-0,10%	-0,08%	-0,09%	-0,11%	-0,15%	1,85%	21,82%	-0,12%	-0,06%	16,43%	43,24%
FIP LSH	-0,04%	-0,04%	-0,05%	-0,06%	-0,06%	-0,04%	-0,05%	-0,05%	-0,05%	-0,04%	-0,05%	-0,05%	-0,57%
FP2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FIMs Abertos	-0,60%	1,39%	0,84%	0,74%	0,36%	0,84%	-0,95%	-0,44%	0,92%	-0,44%	0,04%	0,95%	3,69%
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC FIM	-0,02%	0,19%	0,31%	0,90%	0,29%	0,28%	-0,07%	0,12%	0,44%	0,63%	0,66%	0,79%	4,62%
ADAM MACRO STRATEGY II D60 FIC FIM	-1,32%	-0,69%	0,77%	1,66%	1,10%	0,59%	-0,70%	0,46%	-1,75%	4,02%	-2,88%	2,09%	3,22%
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	-0,84%	3,33%	1,17%	-0,38%	0,32%	0,58%	-2,12%	0,98%	2,92%	3,25%	-0,95%	1,69%	10,23%
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	0,10%	0,69%	0,83%	3,12%	-0,45%	3,78%	-0,80%	0,10%	0,22%	-4,29%	4,65%	-0,73%	7,14%
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-0,56%	2,23%	0,78%	-0,24%	0,26%	0,46%	-1,37%	0,75%	2,11%	2,27%	-0,39%	1,24%	7,75%
GAVEA MACRO FIC FIM	0,00%	0,00%	0,00%	-0,04%	0,34%	0,64%	-1,69%	1,12%	2,36%	-1,05%	-0,34%	0,17%	1,46%
GAVEA M P II FICFIM	0,00%	0,00%	0,00%	-0,09%	0,44%	0,87%	-2,65%	1,57%	3,28%	-1,68%	-0,73%	-0,04%	0,86%

Relatório Anual de Informações de 2022

Rentabilidade por Segmentos	jan.-21	fev.-21	mar.-21	abr.-21	mai.-21	jun.-21	jul.-21	ago.-21	set.-21	out.-21	nov.-21	dez.-21	2021
GAUSS ADV FIC FIM	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-1,28%	1,21%	-5,67%	-1,77%	-3,58%	0,94%	1,41%	-8,64%
NEO PROVECTUS I FICM	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,97%	-0,78%	-1,37%	0,98%	-6,65%	0,98%	0,50%	-3,60%
RENDA VARIÁVEL	-2,71%	-3,11%	3,16%	4,14%	4,62%	1,12%	-4,45%	-2,96%	-5,51%	-8,84%	-1,61%	1,28%	-14,73%
FIA GERIBA	-1,87%	-0,96%	1,59%	4,50%	6,66%	0,65%	-3,04%	-5,14%	-5,57%	-10,20%	-1,89%	-0,33%	-15,51%
FIA KENOBI	-1,16%	-4,30%	2,62%	4,07%	1,89%	0,61%	-4,31%	-1,79%	-4,24%	-9,70%	-3,98%	0,43%	-18,86%
FIA MEARAS	-3,33%	-3,77%	2,28%	3,52%	5,56%	0,77%	-3,08%	-3,57%	-6,62%	-7,44%	-3,06%	2,51%	-15,89%
OCCAM FIC FIA	-3,13%	-3,36%	3,94%	3,51%	4,38%	-0,48%	-4,12%	-2,44%	-6,93%	-4,90%	-2,67%	3,49%	-12,74%
VINCI MOSAICO FIA	-3,00%	-3,17%	4,02%	3,16%	4,88%	-0,43%	-4,11%	-2,20%	-6,97%	-8,38%	3,51%	0,12%	-12,82%
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	-3,95%	-2,57%	8,97%	5,27%	4,36%	-0,26%	-4,13%	-3,21%	-4,73%	-6,92%	-0,47%	3,14%	-5,60%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS 30 FIA	-3,90%	-3,82%	5,07%	1,65%	5,23%	-0,62%	-4,90%	0,55%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-1,28%
NEO NAVITAS FIC FIA	-0,51%	-3,45%	-0,99%	5,97%	3,97%	3,49%	-5,30%	1,34%	-8,12%	-11,83%	-6,30%	0,02%	-21,00%
AZ QUEST SMALL MID CAPS INST FIC FIA	-1,91%	0,77%	0,77%	6,94%	4,68%	1,62%	-4,43%	-5,07%	-4,21%	-6,79%	-3,79%	2,22%	-9,74%
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	-6,84%	-7,67%	5,81%	2,88%	0,79%	3,01%	-7,72%	-10,23%	-4,33%	-14,80%	1,71%	1,59%	-32,17%
GUEPA INST FIC FIA	0,00%	0,00%	0,00%	-1,27%	13,01%	4,81%	-4,90%	-0,34%	-0,31%	-9,49%	10,07%	-0,34%	9,69%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-3,48%	-6,61%	-6,96%	-2,19%	0,93%	-17,21%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,24%	-0,10%	0,04%	0,03%	0,82%	0,22%	0,08%	0,15%	-0,01%	0,03%	0,03%	-8,56%	-7,16%
META ATUARIAL - PSI	1,91%	0,71%	1,27%	1,28%	0,80%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	16,73%
META ATUARIAL - PSII	1,92%	0,72%	1,28%	1,28%	0,80%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	16,77%
Índice Referencial - PGA	1,71%	0,52%	1,07%	1,11%	0,63%	1,21%	0,85%	1,27%	1,13%	1,45%	1,41%	1,09%	14,32%
CDI	0,15%	0,13%	0,20%	0,21%	0,27%	0,30%	0,36%	0,42%	0,44%	0,48%	0,59%	0,76%	4,40%
IBOVESPA	-2,64%	-3,11%	3,05%	4,17%	4,60%	1,15%	-4,40%	-2,97%	-5,44%	-8,99%	-1,83%	1,19%	-15,04%

Relatório Anual de Informações de 2022

	PGA	PSI	PSII	CONSOLIDADO
Taxa de Administração Fundos	-R\$ 1.742,13	-R\$ 163.720,15	-R\$ 156.696,49	-R\$ 322.158,76
Carteira Própria	-R\$ 1.742,13	-R\$ 162.536,96	-R\$ 154.283,71	-R\$ 318.562,79
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 1.183,19	-R\$ 2.412,78	-R\$ 3.595,97
Taxa de Controladoria	-R\$ 5.982,07	-R\$ 156.692,01	-R\$ 281.893,59	-R\$ 444.567,67
Carteira Própria	-R\$ 5.982,07	-R\$ 150.716,55	-R\$ 269.628,32	-R\$ 426.326,93
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 5.975,47	-R\$ 12.265,27	-R\$ 18.240,74
Gestão Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 1.095.508,70	-R\$ 2.248.646,78	-R\$ 3.344.155,48
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 1.095.508,70	-R\$ 2.248.646,78	-R\$ 3.344.155,48
Agente Custodiante	-R\$ 3.843,39	-R\$ 151.936,92	-R\$ 265.566,58	-R\$ 421.346,89
Carteira Própria	-R\$ 3.843,39	-R\$ 128.149,63	-R\$ 220.022,83	-R\$ 352.015,85
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 23.787,29	-R\$ 45.543,75	-R\$ 69.331,04
Taxa Performance Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Auditoria Contábil/Gestão	-R\$ 5.835,00	-R\$ 22.875,37	-R\$ 18.257,57	-R\$ 46.967,94
Carteira Própria	-R\$ 5.835,00	-R\$ 18.617,82	-R\$ 9.581,12	-R\$ 34.033,94
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 4.257,56	-R\$ 8.676,44	-R\$ 12.934,00
Imóveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Taxa CVM	-R\$ 27.818,35	-R\$ 121.043,09	-R\$ 147.866,58	-R\$ 296.728,02
Carteira Própria	-R\$ 27.818,35	-R\$ 92.080,27	-R\$ 88.863,25	-R\$ 208.761,87
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 28.962,82	-R\$ 59.003,33	-R\$ 87.966,15
Despesa BOVESPA	-R\$ 0,93	-R\$ 6.470,04	-R\$ 10.059,08	-R\$ 16.530,05
Carteira Própria	-R\$ 0,93	-R\$ 1.628,32	-R\$ 141,35	-R\$ 1.770,60
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 4.841,72	-R\$ 9.917,73	-R\$ 14.759,45
CETIP	-R\$ 20.995,36	-R\$ 327.273,18	-R\$ 481.216,36	-R\$ 829.484,91
Carteira Própria	-R\$ 20.995,36	-R\$ 309.652,57	-R\$ 445.092,26	-R\$ 775.740,19
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 17.620,61	-R\$ 36.124,11	-R\$ 53.744,72
SELIC	-R\$ 3.232,68	-R\$ 64.344,64	-R\$ 86.567,07	-R\$ 154.144,39
Carteira Própria	-R\$ 3.232,68	-R\$ 63.606,46	-R\$ 85.057,79	-R\$ 151.896,93
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 738,19	-R\$ 1.509,27	-R\$ 2.247,46
Taxa ANBIMA	-R\$ 3.303,00	-R\$ 12.577,60	-R\$ 15.719,16	-R\$ 31.599,76
Carteira Própria	-R\$ 3.303,00	-R\$ 8.886,73	-R\$ 8.175,03	-R\$ 20.364,76
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 3.690,88	-R\$ 7.544,12	-R\$ 11.235,00
CBLC	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Própria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas Jurídicas	R\$ -	-R\$ 116.950,57	-R\$ 325.592,35	-R\$ 442.542,92
Carteira Própria	R\$ -	-R\$ 116.950,57	-R\$ 325.592,35	-R\$ 442.542,92
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras despesas (Cartório, publicação etc.)	-R\$ 18,10	-R\$ 3.463,83	-R\$ 1.392,03	-R\$ 4.873,96
Carteira Própria	-R\$ 18,10	-R\$ 2.898,52	-R\$ 230,93	-R\$ 3.147,55
Carteira Terceirizada Renda Variável	R\$ -	-R\$ 565,31	-R\$ 1.161,10	-R\$ 1.726,41
TOTAL	-R\$ 72.771,01	-R\$ 2.242.856,10	-R\$ 4.039.473,64	-R\$ 6.355.100,75

7. Informações Contábeis

7.1 Demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Diretores e Conselheiros da
SERPROS – FUNDO MULTIPATROCINADO
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **SERPROS – FUNDO MULTIPATROCINADO** (“Entidade” ou “Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **SERPROS – FUNDO MULTIPATROCINADO** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018, estabelece regras relativas às condições e procedimentos relacionados à apuração do resultado, e à destinação e utilização de superávits e equacionamento de déficits dos planos de benefícios, assim resumidas:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) - estabelecido o conceito de “*duração do passivo*”, que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;

NOTAS EXPLICATIVAS 2021/2020 | SERPROS – FUNDO MULTIPATROCINADO

(iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "Ajuste de Precificação" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas é apresentado, quando aplicável, em informação contábil complementar na Demonstração do Ativo Líquido de cada Plano.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Conforme comentado à Nota Explicativa 13 às demonstrações contábeis, a situação de equilíbrio técnico do Plano Serpro I está deficitário em 31.12.2021, no entanto, o valor está inferior ao limite estabelecido no Artigo 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018 e não há obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento do déficit técnico do Plano no exercício de 2022.

b) Fundo FIM Credit – Bloqueio Judicial das Notas do Tesouro Nacional

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 8.1.2.2.4, os valores com vencimentos entre 2023 e 2050, dos títulos públicos federais NTN-B da carteira do Fundo de Investimento FIM Credit, continuam penhorados, em sua integridade.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do **SERPROS – FUNDO MULTIPATROCINADO** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório, emitido em 15 de março de 2021, não contém modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, passam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais, quando aplicáveis, deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro – RJ, 02 de março de 2022.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – SC



Paulo de Tarso M. Malta Jr.

Contador – CRC-PE – 0018346/O – S – RJ



BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO/2022 - Em Reais R\$							
CONTABILIZADO							
ATIVO	Unid.	PREZORNI	PREZORNI Investimentos R\$ B	PASSIVO	Unid.	PREZORNI	PREZORNI Investimentos R\$ B
DISPONÍVEL	0	0,00	0,00	RESERVA PATRIMONIAL	0	262.644	262.644
RECEBÍVEL		2.027.484	2.027.484	Reserva Provisória		99.400	99.400
Reserva Provisória	0	68.797	68.797	Reserva Administrativa		3.898	3.898
Reserva Administrativa	7	1.471	1.471	Investimentos		7.224	6.198
Investimentos	8	7.088.216	6.972.989	RESERVA CONTABILIZADA	11	10.622	10.622
Títulos Públicos		-	-	Reserva Provisória		1.697	16.048
Ações/Papelões de Crédito Público		-	-	Reserva Administrativa		0	-
Recursos Financeiros		-	-	Investimentos		3.264	1.800
Fundo de Investimento		6.096.899	5.972.919	RESERVA SOCIAL		6.928.688	6.928.688
Outros		-	-	Fundo de Reserva de Plano		6.928.688	6.748.320
Investimentos em Imóvel		68.797	68.797	Provisão Administrativa	12	6.971.692	6.779.370
Operações com Participações		26.770	26.897	Serviços Operacionais		3.697.717	2.970.208
Operações Arrendadas / Locadas		0,00	0,00	Serviços e Corretor		3.698.998	3.698.300
Recursos a Receber - Provisões		26.770	26.770	(-) Provisão Administrativa e Corretor		(117.684)	(110.612)
Outros Recebíveis		26.770	26.897	Equilíbrio Técnico	13	(79.480)	79.370
PROVISÃO PATRIMONIAL		16.770	16.897	Reservado Provisório		(79.480)	79,370
Reservado	1	16.770	16,897	Superávit Técnico/Reservado		193.696	193,394
Margem		0,00	0,00	(-) Dívida Técnico Arrendado		(240.175)	-
				Partida	14	371.148	479,894
				Partida Provisória		257.517	276,988
				Partida Administrativa		94.537	98,906
				Partida para Reserva das Operações com Participações		9.094	9,000
TOTAL DO ATIVO		7.093.164	7.054.971	TOTAL DO PASSIVO		7.093.164	7.054.971

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMP'S) EM DEZEMBRO/2021 - Em Reais: R\$				
EXERCÍCIO				
DESCRIÇÃO		31/12/2021	31/12/2020 Relevante em R\$ (mil -)	Varição em Exercício (%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício		8.808.816	8.283.228	8,38%
1. Adições		1.186.118	868.848	21,80%
(+)	Contribuições Previdenciais	204.484	253.704	-19,40%
(+)	Portabilidade	132	118	11,86%
(+)	Migração entre Planos	370.766	39.828	830,92%
(+)	Outras Adições Previdenciais	82.579	-	-
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	476.849	642.087	-25,73%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.955	504	486,31%
(+)	Receitas Administrativas	25.608	18.981	34,91%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.116	2.643	-19,94%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	61	-100,00%
(+)	Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	627	1.020	-38,53%
2. Destinações		(1.082.271)	(432.369)	162,83%
(-)	Benefícios	(346.114)	(357.545)	-3,20%
(-)	Resgates	(246.455)	(9.662)	100,00%
(-)	Portabilidade	(1.676)	-	100,00%
(-)	Migração entre Planos	(370.766)	(39.828)	100,00%
(-)	Outras Destinações	(98.482)	-	100%
(-)	Despesas Administrativas	(28.778)	(25.324)	13,64%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		73.846	628.687	-86,88%
(+/-)	Provisões Matemáticas	383.020	521.486	-26,55%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(203.732)	4.579	-4549,27%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(105.015)	3.140	-3444,43%
(+/-)	Fundos Administrativos	(1.054)	(3.639)	-71,04%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	626	1.021	-38,69%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social		-	-	-
(+/-)	Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Operações Transitórias		-	-	-
(+/-)	Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4+5)		8.883.000	8.808.816	1,08%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPEA) EM DEZEMBRO / 2021 - Em Reais Mil

CONCILIADO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado (Nota 3)	Variação no Exercício (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	95.591	99.230	-3,67%
1. Custeio da Gestão Administrativa	27.725	21.624	28,21%
1.1 Receitas	27.725	21.624	28,21%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	8.314	8.765	-5,15%
Custeio Administrativo dos Investimentos	9.075	9.075	0,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	813	827	-1,69%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.116	2.643	-19,94%
Outras Receitas	7.407	314	2258,92%
2. Despesas Administrativas	28.779	25.324	13,64%
2.1 Administração Previdencial	28.486	11.741	142,62%
Pessoal e Encargos	21.311	18.223	16,95%
Treinamentos / congressos e seminários	234	127	84,25%
Viagens e estadias	27	95	-71,58%
Serviços de terceiros	3.826	3.768	1,54%
Despesas gerais	967	737	31,21%
Depreciações e amortizações	309	314	-1,59%
Tributos	1.812	1.708	6,09%
2.2 Provisão para Perdas Estimadas	-	13.231	-100,00%
2.3 Administração da Gestão Assistencial	-	-	-
2.4 Remuneração - Antecipação de Contribuições Patrocinadoras	-	-	-
2.5 Fomento	23	14	64,29%
2.6 Outras Despesas	270	338	-20,12%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	61	-100,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.054)	(3.639)	-71,04%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.054)	(3.639)	-71,04%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	94.537	95.591	-1,10%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (VAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2021 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PB (CNPJ 19689016/11)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificada (Nota 3)	Varição no Exercício (%)
1. Ativos	2.697.856	2.611.169	3,32%
Disponível	4	219	-98,17%
Recebível	47.443	46.203	2,68%
Investimento	2.650.409	2.564.747	3,34%
Fundos de Investimento	2.428.854	2.357.939	3,01%
Investimentos em Imóveis	58.960	62.262	-8,52%
Empréstimos e Financiamentos	14.172	10.968	29,21%
Depósitos Judiciais / Recursais	137	132	3,79%
Recursos a Receber - Precatórios	132.057	115.218	14,61%
Outros Realizações	18.229	18.228	0,01%
2. Obrigações	12.553	10.849	15,71%
Operacional	7.181	6.371	12,71%
Contingencial	5.372	4.478	19,96%
3. Fundos Não Previdenciais	46.951	45.753	2,62%
Fundos Administrativos	41.625	40.875	1,83%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	5.326	4.878	9,18%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.638.352	2.554.567	3,28%
Provisões Matemáticas	2.878.530	2.674.034	7,65%
Superávit/Déficit Técnico	(240.178)	(119.467)	101,04%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(155.227)	(50.323)	208,46%
a) Equilíbrio Técnico	(240.178)	(119.467)	101,04%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	84.951	69.144	22,86%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(155.227)	(50.323)	208,46%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DUAL) POR PLANO DE BENEFÍCIO EM DEZEMBRO / 2021 - Em Reais R\$			
PLANO BD - PBI (CNPJ 15888613/0001-99)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificação (nota 3)	Varição no Exercício (19)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	2.554.567	2.364.396	8
1. Adições	283.573	364.713	-22
(+) Contribuições	47.297	-	-
(+) Reversão de Fundos Administrativos	0	44.230	-100
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	234.295	320.463	-27
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	20	-100
(+) Compensação de Fluxos Previdenciais	0	-	0
(+) Outras Adições	1.981	-	0
2. Destinações	(199.788)	(174.542)	14
(-) Benefícios	(197.523)	(173.119)	14
(-) Resgates	(70)	(80)	-13
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(525)	0	0
(-) Custeio Administrativo	(1.554)	(1.343)	16
(-) Outras Destinações	(116)	-	0
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	83.785	190.171	-56
(+/-) Provisões Matemáticas	204.496	151.101	35
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(120.711)	39.070	-409
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	0
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	0
5. Operações Transitórias	-	-	0
(+/-) Operações Transitórias	-	-	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.638.352	2.554.567	3
C) Fundos não previdenciais	1.005	45.753	-97
(+/-) Fundos Administrativos	750	(1.010)	-174
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	448	571	-22

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVIÇÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2021 – Em Reais R\$			
PLANO 00 – PBI (CONPES 190001616)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificação (Nota 3)	Variação no Exercício (1)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.656.232	2.570.294	3
1. Provisões Matemáticas	2.878.531	2.674.035	8
1.1. Benefícios Concedidos	2.202.744	1.903.380	16
Benefício Definido	2.202.744	1.903.380	16
1.2. Benefício a Conceder	793.671	881.267	-10
Benefício Definido	793.671	881.267	-10
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(117.884)	(110.612)	7
(-) Déficit equacionado	(117.884)	(110.612)	7
(-) Patrocinador(es)	(58.942)	(55.306)	7
(-) Participantes	(16.527)	(18.642)	-11
(-) Assistidos	(42.415)	(36.664)	16
2. Equilíbrio Técnico	(240.178)	(119.467)	101
2.1. Resultados Realizados	(240.178)	(119.467)	101
(-) Déficit técnico acumulado	(240.178)	(119.467)	101
3. Fundos	5.326	4.878	9
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	5.326	4.878	9
4. Exigível Operacional	7.181	6.370	13
4.1. Gestão Previdencial	3.056	2.834	8
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.125	3.536	17
5. Exigível Contingencial	5.372	4.478	20
5.1 Gestão Previdencial	3.745	3.220	16
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	1.627	1.258	29

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DNL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2021 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PSI (CNPJ 199809774)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado (Nota 3)	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	1.953.227	1.627.206	20,04%
Disponível	1	22	-95,45%
Receável	27.298	20.800	31,23%
Investimento	1.925.930	1.606.384	19,89%
Fundos de Investimento	1.895.180	1.577.938	20,10%
Investimentos em Imóveis	8.579	7.192	-8,52%
Empréstimos e Financiamentos	2.193	1.658	32,27%
Depósitos Judiciais / Recursos	224	167	34,13%
Recursos a Receber - Precatórios	19.657	17.150	14,82%
Outros Realizações	2.117	2.281	-7,19%
2. Obrigações	27.918	31.369	-11,00%
Operacional	21.288	21.887	-2,75%
Contingencial	6.632	9.482	-30,06%
3. Fundos Não Previdenciais	21.172	15.452	37,02%
Fundos Administrativos	20.883	15.180	37,57%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	289	272	6,25%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.904.137	1.580.385	20,49%
Provisões Matemáticas	1.487.973	996.971	49,25%
Superávit/Déficit Técnico	160.698	243.719	-34,06%
Fundos Previdenciais	255.466	339.695	-24,80%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	240.272	318.332	-24,52%
a) Equilíbrio Técnico	160.698	243.719	-34,06%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	79.574	74.613	6,65%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	240.272	318.332	-24,52%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DUAL) POR PLANOS DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2021 - Em Real Mil			
PLANO B1 - PBI (CNPJ 25.889.774)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificação (Nota 3)	Variação no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.580.385	1.518.753	4,06%
1. Adições	507.570	200.038	153,74%
(+) Contribuições	12.785	39.118	-67,32%
(+) Migração entre Planos	370.767	39.828	100%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	118.303	120.608	-1,91%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	3.480	484	619,01%
(+) Outras Adições	2.235	-	100%
2. Destinações	(183.818)	(138.406)	32,81%
(-) Benefícios	(148.591)	(137.087)	8,39%
(-) Custeio Administrativo	(524)	(1.319)	-60,27%
(-) Outras Destinações	(34.703)	-	100%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	323.752	61.632	425,30%
(+/-) Provisões Matemáticas	491.001	95.031	416,67%
(+/-) Fundos Previdenciais	(84.229)	1.092	-7813,28%
(+/-) Superavit (Déficit) Técnico do Exercício	(83.020)	(34.491)	140,70%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.904.137	1.580.385	20,49%
C) Fundos não previdenciais	5.720	(979)	-684,27%
(+/-) Fundos Administrativos	5.703	(1.044)	-646,26%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	17	65	-73,85%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVIÇÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIO EM DEZEMBRO / 2021 - Em Reais R\$			
PLANO BD - PBI (CNPJ 152807774)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado (Nota 3)	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.932.343	1.612.026	19,87%
1. Provisões Matemáticas	1.487.973	996.972	49,25%
1.1. Benefícios Concedidos	1.487.973	996.972	49,25%
Benefício Definido	1.487.973	996.972	49,25%
2. Equilíbrio Técnico	160.698	243.719	-34
2.1. Resultados Realizados	160.698	243.719	-34
Superávit técnico acumulado	160.698	243.719	-34,06%
Reserva de contingência	160.698	201.887	-20,40%
Reserva para revisão de plano	-	41.832	-100,00%
3. Fundos	255.755	339.967	-24,77%
3.1. Fundos Previdenciais	255.466	339.696	-24,80%
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	289	272	6,25%
4. Exigível Operacional	21.285	21.887	-2,75%
4.1. Gestão Previdencial	20.648	21.358	-3,32%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	637	529	20,42%
5. Exigível Contingencial	6.632	9.481	-30,05%
5.1. Gestão Previdencial	5.862	9.342	-37,25%
5.2. Investimentos – Gestão Previdencial	770	139	453,96%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DNL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2021 - Em Reais Mil			
PLANO CD - PSI (CNPJ 199087770)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado (Nota 3)	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	2.438.821	2.779.637	-12,26%
Disponível	15	90	-83,33%
Receível	72.685	62.931	15,47%
Investimento	2.366.141	2.716.616	-12,90%
Fundos de Investimento	2.234.661	2.506.195	-13,93%
Investimentos em Imóveis	26.587	29.062	-8,52%
Empréstimos e Financiamentos	17.194	13.871	23,96%
Depósitos Judiciais / Recursos	292	187	56,15%
Recursos a Receber - Precatórios	78.852	68.798	14,61%
Outros Realizações	8.555	8.503	0,61%
2. Obrigações	165.773	165.980	-0,12%
Operacional	164.857	165.427	-0,34%
Contingencial	916	553	65,64%
3. Fundos Não Previdenciais	35.508	42.853	-17,14%
Fundos Administrativos	32.029	39.536	-18,99%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.479	3.317	4,88%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.237.540	2.570.804	-12,96%
Provisões Matemáticas	2.236.490	2.547.987	-12,28%
Fundos Previdenciais	2.050	22.837	-91,02%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (ANUAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2021 - Em Reais (R\$)			
PLANO CD - PBI (CNPJ 12.000.771-6)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificação (Nota 3)	Varição no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	2.570.804	2.293.401	12,10%
1. Adições	355.462	380.255	-6,52%
(+) Contribuições	152.717	179.121	-14,74%
(+) Portabilidade	132	118	11,86%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	124.251	201.016	-38,19%
(+) Outras Adições	78.362	-	100%
2. Destinações	(688.726)	(102.852)	569,63%
(-) Benefícios	-	(47.339)	-100,00%
(-) Resgates	(246.385)	(9.582)	2471,33%
(-) Portabilidade	(1.676)	-	-
(-) Migração de Planos	(370.766)	(39.628)	830,92%
(-) Custeio Administrativo	(6.236)	(6.103)	2,18%
(-) Outras Destinações	(63.663)	-	100%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(333.264)	277.403	-220,14%
(+/-) Provisões Matemáticas	(312.477)	275.354	-213,48%
(+/-) Fundo Previdencial	(20.787)	2.049	-1114,49%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.237.540	2.570.804	-12,96%
C) Fundos não previdenciais	(7.345)	(1.201)	511,57%
(+/-) Fundos Administrativos	(7.507)	(1.585)	373,63%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	162	384	-57,81%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (OPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2021 - Em Reais Mil			
PLANO CO - PSB (CNPJ 1598067774)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado (Nota 3)	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.406.791	2.740.101	-12,16%
1. Provisões Matemáticas	2.235.488	2.547.966	-12,26%
1.1. Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2. Benefício a Conceder	2.235.488	2.547.966	-12,26%
Contribuição Definida	2.235.488	2.547.966	-12,26%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ Instituidor(es)	861.620	900.930	-4,36%
Saldo de contas - parcela participantes	1.373.869	1.647.036	-16,59%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	5.530	26.154	-78,86%
3.1. Fundos Previdenciais	2.050	22.837	-91,02%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.479	3.317	4,89%
4. Exigível Operacional	164.857	165.428	-0,35%
4.1. Gestão Previdencial	162.395	163.309	-0,56%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.462	2.119	16,18%
5. Exigível Contingencial	916	553	65,72%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	916	553	65,72%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serpros Fundo Multipatrocinado, instituído em outubro de 1977, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado, patrocinado pelo SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados e pelo próprio Serpros, com a finalidade de instituir e administrar planos de benefícios, conforme as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Os recursos de que a Fundação dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas Patrocinadoras que firmaram convênios de adesão com os Planos, de seus Participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na qualidade de entidade multipatrocínada o Serpros é responsável pela administração de Planos de Benefícios nas modalidades de Benefício Definido e Contribuição Variável.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

2.1. O Plano SERPRO I – PSI, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujos benefícios têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado anualmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 1980001618. Este Plano está fechado a novas adesões desde 1996, com posterior implantação do Plano SERPRO II e opção de migração. Em 1º de abril de 2013 o plano foi saldado.

Os benefícios do Plano PSI são avaliados pelo regime financeiro de capitalização e a metodologia utilizada pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequada aos critérios técnicos do plano e normas vigentes.

Desde o saldamento do plano, em 1º de abril de 2013, não há mais adoção de premissa de crescimento salarial e não é aplicado ao participante ativo a contribuição normal, somente contribuição extraordinária. O participante detentor do Benefício Proporcional Acumulado (BPA) cessou as suas contribuições normais ao plano até o início do recebimento do BPA. A partir do início do recebimento do benefício, o participante efetuará as contribuições previstas no Regulamento na mesma proporção dos assistidos.

2.2. O Plano SERPRO II – PSII BD e PSII CD, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 1980007774.

A metodologia utilizada na avaliação do plano PSII pautou-se no regime de capitalização e método de capitalização financeira para os benefícios a conceder de aposentadoria programada e sua respectiva reversão em pensão por morte, de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte de ativo, bem como para os institutos de Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

O valor da diferença de compromisso necessário ao pagamento da garantia do valor mínimo de aposentadoria por Invalidez e pensão por Morte de ativo, bem como o compromisso com a reversão em pensão da aposentadoria por Invalidez e o pecúlio por morte de futuro assistido Invalído são avaliados pelo método de repartição de capitais de cobertura.

Os benefícios de auxílio-doença, de auxílio-reclusão e de pecúlio por morte de ativo são avaliados pelo regime de repartição simples. O pecúlio por morte de futuro assistido válido é avaliado pelo regime de capitalização e pelo método de crédito unitário projetado.

2.3. O Plano de Gestão Administrativa (PGA) - É um plano que tem a finalidade de registrar as atividades inerentes a Gestão Administrativa da Entidade, em conformidade com seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do Serpros.

O patrimônio do PGA é constituído por recursos provenientes de receitas previdenciais, de investimento e diretas, conforme fontes de custeio aprovadas anualmente, resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das administrativas. Os resultados são alocados ou revertidos ao fundo administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, caracterizando obrigações ou direitos da entidade.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA em conformidade com a Resolução CGPC Nº 29, de 31 de agosto de 2009 e são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo.

2.4. DADOS PREVIDENCIÁRIOS – ESTATÍSTICA DE PARTICIPANTES, ASSISTIDOS E DEPENDENTES

Por Plano de Benefícios – 31.12.2021 e 31.12.2020

Plano PBS I	31/12/2021	31/12/2020	Plano PBS II	31/12/2021	31/12/2020
População Total	16.692	16.794	População Total	20.897	21.143
Saldados	1.854	1.859	Ativos + Migrados	4.982	5.380
Autopatrocinados	7	9	Ativos oriundos do PSI	1.333	1.495
Auxílio doença	1	3	Auto Patrocinado	28	33
Aposentadoria Programada	3.100	2.958	Auxílio doença	14	14
Invalidez	409	421	Aposentadoria Programada	784	559
Pensão por morte	660	636	Invalidez	80	79
Pecúlio Morte	62	64	Pensão por morte	157	130
Pensionistas	715	693	Pecúlio Morte	38	21
Dependentes	10.744	10.787	Pensionista	214	177
			Dependentes	13.424	13.385

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de

Previdência Complementar (EFPC), instituídas pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade, de 22/05/2010, e de normativos do sistema de previdência complementar, em especial, a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021.

A estrutura da planificação padrão contábil das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, estão em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5), ativos e passivos apresentados por ordem de liquidez, as EFPC não fornecem serviços de acordo com o ciclo operacional claramente identificável.

A sistemática contábil, além das características já descritas, apresenta a segregação dos registros em duas gestões distintas, previdencial e administrativa, conforme a natureza e a finalidade das operações.

As demonstrações contábeis são apresentadas na forma consolidada e individual por Plano de Benefícios e FGA, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44, de 23/11/2021.

- (I) Balanço Patrimonial (Consolidado) - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- (II) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (Consolidada) - as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.
- (III) Demonstração do Ativo Líquido - DAL (Por plano de benefícios) - a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- (IV) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Por plano de benefícios) - as mutações ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.
- (V) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- (VI) Demonstração das Provisões Técnicas - DPT (Por plano de benefícios) - a composição das provisões técnicas.

Reclassificação das Demonstrações financeiras de 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábeis e demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas".

Os ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir.

Balanco Patrimonial Consolidado

Reclassificação do precatório relacionado a Letras de Santa Catarina - LSC do grupo de realizável dos investimentos denominado "Outros Realizáveis" para a rubrica de "Recursos a Receber - Precatórios". Valor: R\$ 201.166 mil. Por se tratar de transferência entre rubricas dentro do Realizável dos Investimentos, não ocorreram reflexos no patrimônio consolidado da Entidade.

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social Consolidada

Adições: abertura dos valores de Contribuições em três grupos: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 253.704 mil, portabilidade no valor de R\$ 118 mil e Migração Entre Planos no valor de R\$ 39.828 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$ 357.545 mil, Resgates no valor de R\$ 9.662 mil e Migração entre Planos no valor de R\$ 39.828 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Demonstração do Ativo Líquido do Plano PSI BD

Reclassificação do precatório relacionado a Letras de Santa Catarina - LSC do grupo de realizável dos investimentos denominado "Outros Realizáveis" para a rubrica de "Recursos a Receber - Precatórios". Valor: R\$ 115.218 mil. Por se tratar de transferência entre rubricas dentro do Realizável dos Investimentos, não ocorreram reflexos no Ativo Líquido do Plano.

Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido do Plano PSI BD

Destinações: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Benefícios no valor de R\$ 173.119 mil e Resgates no valor de R\$ 80 mil. A reclassificação realizada não alterou as destinações totais nem o valor do ativo líquido do exercício social de 2020.

Demonstração do Ativo Líquido do Plano PSII BD

Reclassificação do precatório relacionado a Letras de Santa Catarina - LSC do grupo de realizável dos investimentos denominado "Outros Realizáveis" para a rubrica de "Recursos a Receber - Precatórios". Valor: R\$ 17.150 mil. Por se tratar de transferência entre rubricas dentro do Realizável dos Investimentos, não ocorreram reflexos no Ativo Líquido do Plano.

Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido do Plano PSII BD

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 39.118 mil e Migração Entre Planos no valor de R\$ 39.828 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o ativo líquido do plano no exercício social de 2020.

Demonstração do Ativo Líquido do Plano PSII CD

Reclassificação do precatório relacionado a Letras de Santa Catarina - LSC do grupo de realizável dos investimentos denominado "Outros Realizáveis" para a rubrica de "Recursos a Receber - Precatórios". Valor: R\$ 68.798 mil. Por se tratar de transferência entre rubricas dentro do Realizável dos Investimentos, não ocorreram reflexos no Ativo Líquido do Plano.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PSB CD

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 179.121 mil e portabilidade no valor de R\$ 118 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$ 47.339 mil, Resgates no valor de R\$ 9.582 mil e Migração entre Planos no valor de R\$ 39.828 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem do ativo líquido no exercício social de 2020.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Até o exercício social de 2020 a os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo altera o nos valores das despesas administrativas totais nem do Saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELO SERPROS

4.1. APURAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS E RESULTADOS

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto nos casos das contribuições dos autos patrocinados, vinculados a Planos de Benefícios do tipo Contribuição Definida ou Contribuição Variável, que são registrados pelo regime de caixa.

4.2. PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis são adotadas com base no julgamento da Administração para determina o de uma mensuração razoável a ser registrada nas demonstrações contábeis, cuja metodologia envolvem fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas: vida útil do ativo imobilizado; avalia o do ativo financeiro, quando precificado por meio de laudo de avalia o econômica; provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para demandas judiciais e as provisões matemáticas. A liquidação das transa es envolvendo essas estimativas podem resultar eventualmente valores diferentes daqueles estimados, requerendo um acompanhamento permanente dessas estimativas e se necessário, revisão da metodologia e altera o de premissas.

4.3. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada Plano de Benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, assim como, depósitos judiciais/recursais efetuados, relacionados as contingências da Gestão Previdencial.

4.4. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa os valores de contribuições pertinentes ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes, assim como, os valores depositados em juízo para relativos aos processos judiciais.

4.5. INVESTIMENTOS

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciais e PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 4.661, de 25/05/2018.

A atividade de custódia dos ativos mobiliários é exercida primordialmente pelo Banco Bradesco S/A. A entidade também é responsável pela política de apuração (atribuição de valor aos ativos financeiros) da Entidade. A metodologia está disponível em manual de precificação e segue as melhores práticas de apuração existente.

4.5.1. TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e da carteira dos fundos de investimentos exclusivos são registrados pelo valor efetivamente pago, acrescidos dos valores de corretagem e emolumentos estão classificados nas seguintes categorias:

- (I) Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente, de prazo decorrente da data de aquisição, são ajustados a valor de mercado, mensalmente.
- (II) Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, com vista a necessidade de liquidez para assegurar os direitos dos participantes e atendimento do perfil do exigível atuarial dos Planos, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, apropriados no resultado.

4.5.1.1. VALOR JUSTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

Os critérios adotados para o valor justo dos títulos e valores mobiliários seguem as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R2), que dispõe sobre a mensuração do valor justo e define a hierarquia de valor justo mediante classificação em três níveis de informações específicas, a definição dessa hierarquia tem o propósito de estabelecer as técnicas apropriadas para avaliações dos ativos.

4.5.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Estão representados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício e, quando exclusivo, os ativos financeiros que compõe a carteira dos fundos são precificados em conformidade com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4.5.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente por reavaliações anuais. As depreciações (exceto terrenos) foram calculadas pelo método linear, de acordo com o tempo de vida útil remanescente, a partir da última avaliação efetuada.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo é contabilizado no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir, em contrapartida da conta de "Rendimentos/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas".

As reavaliações da carteira imobiliária são realizadas anualmente conforme define a Instrução Previc nº 31 de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44 de 23/11/2021, a valor justo do investimento.

4.5.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS)

Correspondem aos empréstimos concedidos aos Participantes e Assistidos acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzidas as amortizações e, quando aplicável, da provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa, em função do atraso de recebimento. Conforme disposto no contrato de mútuo, nas operações de concessão dos empréstimos é descontada a taxa denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM). Essa taxa é calculada atuarialmente variando em função do risco envolvido em cada operação, sendo destinada à formação de um fundo para cobrir eventuais perdas com a quitação dos saldos devedores dos empréstimos daqueles participantes ou assistidos que vierem a falecer durante a vigência do contrato.

4.6. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em função do atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos da operação. Essas provisões são contabilizadas em conta de mutações patrimoniais e resultados, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os direitos a receber sujeitos à provisão para liquidação duvidosa são apresentados pelo seu valor líquido, conforme critérios definidos na Instrução Previc nº 31 de 20/08/2020, alterada pela Instrução Previc nº 44 de 23/11/2021, os quais se encontram discriminados a seguir.

Atrasos (em dias)		Faixa de Provisionamento
De	Até	
31	60	1%
61	90	5%
91	120	10%
121	180	25%
181	240	50%
241	360	75%
>361		100%

Contribuições previdenciais: somente sobre as parcelas vencidas

4.7. ATIVO PERMANENTE

Está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa e seus valores são registrados pelo custo de aquisição, ajustados pela depreciação, calculada pela taxa estabelecida conforme tempo de vida útil de cada grupo de bens.

São classificados como:

BENS MÓVEIS

São formados pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades administrativas da entidade como computadores, móveis, utensílios, máquinas etc. As depreciações foram calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens em razão do tempo de vida útil, conforme disposto a seguir: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos - 10% a.a. e Equipamentos de Informática e Veículos - 20% a.a.

BENS IMÓVEIS

Edificação e terreno adquiridos com recursos do Plano de Gestão Administrativa para uso operacional da Entidade.

INTANGÍVEL - Estão registrados os gastos com desenvolvimento de software, considerando sua capacidade gerar benefícios econômicos para a Entidade, estão amortizados à taxa de 20% a. a., reconhecidas em despesas no Plano de Gestão Administrativa.

4.8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Representam as obrigações com terceiros, ao valor presente, provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher, folha de pagamento e operações financeiras.

4.9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito. As ações de polo ativo são contabilizadas no grupo de ativos contingenciais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências ativas e passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme descrito abaixo:

(I) **Ativos Contingentes (quando aplicável):** São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(II) **Passivos Contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(III) **Obrigações Legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cuja objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

4.10. PROVISÃO MATEMÁTICA

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas mensalmente e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente. As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas aprovadas anualmente pelos órgãos estatutários da entidade, com aderência aos regulamentos dos respectivos planos de benefícios.

O cálculo da provisão matemática é feito atuarialmente, através da aplicação de método atuarial, que utiliza conceitos financeiros, econômicos, demográficos e probabilísticos para dimensionar o montante de recursos financeiros e de contribuições previdenciárias necessárias para o pagamento de benefícios futuros dos segurados da Entidade.

Por ser calculado atuarialmente, o valor da provisão matemática pode sofrer variações em razão de mudanças na expectativa de vida, taxa de juros, composição familiar do participante, regras da previdência social, dentre outras.

As premissas ou hipóteses atuariais são pressuposições assumidas nos cálculos com o objetivo de realizar as projeções atuariais futuras de longo prazo. Assim, com base em cenários e estudos estatísticos, são respondidas questões como: a. a perspectiva de ascensão salarial dos funcionários, b. quais serão seus salários no momento de uma aposentadoria, c. o benefício estimado na aposentadoria, d. Com que idade se aposentarão, e. por quanto tempo pagarão

contribuições, f. Por quanto tempo sobreviverão e receberão benefícios, g. Quanto custa a pensão por morte paga às famílias, h. Qual o risco de uma invalidez ou óbito antes de se aposentar, i. Quanto os recursos financeiros do plano vão render, j. Qual o impacto da inflação futura nos salários e benefícios

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente. A avaliação atuarial é o documento hábil utilizado pela Contabilidade para registrar as provisões matemáticas.

4.11 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura e as Provisões Matemáticas, o Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

4.12. FUNDOS

4.12.1 – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, previstos nos seus Regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais os quais preveem as condições de constituição, manutenção e sua destinação.

4.12.2 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva entre os recursos destinados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos Planos de Benefícios. Os Fundos de Garantia de Custeio Administrativo são constituídos para cada Plano, em conformidade com seu Regulamento, para assegurar a manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

4.12.3 – INVESTIMENTOS

Composta exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte de mutuários. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais, denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM) e Fundo de Oscilação de Risco, conforme descrito na nota 14.3.

5. DISPONÍVEL

Saldo por Planos dos recursos financeiros disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou financiamento:

PLANOS	31.12.2021	31.12.2020
PS I	4	219
PS II	16	112
PGA	276	68
TOTAL	296	399

6. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Nesse grupo estão registrados os recebíveis previdenciais e os depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial.

6.1. – CONTRIBUIÇÕES NORMAIS

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	PSI	PSI BD	PSI CD	2021	2020
Contribuições de mês	2.514	1.309	24.896	28.215	18.887
Patrocinadora	2.066	991	12.273	14.890	9.163
Participantes	448	590	12.906	13.304	7.776
Autopatrocinados	-	9	16	21	48
Contribuições contratadas	-	-	60	89	60
Parcela a amortizar Dotação Inicial	850	184	794	1.828	1.828
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	185	801	986	986
Parcela a amortizar Aporte	-	78	32	130	110
Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	7.524	2.061	9.569	9.585
Prestação + Encargos - PCLD	(850)	(7.971)	(3.688)	(12.509)	(12.509)
Adiantamentos	120	5	-	128	58
Depósitos Judiciais/Recursais	1.890	5.999	-	6.189	5.999
Outros Realizáveis	294	5	18.041	18.937	11.249
Outros	294	5	18.041	18.937	11.406
Consolidação das Demonstrações	-	-	-	0	-163
Total	5.818	6.413	40.436	62.867	34.181

6.2. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/2009, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Na retomada dos pagamentos, o SERPRO, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União, não quitou o valor integral da dívida. Sendo assim, no exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa anual e atualização monetária), o Serpros ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400, em trâmite na 9ª Vara Federal do DF.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Encargos e PCLD	PSI	PSII BD	PSII CD	2021	2020
Dotação Inicial	-	-	-	-	-
Encargos	850	184	794	1.828	1.828
PCLD	(850)	(184)	(794)	(1.828)	(1.828)
Lei 8.020	-	-	-	-	-
Encargos	-	185	801	986	986
PCLD	-	(185)	(801)	(986)	(986)
Aporte	-	-	-	-	-
Encargos	-	7.524	2.061	9.585	9.585
PCLD	-	(7.524)	(2.061)	(9.585)	(9.585)
Suspensão TCU	-	-	-	-	-
Encargos	-	-	-	-	-
PCLD	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
Encargos	850	7.893	3.656	12.399	12.399
PCLD	(850)	(7.893)	(3.656)	(12.399)	(12.399)

6.3. DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS

Valores depositados judicialmente em todo território nacional, na primeira e segunda instância para a garantia de execução de ações, cujos objetos são referentes a participantes que migraram do Plano PSI para o Plano PSII e pleitearam expurgos inflacionários ou são de reintegração à patrocinadora com pedido de migração para o Plano PSII.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Depósitos Judiciais Gestão Previdencial	PSI	PSII BD	2021	2020
Expurgos Inflacionários	303	2.609	2.912	2.664
Demais ações previdenciais	2.587	2.691	5.278	3.229
Total	2.890	5.300	8.190	5.893

6.4. OUTROS REALIZÁVEIS

Representa em sua totalidade bloqueios judiciais de ações da gestão previdencial, tributos a recuperar e valores a classificar nos planos previdenciais administrados pela SERPROS.

(Valores apresentados em R\$ mil)

HISTÓRICOS	PSI	PSII BD	PSII CD	2021	2020
Bloqueio Judicial		51	2	53	60
Tributos a Recuperar	243	-	1.423	1.666	1.666
Valores a Classificar	-	-	14.618	14.618	9.516
Total	294	2	16.041	16.337	11.242

7. REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA

Nesse grupo estão registrados os recursos administrativos, os depósitos judiciais recursais de natureza administrativa e despesas pagas antecipadamente, apropriadas no resultado, por regime de competência.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	2021	2020
Contribuições para custeio	1.025	614
Patrocinadora	542	355
Participantes	482	257
Autopatrocinados	1	2
Depósitos Judiciais/Recursais	-	9
Despesas antecipadas	41	128
Seguros	41	128
Outros realizáveis	335	123
Total	1.401	874

7.1. OUTROS REALIZÁVEIS**(Valores apresentados em R\$ mil)**

PCLD atualizações monetárias de contribuições não repassadas pelo Patrocinador SERPRO	2.021	2.020
Adiantamento a empregados	226	91
Adiantamentos para custeio	-	2
Nota de Débito/Crédito	78	-
Tributos a recuperar	31	30
Total	335	123

8. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos são geridos com base nas boas práticas de gestão divulgadas pela PREVIC e seguem as diretrizes apresentadas nas Políticas de Investimentos, elaboradas sob as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018.

8.1. INVESTIMENTOS – POR PLANO E CONSOLIDADO**(Valores apresentados em R\$ mil)**

HISTÓRICO - POSIÇÃO CONTÁBIL	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	CONSOLIDAÇÃO	2021	2020
Fundos de Investimento	2.428.854	1.895.161	2.234.660	80.735	-	6.639.410	6.617.013
Ações	268.465	214.130	333.319	1.589	-	817.503	878.193
Multimercado	2.133.686	1.615.972	1.838.324	79.146	-	5.667.128	5.585.254
Direitos Creditórios	87	-	89	-	-	176	342
Participações	7.882	65.059	62.928	-	-	135.869	153.224
Imobiliário	18.734	-	-	-	-	18.734	-
Investimentos Imobiliários	56.960	6.579	26.587	-	-	90.126	98.516
Empréstimos e Financiamentos	14.172	2.193	17.194	-	-	33.559	26.497
Recursos a Receber - Precatórios	132.057	19.657	78.852	-	-	230.566	-
Depósitos Judiciais/ Recursais	137	224	292	-	-	653	486
Outros	18.229	2.117	8.555	-	-	28.901	230.011
TOTAL	2.650.409	1.925.931	2.366.140	80.735	-	7.023.215	6.972.523

8.1.1. TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Em observância a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, segue o demonstrativo dos títulos alocados em "Fundos de Investimento Exclusivos", dos Planos de Benefícios e da PGA.



(Valores apresentados em R\$ mil)

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2021	2020
Títulos Públicos	1.947.404	1.443.825	1.635.725	72.586	5.099.540	5.003
Títulos Privados	-	9.386	10.645	-	20.031	992
TOTAL	1.947.404	1.453.212	1.646.370	72.586	5.119.571	5.995

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO MARCADOS A MERCADO

Em conformidade ao artigo 31 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria "Títulos para Negociação", com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo em relação da data de aquisição, os quais são avaliados ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício. Esses títulos totalizaram em 31/12/2021 R\$ 1.916.353 mil e em 31/12/2020 R\$ 2.044.183 mil.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Títulos	Vencimento	Valor de aquisição	Valor de mercado	PSI		PSII BD		PSII CD		PGA		2021	2020
				Valor de aquisição	Valor de mercado	Valor de aquisição	Valor de mercado	Valor de aquisição	Valor de mercado	Valor de aquisição	Valor de mercado		
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO MARCADOS A MERCADO		1.916.353	1.916.353	1.916.353	1.916.353	-	-	-	-	-	-	1.916.353	2.044.183
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO MARCADOS A MERCADO - PÚBLICOS		1.916.353	1.916.353	1.916.353	1.916.353	-	-	-	-	-	-	1.916.353	2.044.183
PSI		1.916.353	1.916.353	1.916.353	1.916.353	-	-	-	-	-	-	1.916.353	2.044.183
PSII BD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSII CD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PGA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO MARCADOS A MERCADO - PRIVADOS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSI		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSII BD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSII CD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PGA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		1.916.353	1.916.353	1.916.353	1.916.353	-	-	-	-	-	-	1.916.353	2.044.183

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO MARCADOS NA CURVA

Em conformidade ao artigo 32 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria "Títulos mantidos Até o Vencimento", são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e reconhecidos no resultado do exercício. Esses títulos totalizaram em 31/12/2021 R\$ 3.203.218 mil e em 31/12/2020 R\$ 3.204.490 mil.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Títulos	Vencimento	Valor de aquisição	Valor de mercado	PSI		PSII BD		PSII CD		PGA		2021	2020
				Valor de aquisição	Valor de mercado	Valor de aquisição	Valor de mercado	Valor de aquisição	Valor de mercado	Valor de aquisição	Valor de mercado		
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO MARCADOS NA CURVA		3.203.218	3.203.218	3.203.218	3.203.218	-	-	-	-	-	-	3.203.218	3.204.490
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO MARCADOS NA CURVA - PÚBLICOS		3.203.218	3.203.218	3.203.218	3.203.218	-	-	-	-	-	-	3.203.218	3.204.490
PSI		3.203.218	3.203.218	3.203.218	3.203.218	-	-	-	-	-	-	3.203.218	3.204.490
PSII BD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSII CD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PGA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO MARCADOS NA CURVA - PRIVADOS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSI		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSII BD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSII CD		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PGA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		3.203.218	3.203.218	3.203.218	3.203.218	-	-	-	-	-	-	3.203.218	3.204.490

8.1.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Demonstrativo dos fundos: Ações, multimercado, direitos creditórios e participações.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Quadro comparativo com a descrição de cada Fundo de Investimento por segmento	PSI	PSI 80	PSI 00	PGA	2021	2020
Fundos de Investimento	2.428.854	1.895.160	2.234.660	80.735	6.639.409	6.617.013
Ações	268.465	214.130	333.319	1.589	817.502	946.630
FIA GERIBA (CARTEIRA PRÓPRIA)	23.660	13.122	37.022	-	73.804	87.350
FIA MEARAS (CARTEIRA PRÓPRIA)	25.585	12.899	35.381	-	73.865	87.818
FIA KENOSI (CARTEIRA PRÓPRIA)	35.255	19.507	55.363	-	110.126	135.719
OCCAM FIC FIA	30.772	25.660	24.396	-	80.829	92.635
VINCCI MOSAICO	26.641	22.167	21.170	-	69.978	80.271
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	30.952	23.383	34.098	848	89.281	93.680
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	12.501	9.444	13.773	-	35.719	43.701
NEO NAVITAS	25.920	30.858	39.513	741	97.033	93.742
AZ QUEST SMALL MID CAPS INST. FIC FIA	29.960	22.595	33.046	-	85.601	94.842
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	16.248	12.242	17.933	-	46.423	68.436
GUEPA INST FIC FIA	10.969	22.252	21.624	-	54.844	68.437
Multimercado	2.133.686	1.615.972	1.838.324	79.146	5.667.128	5.585.253
FIM BOTAFOGO	1.150	2.473	1.152	-	4.776	5.211
FIM STARK	-	-	-	-	-	1.940.995
FIM CREDIT CP	-	1.456.599	1.651.869	-	3.108.468	3.260.744
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	72.581	72.581	82.429
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC FIM	22.085	22.890	25.176	-	70.151	67.053
ADAM MACRO STRATEGY II D60 FIC FIM	19.101	19.978	21.847	-	60.927	59.028
IBUNA HEDGE 5TH FIC FIM	42.355	43.462	48.774	-	134.611	122.120
IBUNA LONG SHORT 5TH FIC FIM	18.590	15.267	14.526	-	48.383	45.159
IBUNA HEDGE FIC FIM	-	-	-	2.709	2.709	2.514
GAWA MACRO FIC FIM	22.322	9.263	22.191	2.029	55.805	2.515
GAWA MP II FIC FIM	16.138	8.184	16.022	-	40.345	2.516
FIM STARK II	1.947.083	-	-	-	1.947.083	-
GAUSS ADV FIC FIM	25.582	23.168	22.514	1.827	73.090	-
NEO PROVECTUS I FICM	19.280	14.667	14.253	-	48.200	-
Direitos Creditórios	88	-	89	-	177	342
FIDC BVA MASTER III	88	-	89	-	177	342
Participações	7.881	65.059	62.928	-	135.868	153.224
FIP ATICO ENERGIA	844	1.313	383	-	2.541	1.046
FIP ATICO FLORESTAL	2.454	1.883	6.348	-	10.684	23.441
FIP LSH	4.435	7.166	11.595	-	23.196	23.224
FIP ETB	-	12.811	10.280	-	23.090	5.743
FIP INFRA SANEAMENTO	148	651	254	-	1.054	61.662
FIP REALESIS USINA INVEST MALLS	-	-	-	-	-	38.108
FIP INFRA	-	41.235	34.068	-	75.303	-
Imobiliários	18.734	-	-	-	18.734	342
FIDC BVA MASTER III	18.734	-	-	-	18.734	342

8.1.2.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA

Os Fundos de Investimento em Ações são exclusivos e a carteira é terceirizada, mediante a contratação de gestores especializados. Os ganhos ou perdas são auferidos com base nos ajustes de cotação do valor de mercado. O fluxo financeiro é realizado pelos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelos emissores do título. Os quadros a seguir apresentam a abertura dos fundos de ações que compõem a carteira própria do SERPROS.



(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA SERPROS		Fundo					
Setor	Fronteira Templaton						
Ações		Resumo					
Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSI BD	PSI CD	TOTAL	
AMZD34	AMAZON DRM M2	19.392	569	327	922	1.899	
ASA5	ASA5 ON NM	196.100	649	360	1.015	2.029	
B3SA3	B3 ON NM	180.100	649	357	1.006	2.008	
B3AB3	BRASILEX EJ NM	196.500	1.282	700	1.973	3.958	
BFAC11	BTXP BANCO UNIF H2	70.700	476	264	745	1.485	
CESP8	CESPPH* NL	41.800	288	160	451	899	
CB33	CB30 ON NM	396.500	247	137	387	772	
CPFB	CPFL ENERGIA ON NM	110.100	947	525	1.482	2.954	
CSEB3	CRUZILDO DO SUL EDUCACIONAL ON	199.500	394	218	618	1.228	
ELER5	ELETRORASPH* NL	15.000	199	86	248	495	
GMAT3	GRUPO MARTELL S.A. ON	129.300	249	139	381	759	
HAPV3	HAPVDA ON	569.000	1.899	1.050	2.989	5.908	
INTB3	INTELMAS ON NM	72.300	648	360	1.014	2.022	
ITSA4	ITSA SPM NL	481.110	1.577	764	2.195	4.298	
ITUB4	ITAU UNIBANCO F H NL	171.800	1.152	639	1.809	3.595	
LIQEB3	LIQAS RENNER ON NM	79.910	572	317	895	1.784	
MALU3	MARAZ LIJAZA ON	299.200	594	307	864	1.727	
MOTV3	MOTV ON NM	190.800	969	534	1.507	3.005	
MULT3	MULTIPLAN ON H2	81.700	490	272	767	1.529	
NLOW34	SERV GENCOR DRM	12.300	267	159	449	898	
NTOC3	NATURA & CO HOLDING S.A. NM	37.200	308	166	475	948	
NVDC34	NVIDIA CORP	49.500	479	266	749	1.499	
PETR4	PETROBRAS PM	210.000	1.915	1.062	2.997	5.975	
PETZ3	PET CENTER COMERCIO E PARTI ON	60.100	315	179	494	984	
RAPF4	RANDON PARTPM NL	169.300	576	319	901	1.797	
STIP3	SANTOS BRP ON H2	596.300	1.395	613	1.790	3.448	
TOTB3	TOTYSON ED NM	49.269	492	251	708	1.411	
USIM5	USIMINAS FPA NL	196.800	780	422	1.189	2.371	
VALE3	VALE R DOCBON NL	69.500	1.737	963	2.718	5.418	
XPINC31	XP INC DR1	14.126	727	409	1.137	2.267	
	TOTAL	4.881.809	22.299	12.816	34.748	68.179	
	Over (Compromissadas)	-	1.576	769	2.199	4.299	
	Seio em Tesouraria	-	0	0	1	1	
	Contas a Pagar/Receber	-	77	49	121	241	
	Total de Patrimônio	-	23.899	13.122	37.022	78.804	

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA ANUNIAS						
Sector	Sociedade Investimentos					
Administrador	SEMOTVM					
Ações		Financeiro				
Código	Papel	Cap. Disponível	PSI	PSI ND	PSI CD	TOTAL
ARZZ3	ARZZO ON	36.073	1.012	510	1.400	2.923
BBSA3	BB ON NM	106.382	418	211	578	1.297
BBD04	BRDESCOPN EB NL	201.373	1.340	676	1.853	3.868
BID11	BANCO INTER S.A. UNT N2	30.500	302	152	417	871
BPAC11	BTSP BANCO UNT N2	100.848	734	370	1.014	2.118
BRFS3	BRF FOODS ON NM	30.047	330	137	540	1.127
CESP6	CESPINH* NL	43.233	322	182	445	930
CISE3	CAIXA SEGURON NM	113.382	328	185	454	948
DIS24	WALT DISNEY ON MB	7.130	144	72	199	415
ELEF3	ELETRORASOM * NL	15.183	175	88	243	507
ELEF6	ELETRORASPIN* NL	11.677	134	67	185	385
ENEV3	ENEVA S.A. ON	26.630	131	65	181	378
ENEL11	ENERGISA UNT	30.384	467	235	646	1.348
GG044	GERDAU/PN NL	62.721	332	239	619	1.710
GN03	NOTRE DAME INTERMEDICA PARTICI	43.774	315	481	1.283	2.642
GOEL34	ALPHABET INC - BDR CL A	4.433	167	84	231	481
ITSA4	ITSA/PN NL	170.915	323	287	731	1.526
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN NL	231.235	1.823	319	2.522	5.284
JBS03	JBS SACH	33.336	788	337	1.030	2.275
KUBM11	UNT N2	61.383	331	278	762	1.390
LEAS3	LEAS REMERON NM	63.643	333	272	745	1.556
MSFT34	MICROSOFT ON MB	6.543	178	30	246	514
NK03	NATURA RCO HOLDING S.A. NM	41.331	384	184	503	1.051
ONCO3	ONCOCLÍNICAS ON	31.664	318	180	440	919
PETR3	PETROBRASOM	141.567	1.305	733	2.082	4.346
PETR4	PETROBRASPN	166.233	1.638	626	2.263	4.729
PETZ3	PET CENTER COMERCIO E PARTI ON	62.487	334	173	490	1.023
RADL3	RADL - RAADROBASIL ON	117.832	332	300	1.372	2.883
RENT3	LOCALIZON NM	20.673	360	131	523	1.056
SANB11	SANTANDER UNT N2	23.623	243	124	339	708
SUZB3	SUZANO PAPELON I06 NL	36.622	304	403	1.112	2.322
VALE3	VALE R DOCEON NL	130.943	3.334	1.783	4.830	10.239
VIBR3	VIBRA ON NM	32.567	612	303	846	1.787
VIVAS	VIVARA ON NM	107.388	332	480	1.316	2.747
WEGE3	WEGON EI NL	37.310	662	334	513	1.510
XP031	XP INC DR1	4.336	241	122	333	696
TOTAL		2.578.871	24.332	12.332	33.331	73.888
Over (Compromissadas)		-	324	486	1.277	2.666
Saldo em Tesouraria		-	0	0	0	1
Contas a Pagar/Receber		-	73	40	110	223
Total do Patrimônio		-	25.009	12.899	35.001	73.885

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA RENOCI						
Setor		Setor				
Administrador		OBM OTVM				
Ações		Financiamento				
Código	Papel	Op. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	TOTAL
ABEV3	AMBEV ON	155.838	769	426	1.208	2.403
ALPA4	ALPARGATASPN N1	106.320	1.260	697	1.979	3.936
ALSO3	ALIANSC SHOPPING CENTERS S.A.	3.094	21	12	34	67
ALUP11	ALUP - ALUPAR	121.455	937	518	1.472	2.927
ASAI3	ASSAI ON NM	375.951	1.560	863	2.449	4.872
BIDI11	BANCO INTER S.A. UNT N2	63.127	577	319	907	1.804
BPAC11	BTGP BANCO UNT N2	177.402	1.193	660	1.873	3.725
BRML3	BR MALLS PARON	42.967	114	63	180	357
CYRE3	CYRELA REALTON NM	98.228	496	275	779	1.550
ENGI11	ENERGISA UNT	2.622	37	21	58	116
ENIU3	ENIOEI ON	238.222	217	120	341	679
EQTL3	EQUATORIALON N2	250.784	1.815	1.004	2.851	5.670
GMAT3	GRUPO MATEUS S.A. ON	165.039	319	176	500	995
GNDI3	NOTRE DAME INTERMEDICA PARTICI	75.034	1.450	802	2.277	4.528
HBRE3	HBR REALTY EMP IMOB ON	186.348	525	290	824	1.640
HYPE3	HYPERA ON NM	185.080	1.675	927	2.630	5.232
LAVV3	LAVVI ON	136.565	227	126	356	709
LCAM3	COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMERI	135.243	1.018	563	1.598	3.180
LREN3	LOJAS RENNERTON NM	175.627	1.374	760	2.158	4.292
MEGA3	OMEGA ENERGIA S.A.	83.609	339	187	532	1.058
MELI34	MERCADOIBRE INC	44.532	896	496	1.408	2.800
MULT3	MULTIPLAN ON N2	22.940	137	76	216	429
NTCO3	NATURA & CO HOLDING S.A. NM	141.501	1.152	637	1.809	3.598
PETRA4	PETROBRASPN	272.139	2.479	1.371	3.892	7.742
PRIO3	PETRORIO ON NM	420.554	2.783	1.540	4.370	8.693
RAIL3	RUMO SA ON	391.637	2.227	1.232	3.497	6.955
RENT3	LOCALIZAON NM	15.168	257	142	404	804
TEND3	TENDA SA	152.990	818	453	1.285	2.556
VBBR3	VIBRA ON NM	228.738	1.567	867	2.461	4.895
XPBR31	XP INC DR1	43.689	2.245	1.242	3.525	7.012
TOTAL		4.512.443	30.485	16.868	47.873	95.227
Over (Compromissadas)		-	4.264	2.360	6.697	13.321
Saldo em Tesouraria		-	2	1	3	5
Contas a Pagar/Receber		-	504	279	791	1.573
Total do Patrimônio		-	35.255	19.507	55.363	110.126

8.1.2.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – FIM

O Fundos de Investimento em Multimercado que compõe a carteira são enquadrados como estruturados e sua gestão é terceirizada.



(Valores apresentados em R\$ mil)

CARTERA TERCEIRIZADA MULTIMERCADO					
	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	TOTAL
GAVEA MACRO FIC FIM	22.322	9.263	22.191	2.029	55.805
GAVEA M P II FICFIM	16.138	8.184	16.022	-	40.345
ADAM MACRO STRATEGY II D60 FIC FIM	19.101	19.978	21.847	-	60.927
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	18.590	15.267	14.526	-	48.383
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	-	-	2.709	2.709
GAUSS ADV FIC FIM	25.582	23.168	22.514	1.827	73.090
NEO PROPECTUS I FICM	19.280	14.667	14.253	-	48.200
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC FIM	22.085	22.890	25.176	-	70.151
IBIUNA HEDGE 5TH FIC FIM	42.355	43.482	48.774	-	134.611
TOTAL	285.452	256.800	205.308	6.586	854.230

(Valores apresentados em R\$ mil)



CARTEIRA PRÓPRIA MULTIMERCADO					
	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	TOTAL
FIM BOTAFOGO	1.150	2.473	1.152	-	4.776
Over (Compromissadas)	1.154	2.481	1.156	-	4.790
Repactuação Debêntures Inepar	20.262	43.563	20.291	-	84.116
Saldo em Tesouraria	1	2	1	-	4
Contas a Pagar/Receber	- 20.267	- 43.572	- 20.296	- -	84.134
FIM STARK II	1.947.083	-	-	-	1.947.083
FIM CP HUNGRIA	1.693	-	-	-	1.693
LFT	12.339	-	-	-	12.339
NTN-B	1.090.606	-	-	-	1.090.606
NTN-C	494.027	-	-	-	494.027
Over (Compromissadas)	348.443	-	-	-	348.443
Saldo em Tesouraria	1	-	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	- 27	-	-	- -	27
FIM CREDIT CP	-	1.456.599	1.651.869	-	3.108.468
Debêntures GSP PROPERTIES	-	9.386	10.645	-	20.031
FIM CP HUNGRIA	-	1.190	1.350	-	2.540
LFT	-	53.611	60.798	-	114.410
NTN-B	-	1.322.800	1.500.132	-	2.822.932
NTN-C	-	-	-	-	-
IMÓVEL CESTO	-	4.086	4.634	-	8.720
Over (Compromissadas)	-	64.934	73.639	-	138.572
Saldo em Tesouraria	-	0	1	-	1
Contas a Pagar/Receber	-	592	671	-	1.263
STARK FUNDO DE INVESTIMENTO	18.734	-	-	-	18.734
Over (Compromissadas)	834	-	-	-	834
IMÓVEL CESTO	17.930	-	-	-	17.930
Saldo em Tesouraria	2	-	-	-	2
Contas a Pagar/Receber	- 32	-	-	- -	32
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	72.581	72.581
NTN-B	-	-	-	33.664	33.664
Over (Compromissadas)	-	-	-	38.922	38.922
Saldo em Tesouraria	-	-	-	1	1
Contas a Pagar/Receber	-	-	-	6 -	6
TOTAL	1.966.968	1.459.073	1.653.021	72.581	5.151.642

(Valores apresentados em R\$ mil)

	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	TOTAL
FIM CREDIT	-	9.386	10.645	-	20.031
Debêntures GSP PROPERTIES	-	9.386	10.645	-	20.031
TOTAL	-	9.386	10.645	-	20.031

O montante aplicado em Títulos Privados no FIM CREDIT CP está líquido da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, em função da inadimplência dos ativos integrantes da carteira e outras evidências que requereu o ajuste do saldo pela metodologia aplicada pelo administrador do Ativo.

Em relação ao ativo CCI Cesto Participação devido ao inadimplemento e a provisão para perda de 100% do ativo, foram realizadas diversas reuniões entre os credores da operação para aprovação da proposta enviada pela emissora para quitação da dívida através do recebimento de unidades hoteleiras a época denominada Hotel Royal Tulip-BH. O valor correspondente à dívida da emissora

com o Serpros foi negociado através da assinatura em 09 de dezembro de 2015 da Escritura Pública de Dação em Pagamento em Bens Imóveis referente ao recebimento de 58 unidades hoteleiras prontas e acabadas localizadas em Belo Horizonte. As unidades hoteleiras foram registradas nos fundos exclusivos do Serpros, FIM Stark e FIM Credit, em outubro de 2018. Para registro do valor justo o administrador dos fundos, BEI DTVM e RJI CTVM, contratam anualmente empresa especializada para avaliar o valor justo das unidades hoteleiras e assim contabilizar os valores correspondentes de cada unidade na carteira de investimentos do Serpros. No final de 2021, houve contratação do escritório de advocacia especializado a fim de implementar estratégia jurídica no sentido de obter a reparação referente aos prejuízos causados.

8.1.2.2.1. PROVISÕES PARA PERDAS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO PRIVADO

As Provisões para perdas dos títulos de crédito privado foram constituídas, pelos Administradores dos fundos de investimentos em decorrência da inadimplência da contraparte e por deterioração de ativos, de títulos sem negociação de mercado e baixa liquidez, conforme demonstrativo abaixo:

(Valores apresentados em R\$ mil)

recebimento	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO CONSOLIDADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO DE 24/11/2009 A 31/12/2021						PROVISÃO CONTÁBIL
	PROVISÃO			PROVISÃO			
	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2014 R\$	2015 R\$	2016 R\$	
PROVISÃO PARA PERDAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
PROVISÃO PARA PERDAS - PROVISÃO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
PROVISÃO PARA PERDAS - PROVISÃO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
PROVISÃO PARA PERDAS - PROVISÃO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
PROVISÃO PARA PERDAS - PROVISÃO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
PROVISÃO PARA PERDAS - PROVISÃO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
PROVISÃO PARA PERDAS - PROVISÃO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Grande parte dos ativos provisionados para perda foram objeto de verificações e autuações por parte da PREVIC, ensejando, em vários casos, Autos de Infração e punições por gestão temerária. Ao final do período da intervenção o processo decisório, desses investimentos foram referenciados negativamente, fora dos padrões das práticas de gestão, as operações realizadas compreendem o período de 2010 a 2015.

8.1.2.2.2. FIM – TÍTULOS PRIVADOS – AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A Entidade vem adotando as medidas cabíveis para que as garantias sejam executadas, reduzindo os prejuízos causados ao patrimônio dos planos administrados pelo Serpros, incluindo ações de responsabilização.

(I) CCI CTES0

1. Inadimplimento da primeira parcela em 18 de dezembro de 2014, não tendo Agente Fiduciária na operação e ocorrida a decretação de Vencimento Antecipado automático da operação.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados. Foi ajuizada ação sob o nº 0130134-54.2016.8.19.0001 em curso na 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo o processo patrocinado inicialmente pelo Souto Correa, Cesa Lumertz & Amaral Advogados e posteriormente substituído pelo Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados.
3. Em maio de 2020 foi deferida a penhora no imóvel descrito na matrícula nº. 12.342, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de na matrícula nº. 12.342, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MS, sendo devidamente averbada em 04/08/2020, conforme se depreende de resposta dada pelo 1º Ofício em 08/09/2021. Aguardando, desde setembro/2021, a cartória disponibilizar a imagem atualizada da matrícula n.º 12.342.

(II) CCI S&G EMPREENDIMENTOS (STIEBLER)

1. Decretado vencimento antecipado na assembleia de 25/06/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.

3. As garantias foram reavaliadas e encontram-se alienadas fiduciariamente, estando o processo extrajudicial de consolidação das garantias em curso. Em fase de consolidação das propriedades.
4. Foi finalizada a consolidação patrimonial dos imóveis garantias localizadas em São João de Meriti-RJ, quando da realização do leilão extrajudicial dos referidos imóveis ocorreu liminar judicial impedindo a continuação do procedimento, por força de decisão proferida, em 09/12/2021, no processo de falência da STIEBLER de n.º 0288498-95.2014.8.19.0001, que foi objeto de recurso pelo SERPROS.
5. Em paralelo às consolidações feitas extrajudicialmente, houve a impugnação, em setembro/2021, ao quadro geral de credores, por não ter havido a inserção de seu crédito no Quadro Geral de Credores (processo n.º 0221283-58.2021.8.19.0001, em apenso à falência, patrocinado pelo Escritório Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados.

(III) DEBÊNTURES SIFCO

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 23/10/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Ajuizada ação incidental de impugnação de crédito de nº 0021266-04.2014.8.26.0309, em apenso ao processo de recuperação judicial do Grupo Sifco (nº 1037066-03.2014.8.26.0100, da 5ª Vara Cível de Jundiaí/SP), sendo que houve o reconhecimento judicial que o crédito do SERPROS era extraconcursal. A causa é patrocinada pelo FCDG Advogados.
4. Como na Recuperação Judicial do Grupo SIFCO, os credores extraconcursais (em especial o SERPROS), são relegados ao segundo plano, sem qualquer previsão ou indicação para pagamento parcial, houve a interposição de Agravo de Instrumento nº 2263946-93.2021.8.26.0000, ainda pendente de julgamento final.
5. Proposta ação de execução de título extrajudicial nº 1022409040-40.2017.8.26.0100 pelo Botafogo Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privada e outro contra a SIFCO S/A em outros, patrocinada pelo FCDG Advogados. O processo está em segredo de Justiça, sendo que, em dezembro/2021, aguarda-se prolação de decisão suspendendo a execução por falta de patrimônio localizado nos devedores, em conformidade com o art. 921, III, do CPC.

(IV) DEBÊNTURE BINGEN

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 27/10/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Em 26/10/2018 distribuímos notificação extrajudicial em face da fiduciante LVI Empreendimentos e Participações LTDA para fins de purga da mora e consolidação da propriedade fiduciária do imóvel constituído pelo prédio da Rua Martins Ferreira, n.º 14, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ. Após cumprimento das exigências a notificação foi entregue em 07/01/2019 à Fiduciante que apresentou impugnação alegando diversos pontos.
4. Quanto a consolidação da propriedade foi recolhida a guia de ITBI, tendo o Tabelião do 3º RGI solicitado providências ao Juiz da Vara de Registros Público do Rio de Janeiro, para esclarecer sobre o pedido de registro, diante da impugnação da Fiduciante – autos de n.º 0261767-86.2020.8.19.0001, patrocinado pela KCB Advogados. Aguarda-se o pronunciamento judicial sobre a dúvida suscitada para conclusão da consolidação da propriedade.

(V) DEBÊNTURE BRAZAL

1. Vencimento antecipado decretado na AGC de 19/11/2015.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Processo de execução de nº 0137998-46.2016.8.19.0001 em curso perante a 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, patrocinado pelo Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados.
4. Em setembro/2021, foi determinada a indisponibilidade dos bens dos devedores, em especial no imóvel da Vênus, de matrícula n. 2.930, da 1ª CRI de Jundiaí/SP.

(VI) DEBÊNTURE INEPAR

1. Decreto de vencimento antecipado na AGD 16/04/2014.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Foi ajuizada ação de execução de título extrajudicial n.º 1058554-14.2014.8.26.0100, em trâmite na 35ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, objetivando a execução do saldo devedor das debêntures da 5ª emissão da Inepar. No processo de execução, os Debenturistas e a Inepar celebraram um Acordo para a respectiva execução de termos e condições das debêntures, formalizado pelo Instrumento Particular de Transação, firmado em 30/03/2021 e homologado pelo Juízo em 06/04/2021. O referido processo está suspenso até que seja informado o cumprimento de todos os termos do Acordo. A Inepar encontra-se em Recuperação Judicial, processo judicial nº 1010111-27.2014.8.26.0037, em curso na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Contudo, o crédito das debêntures não é tratado no âmbito da Recuperação Judicial. O Escritório de Advocacia Ferro Castro Neves, Dalro e Gomide Advogados representa os interesses dos Debenturistas.
4. Devido aos Debenturistas defenderem que o crédito não deveria integrar o processo de Recuperação Judicial, a Inepar propôs uma ação incidental de impugnação ao crédito de nº 0004948-54.2015.8.26.0100, em curso na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, objetivando o reconhecimento de que o crédito não é extraconcursal e pretendendo que os Debenturistas participassem do quadro geral de credores da Recuperação Judicial. Com a celebração do Acordo entre a Inepar e os Debenturistas, foi requerida a desistência da impugnação. Em 20/07/2021 esse pedido de desistência foi homologado pelo Juízo.

(VII) DEBÊNTURES BRAZPEDES

1. Decreto de vencimento antecipado na AGD 03/02/2016.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. Foi ajuizada ação de execução em face da emissora e o processo de nº 1045072-28.2016.8.26.0100 tramita perante a 31ª Vara Cível do TJSP, patrocinado pelo Wambier, Yamazaki, Beveriança & Lobo Advogados.
4. Em abril/2021, foi deferida a penhora dos imóveis da Liv Pescados S/A (em Aparecida do Taboado/MS sob o nº 16.837 e 16.880). Em novembro/2021 foi reiterado o pedido para expedição de Carta Precatória para o MS, o que, até dezembro/2021, não foi deferido.

(VIII) DEBÊNTURES CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ (100% PROVISIONADO)

1. Decreto de vencimento antecipado na AGD 08/11/2019.
2. Os valores do crédito estão 100% provisionados.
3. A Concessionária Rodovias Tietê S.A. requereu a Recuperação Judicial, Processo Judicial n.º 1005820-93.2019.8.26.0526, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Salto do Tribunal de Justiça de São Paulo. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado e homologado pelo Juiz em 05/10/2021.
4. A Concessionária Rodovias Tietê S.A. ajuizou a ação anulatória n.º 1057303-29.2019.8.26.0053, em curso na 15ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, contra a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, pedindo a anulação do processo administrativo sancionatório para apuração de falta contratual pela Emissora das debêntures e o cancelamento da respectiva multa imposta. Em 19/03/2020 foi proferida sentença em que os pedidos da Concessionária foram julgados improcedentes. A referida Concessionária recorreu. O recurso de Apelação foi provido para anular a multa aplicada no processo administrativo. Em 23/02/2021 ocorreu o trânsito em julgado dessa decisão favorável à Emissora de debêntures.

8.1.2.2.3. FIRF HUNGRIA – LETRA FINANCEIRA DO BANCO BVA

As letras financeiras adquiridas pelo Serpros, no montante de R\$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 165% do valor da letra financeira. Com a liquidação do Banco BVA, essa garantia foi exercida e o Serpros recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013,

ocasionando um desenquadramento passivo. Em complemento ao processo de recuperação da dívida, em setembro de 2013, o Serpros habilitou os créditos das letras financeiras junto à massa falida daquele banco.

De acordo com o gestor de crise do FIM Hungria (Vila Rica Capital), as amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB), como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
2.490	3.760	4.894	267	3.783	10.574	345	421	898	27.432

8.1.2.2.4. FIM CREDIT – BLOQUEIO JUDICIAL DAS NOTAS DO TESOURO NACIONAL

Em 31/12/2020 foi mantido o bloqueio das Notas do Tesouro Nacional com valor histórico de R\$ 696.760 mil. Cabe o registro do histórico recente deste procedimento judicial: Em 28 de julho de 2016 foi determinado nos Autos da Reclamação Trabalhista nº 00110829-98.2014.5.01.0033 que tramita perante a 33ª vara do trabalho/RJ, cujo valor da causa é de R\$ 195 mil, a penhora da integralidade das Notas do Tesouro Nacional, série B, vencimentos 2013 e 2050, que integram a carteira do FIM Credit CP, no valor de R\$ 696.760 mil, uma vez que foi alegada eventual responsabilidade solidária da entidade, em razão de suposta formação de Grupo Econômico com a Brazal Alimentos. Foi determinada, ainda, a liquidação monetária dos referidos Títulos bem como, a efetiva transferência para a conta judicial a disposição da 33ª Vara do Trabalho/RJ. Em 30/11/2016, o Serpros através de seus advogados, impetrou Mandado de Segurança visando impedir a liquidação dos Títulos tendo obtido a respectiva liminar. Em 16/12/2017 foi extinto o Mandado de Segurança por considerar o Juiz que ele teria sido interposto intempestivamente. Em 19/12/2016, a decisão foi reconsiderada reestabelecendo o Mandado de Segurança. Em 20/10/2017, o Juiz, ao analisar os Embargos à Execução opostos pelo Serpros, proferiu despacho no sentido de não conhecer tal recurso por serem os mesmos intempestivos. Mais uma vez, em 30/10/2017, o Serpros recorreu de tal decisão interpondo recurso denominado Agravo de Petição a fim de obter efeito suspensivo para reformar a decisão que determinava a liquidação dos títulos. Em 13/12/2017 ocorre a extinção do Mandado de Segurança e sua respectiva liminar. Assim, em 14/12/2017, o Serpros entra com ação cautelar para atribuir efeito suspensivo ao anterior recurso de agravo de petição, tendo obtido deferimento, mantendo, mais uma vez a liquidação dos Títulos suspensa. Paralelamente também deu entrada em procedimento de Correção Parcial para atacar, neste caso, o procedimento do juiz com relação à extrapolação quando determinou a penhora de valores tão extraordinariamente superiores às pretensões deduzidas pela Reclamante. Em 26/06/2018 a 3ª Turma do TRT/RJ julgou o Agravo de Petição e deu provimento ao recurso, determinando o recebimento e o processamento dos Embargos à Execução, uma vez que são tempestivos, contudo, foi interposto Agravo em Recurso de Revista pelo Grupo Porção e pela Reclamante, que foi recebida pelo TST em agosto de 2020.

A ordem de bloqueio foi deferida nos autos da RT n.º 0010829-98.2014.5.01.0033, da 33ª VT/RJ, ora patrocinado pelo Escritório Luciano Gago Advogados, sendo que há depósito judicial de R\$ 194 mil. Após a primeira decisão desfavorável proferida em 2017, houve a interposição de Agravo de Petição no TRT/RJ, no qual foi dado provimento para determinar que o Juízo da 33ª Vara do Trabalho apreciasse os embargos à execução. Posteriormente, houve oposição de Embargos de Declaração do Serpros, que foram acolhidos, para estabelecer que o depósito de R\$ 194 mil garante o juízo e não a penhora sobre as NTN-Is. Houve, em consequência, interposição de recurso pela Brazal e pela Reclamante ao TST, o que restou desprovido definitivamente em meados de 2021. Em 19/11/2021, a RT de origem, na 33ª VT, teve decisão favorável ao SERPROS, acolhendo nossos embargos à execução e determinando a liberação do depósito feito e o desbloqueio dos títulos, o que somente ocorrerá após o trânsito em julgado. Houve interposição de Embargos de Declaração da Brazal e da Reclamante, ainda pendentes de julgamento em dezembro/2021.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Vencido	Cota Bloqueada	Financeiro Bloqueado	PSII BD	PSII CD
15/05/2023	103.177	R\$ 394.419	R\$ 184.821	R\$ 209.598
15/08/2020	119.613	R\$ 453.977	R\$ 212.729	R\$ 241.247
TOTAL	222.790	R\$ 848.397	R\$ 397.551	R\$ 450.845

3.1.2.3. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MASTER

No exercício de 2011, o Serpros investiu R\$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O Fundo continua com gestor de crise (Brasil Plural), em processo de negociação e recuperação dos ativos em default. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB). Até dezembro de 2016, o Serpros recuperou o valor de R\$29.223 mil, que representa 64,94% do valor aportado no fundo. No exercício de 2017 foi recuperado o montante de R\$ 2.639 mil. Em 2018 foi recuperada R\$4.166 mil. No exercício de 2019 foi recuperado o valor de R\$ 107, no exercício de 2020 foi recuperado R\$ 902, no exercício de 2021 foi recuperado R\$ 4.572 totalizando o valor R\$ 41.610 mil como resultado das negociações do gestor do fundo em relação aos ativos que estão provisionados. Até dezembro de 2021 o Serpros recuperou o percentual de 92,47% do valor aportado.

3.1.2.4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	Data do Aporte	Data do Vencimento	Valor do Aporte	PSI	PSII BD	PSII CD	2021	2020
(I) FIP ATICO ENERGIA	24/11/2010 09/04/2013	29/06/2019	30.000	844	1.313	383	2.541	1.046
(II) FIP LSH	23/12/2013 11/09/2014	02/08/2020	35.000	-	12.811	10.280	23.090	23.224
(III) FIP ATICO FLORESTAL	26/02/2013 27/05/2013	21/09/2019	30.000	4.435	7.166	11.595	23.196	23.441
(IV) FIP LA SHOPPING CENTERS	02/10/2012	28/08/2022	30.000	2.454	1.883	6.348	10.684	38.108
(V) FIP ETB	10/07/2013 21/08/2013	31/08/2020	30.000	148	651	254	1.054	5.743
(VI) FIP INFRA SANEAMENTO	23/05/2014 22/08/2014	19/12/2021	30.000	-	41.235	34.068	75.303	61.662
Total da Carteira				7.881	65.059	62.928	135.868	153.224

(I) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO DE ENERGIA (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Em julho de 2018, foi realizada AGC para prorrogação do prazo de duração da Fundo pelo período de 12 (doze) meses, isto é, até 29 de junho de 2019. O fundo teve seu período de duração novamente aprovada em meados de julho de 2019, para que fossem realizados os desinvestimentos das empresas cotadas na Holding (Bolt S.A) investida pelo fundo. Na AGD realizada em junho de 2019, foi aprovado pelos cotistas o Plano de Desinvestimento do fundo apresentado pelo Gestor, o Plano terá duração de 2 anos prorrogáveis por mais 2. O plano prevê em linhas gerais quais serão as estratégias adotadas no desinvestimento dos ativos.

Posteriormente, os representantes do Administrador, BNY Mellon, comunicaram em AGC que, por força da liquidação, o fundo será colocada em situação especial, não sendo prorrogado seu prazo de duração, que se encerrou no dia 29 de junho de 2019. Para que essa alteração de status não afetasse a condição das cotas do FIP, hoje "celipadas" na B3, foi feita uma consulta, em que foi informado que bastaria o aceite dos cotistas em uma AGC do Plano de Desinvestimento para que a

condição atual das cotas fosse mantida, matéria esta que foi aprovado pelos cotistas. O gestor iniciou o processo de desinvestimento com a alienação das empresas investidas pelo fundo.

Em 10/06/2020 foi recebido Fato Relevante por parte do administrador do Fundo. A fim de reconhecer o impacto das transações, os investimentos do Fundo foram reavaliados na data-base de 09 de junho de 2020, o que ocasionou um impacto negativo de 82,13% (oitenta e dois vírgula treze por cento) no patrimônio líquido do Fundo, equivalente a R\$41.532.629,19 (quarenta e um milhões quinhentos e trinta e dois mil seiscentos e vinte e nove reais e dezenove centavos).

Em assembleia do Fundo realizada no dia 13 maio de 2021, foi deliberado a substituição do administrador do fundo para RJI CTVM. Ademais, como já havia sido aprovada a contratação do Escritório Vieira Rezende para processar ex-prestadores do Fundo, foi dada ciência de que a pretensão também será formulada em face do ex-administrador. Em complementação, o Escritório apresentou, no final de 2021, reclamação na CVM (19957.006302/2021-53), pendente de decisão da autarquia.

(II) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FIP LSH (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

O FIP LSH foi citado em diversas operações criminais (Rizoma, Unfair Play, Circus Maximus [decorrente da Greenfield]), entre outras). Em janeiro de 2018, a administração do fundo deixou de ser exercida pela Oria DTVIM e passou a ser realizada pela RJI Corretora de Valores. Por força da ICVM 579/16, o ativo foi reprecificado e houve desvalorização de 58,83% quando comparado ao valor aportado pelo Serpros. Em janeiro de 2019, foi dada entrada no pedido de recuperação judicial da empresa investida e Plano de Recuperação Judicial foi protocolado no dia 03/06/2019 (Processo n. 0023589-52.2019.8.19.0001). A RJI está com gestão interina do fundo desde a renúncia da Roma Asset, assumiu o cargo de Gestão do Fundo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2020 devido a situação atual do evento de pandemia acarretada pela COVID-19 o hotel fechou a operação. Em AGC realizada em maio de 2021 foi aprovada pela maioria dos cotistas a contratação da OVN MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. ("OVN"), para assumir a administração hoteleira da empresa investida LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. em recuperação judicial. Após a deliberação em assembleia o hotel foi reaberto para operação em 29 de outubro de 2021, com a nova administração hoteleira exercida pela OVN MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. ("OVN").

(III) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ÁTICO FLORESTAL (FUNDO EM FASE DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC realizada em julho de 2018 foi aprovada prorrogação do prazo de duração do Fundo, por mais 12 meses, encerrando o prazo em setembro de 2019. Substituição do gestor do fundo para Quekz Asset Management. O gestor iniciou o processo de desinvestimento do fundo com a alienação das empresas investidas. Aprovado em AGC o valor mínimo para alienação através de leilão da principal empresa investida pelo fundo. Em AGC realizada em 03/09/2021, foi aprovada a alienação de 100% da principal empresa investida pelo fundo, Remasa Reflorestadora S.A, detidas pela Tree Florestal Empreendimentos e Participações S.A.

(IV) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LA SHOPPING (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC realizada em maio de 2018, foi aprovada a distribuição de cotas do Fundo e de acordo com o Gestor, o valor arrecado seria destinado a aplicação na empresa investida do Fundo, no qual, foi adquirida nova ativo, Shopping Praça das Dunas, selecionado como "ativo alvo" do Fundo, que está localizado em Parnamirim – RN. Importante destacar que o empreendimento de Pampulha ainda não foi desenvolvido. Desde o início, o fundo tem acumulado uma desvalorização de 36,71%. Na AGC de 27 de maio de 2019, foi aprovada a substituição dos prestadores de serviço de administração, custódia, controladoria, escrituração de cotas. Foi indicada para a prestação de serviços de administração a Daycoval Asset Management e para a prestação de serviços de custódia, controladoria e escrituração de cotas o Banco Daycoval. Também foi deliberada a substituição da forma de gestão do fundo, passando a ser realizada exclusivamente

pela gestora Legatus. Em 03 de dezembro de 2021, foi enviado fato relevante pelo administrador informando que decidiu contratar a empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda ("E&Y") para realização de nova avaliação do valor justo dos imóveis relacionados dos referidos Empreendimentos. A E&Y apresentou uma análise detalhada dos referidos imóveis e do estudo da viabilidade do empreendimento a ser construído. Em 27 de dezembro de 2021, foi enviado comunicado ao mercado onde o administrador Banco Daycoval informa sobre a sua renúncia devido a divergência com o gestor no processo de apuração de valor justo dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

(V) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ETB (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

O fundo foi citado na operação Rízoma e na FT Postalís. Na operação Rízoma, como os fatos envolvem o aporte da SERPROS, houve o ingresso como assistente de acusação, com o patrocínio pela Escritório David Rechulski Advogados, o que foi deferido em 15/12/2021. Os cotistas, Serpros e Postalís, ingressaram com duas ações arbitrais distintas, ambas patrocinadas pelo Escritório Vieira Rezende Advogados: uma contra o BNY Mellon, englobando os prejuízos sofridos fruto dos atos dos ex-prestadores de serviço (Procedimento Arbitral 76/2019/SEC8, da IB3); e outra contra os Cotistas Majoritários do FIP, requerendo, dentre outros pedidos, a indenização por perdas, a melhoria da governança do Fundo e a resolução da questão sobre a diluição dos cotistas, ante a determinação da CVM para reprecificar o ativo (2020.00965, da CBMA). Cumpre esclarecer, que em 01/11/2019, foi enviado Fato Relevante comunicando aos cotistas do ETB FIP – Multiestratégia que a Única Administração e Gestão de Recursos Ltda teve o seu registro cancelado enquanto administrador de carteira, conforme decisão proferida no Processo CVM nº19957.008972/2019-90, sendo certo que a RJI CTVM foi indicada pela CVM como administradora provisória. Para substituição do prestador de serviço de administração/gestão do fundo foi realizada AGC que aprovou a RJI CTVM como nova administradora/gestora. Em dezembro de 2020 em nova AGC foi substituído o gestor do fundo, para Angra Partners. Em 12 de novembro 2021, foi recebido fato relevante, pelo administrador do fundo, informando que no fechamento do dia 11 de novembro de 2021, foi realizado ajuste na carteira do Fundo, especificamente quanto à precificação do ativo ATG que sofreu redução de capital nos termos da AGC da Companhia Investida, realizada em 09 de dezembro de 2020. De modo que o valor de mercado da Companhia Investida passou de R\$ 108.863 mil para o valor de R\$ 22.500 mil.

(VI) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRA SETORIAL (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Foi realizada troca de administrador, aprovado na AGC de junho de 2018, deixando de ser a Gradual Investimento, passando a ser a RJI CTVM. Em 15 de setembro de 2021, foi enviado pelo administrador do fundo, RJI CTVM, fato relevante informando que com base em relatório de avaliação, elaborado pelo gestor do fundo, Infra Asset, a Conasa, foi avaliada em R\$ 637,0 milhões, base 31/12/2020. Com base na avaliação da Conasa cotas do fundo tiveram valorização de 22,02% em 13/09/2021. Em 12 de novembro de 2021, em assembleia geral de cotistas foi aprovada a reestruturação da empresa investida com a entrada de novo investidor.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FP2 (100 % PROVISIONADO)

Ativo com provisões de 16 milhões com taxa de administração e prestação de serviços terceirizados, atualmente encontra-se 100% provisionado. Em razão do recebimento pela CABEDAL do OFÍCIO de nº 48/2018/CVM/SINGIR, intitulado "Assunto: Cancelamento do credenciamento como administrador de carteiras de valores mobiliários – Processo SEI nº 19957.005888/2017-52", determinando a imediata substituição do Administrador, que foi substituído pela LAD Capital em AGC realizada em março de 2018. Em setembro de 2018, a LAD Capital, gestora e administradora do fundo, enviou comunicado de renúncia, a fim de posicionar sobre as dificuldades encontradas em gerir e administrar o Fundo e, portanto, convocou AGC para outubro de 2018 e devido a não apresentação de propostas para substituição do cargo na AGC, a atual administradora e gestora permanecerá no cargo por 180 dias conforme previsto na ICVM 578/16,

prazo este que se encerrará em abril de 2019 com a possibilidade, caso não seja aceito novos prestadores, da liquidação do fundo. Devido a renúncia da LAD Capital, em AGC realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a substituição da administradora pela ORLA DTVM e a gestão pela FL Gestora.

3.1.2.5. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FUNDO MULTISSETORIAL MASTER III

No exercício de 2011, o Serpros investiu R\$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O Fundo continua com gestor de crise (Brasil Plural), em processo de negociação e recuperação dos ativos em default. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB). Até dezembro de 2016, o Serpros recuperou o valor de R\$29.223 mil, que representa 64,94% do valor aportado no fundo. No exercício de 2017 foi recuperado o montante de R\$ 2.639 mil. Em 2018 foi recuperado R\$4.166 mil. No exercício de 2019 foi recuperado o valor de R\$ 107, no exercício de 2020 foi recuperado R\$ 902 mil no exercício de 2021 foi recuperado R\$ 4.572 mil totalizando o valor R\$ 41.610 mil como resultado das negociações do gestor do fundo em relação aos ativos que estão provisionados. Até dezembro de 2021 o Serpros recuperou o percentual de 92,47% do valor aportado.

3.1.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Em 31/12/2021 a carteira imobiliária encerrou com montante de R\$ 90.127 mil (R\$ 98.516 mil em 2020) como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Carteira Imobiliária	PSI	PSII BD	PSII CD	2021	2020
Locados ao Patrocinador	12.067	1.394	5.632	19.093	21.932
Belém (PA)	12.067	1.394	5.632	19.093	21.600
Aluguéis a receber	-	-	-	-	332
Locados a Terceiros	44.893	5.185	20.955	71.034	76.584
Centro Empresarial Transatlântico (SP)	3.855	445	1.800	6.100	6.251
Centro Empresarial VARIG (DF)	23.697	2.737	11.061	37.496	41.481
Condomínio São Luiz (SP)	17.321	2.001	8.085	27.406	28.800
Aluguéis a receber	20	2	9	32	52
Total	56.960	6.579	24.416	90.127	98.516

Os valores apresentados no grupo de aluguéis a receber estão deduzidos das provisões para crédito de liquidação duvidosa em razão das inadimplências dos locatários: Grupo OK, Meireles, Brascol, Coperdata, Forma Audiovisual e Fernandez. Na tentativa de rever os valores a receber, o Serpros moveu ações judiciais contra esses locatários. As ações estão em fase executória, com atualização dos valores e busca de bens passíveis de constrição judicial.

Em 31/12/2021, foi registrado reavaliação patrimonial dos investimentos imobiliários discriminados a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Imóvel	Data Reavaliação	Avaliador Responsável	CNPJ do Avaliador	Valor Contábil na data da Reavaliação	Valor Reavaliação	Resultado Reavaliação	Vida Útil	Conta Contábil Relacionada
Regional Belém	dez/21	Instituto Urbano Miróica Pesquisa e Desenvolvimento de Proj. Ltda	07.680.750/0001-09	21.600	19.093	-2.507	Vida útil remanescente de 12 anos	1.02.03.07.04.02.04
Centro Empresarial Varig	dez/21	Instituto Urbano Miróica Pesquisa e Desenvolvimento de Proj. Ltda	07.680.750/0001-09	41.780	37.496	-4.284	Vida útil remanescente de 25 anos	1.02.03.07.04.03.04
Centro Empresarial Transatlântico	dez/21	Instituto Urbano Miróica Pesquisa e Desenvolvimento de Proj. Ltda	07.680.750/0001-09	6.251	6.100	-151	Vida útil remanescente de 20 anos	1.02.03.07.04.03.04
Edifício São Luiz	dez/21	Instituto Urbano Miróica Pesquisa e Desenvolvimento de Proj. Ltda	07.680.750/0001-09	28.800	27.406	-1.394	Vida útil remanescente de 30 anos	1.02.03.07.04.03.04
Total				98.431	90.095	-8.336		

8.1.4 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

a- Empréstimos Simples - As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos e Financiamentos Imobiliários e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária na data de encerramento das demonstrações contábeis.

Em 31/12/2021 o saldo de R\$ 37.492 mil (R\$ 23.477 mil em 2020) está líquido da provisão crédito de liquidação duvidosa, registrada em função da inadimplência. O Serpros, para a recuperação dos créditos, contratou escritório jurídico especializado e mantém procedimentos administrativos de registro de inclusão nos órgãos de proteção ao crédito.

b- Financiamentos Imobiliários - Em 31/12/2021 o saldo de R\$ 3.020 mil (R\$ 3.020 mil em 2020), refere-se aos contratos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) que estão em posição de Relação de Contratos Não Validados (RNV) junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O Serpros corrige o saldo através de relatório emitido pela Caixa Econômica Federal. Após a validação dos valores serão emitidos títulos de securitizados pelo Tesouro Nacional com registro escritural na CETIP.

8.1.5. PRECATÓRIOS A RECEBER

LETAS DO TESOIRO DE SANTA CATARINA - LTSC

O precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500 é resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023), decorrente da falta de cumprimento do vencimento dos títulos (Letra Financeira de Santa Catarina), adquiridos em novembro e dezembro 1996, com vencimento previsto para maio de 2001.

Na ocasião do vencimento, a Diretoria Executiva decidiu pelo provisionamento da perda deste título, conforme determina a legislação, e adotou as medidas judiciais para a recuperação do valor investido.

Em 2013, considerando o posicionamento da Gerência Jurídica e do escritório de advocacia externo, tendo como base o acompanhamento processual (trechos abaixo transcritos) elaborado pelo patrono do Serpros, em razão da sentença transitada em julgado favorável, a Diretoria Executiva decidiu reverter a provisão para perda e contabilizar o montante incontroverso de R\$ 145.363 mil.

Com efeito, o precatório do Serpros está posicionado na 2.253ª na lista de preferência (dezembro de 2020). Ressalta que essa lista tem prioridades, o que faz ela andar de forma irregular.

O valor atualizado do precatório é de R\$ 230.566 mil. Desse valor, 42,72% pertencem ao Serpro (Contrato de Aporte Financeiro Específico). O valor do precatório é atualizado automaticamente pelo sistema da TJSC todo o dia primeiro de cada mês, nos termos da metodologia fixada no julgamento da ADIs n.º 4357/DF e 4225/DF e RE 579.431/RS, conforme Ata normativa TJ N.º 18/2018 do TJ RJ, de 27 de dezembro de 2018.

O Estado de Santa Catarina reconhece como devida o precatório, mas não aceita a atualização do valor que originou o precatório, uma vez que o acórdão fixou a SELIC como critério para atualização do valor originário. Nessa esteira, o Estado interpôs Agravo de Instrumento n.º

4015442-65.2018.8.24.0000, desprovida, tendo sido interposto Agravo em Recurso Especial n.º 1.637.565/RJ, que também restou desprovida em outubro de 2020.

Cumpre destacar que sobre o valor que o Serpros tem a receber incidirão honorários advocatícios, a razão de 3% (três por cento), conforme estabelecido do contrato de prestação de serviços, provisionados no Exigível da Gestão Previdencial no montante de R\$ 5.753 mil.

Do valor a receber, deduzindo os honorários, o SERPRO fará jus ao montante a ser calculado no percentual de 42,72499%, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo).

Segue abaixo a segregação do valor do precatório.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Letras de Santa Catarina	P91	P91B0	P91C0	2021	2020
Valor Incontroverso (Ativo)	132.057	19.657	78.852	230.566	201.166
(-) Honorários Advocatícios (Passivo)	- 3.962	- 590	- 2.366	- 6.917	- 6.035
(-) Reversão do Contrato do Aporte (Passivo)	-	- 19.067	- 76.487	- 95.554	- 89.370
Valor Líquido a Receber	128.095	0	0	128.095	111.761

Em virtude da normatização contábil estabelecida na Instrução Previc nº 31/2020, os valores relacionados a Letras de Santa Catarina foram reclassificados em 2021 para o grupo contábil denominado Precatórios a Receber. Os valores em 2020 estavam classificados no grupo contábil de "outros investimentos".

8.1.6. INVESTIMENTOS – OUTROS REALIZÁVEIS

Estão registrados os direitos do Serpros decorrentes de decisão judicial ou de processos administrativos favoráveis que resultaram em crédito, totalizam o montante de R\$ 28.902 mil.

8.1.6.1. CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA CHAPECÓ

O valor a receber é decorrente do Contrato de Cessão, Repaduação e Confissão de Dívida, relativo às debêntures de emissão da Chapecó, adquiridas em 12/05/95. Devido à falência da companhia, decretada em 29/04/2005, no processo n.º 0000288-12.2004.8.24.0018 o valor da dívida foi habilitado no quadro geral de credores. Em virtude do estado falimentar da companhia, o valor foi totalmente provisionado.

Em dezembro de 2013, a Diretoria Executiva, fundamentada em Parecer Técnico da área jurídica e tendo como base o relatório de acompanhamento processual elaborado pelo Síndico da Massa Falida, homologada pelo Juízo, decidiu reverter a provisão para crédito de liquidação duvidosa e registrar o valor incontroverso, reconhecendo o crédito de R\$ 27.859 mil.

Em maio de 2015 o Serpros participou da audiência de homologação em que estiveram presentes, também, o BNDES, o International Finance Corporation (IFC) e o Banco do Brasil, concordando com a venda extraordinária dos bens que tiveram seus laudos avaliativos homologados.

Em outubro de 2017 foi acolhida pelo juízo a habilitação do crédito e foi determinado que seja incluído no quadro geral de credores da falência, a importância reconhecida como crédito com direitos reais de garantia (Classe I, art. 102, I, Dec-Lei n. 7.661/45).

Em 21/09/2021 o Serpros apresentou petição no Processo Judicial de falência da Chapecó de n.º 0000288-12.2004.8.24.0018, em curso na 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó, em que destacou o direito à habilitação do seu crédito defendido no Processo Judicial 0006063-90.2013.8.24.0018, apresentando esclarecimentos sobre a sentença proferida no mencionado processo e informando que está pendente o julgamento de recurso interposto pela Massa Falida da Chapecó em face dessa decisão judicial. O Serpros requereu ao Juízo que fosse ordenada o pagamento regular do montante principal do seu crédito e reservado 10% do valor excedente ao crédito relativo à multa que ainda está em debate no processo judicial de habilitação de crédito para posterior levantamento.

Após apresentação da referida petição, o Juízo da falência determinou a manifestação da Massa Falida e do Ministério Público sobre os pedidos da entidade. Em 16/11/2021 a Massa Falida da Emissora das debêntures apresentou petição em que requereu o indeferimento do pleito de pagamento da dívida requerido pelo Serpros e o deferimento do pedido de reserva de valores em favor da entidade. Até 31/12/2021 ainda aguardava o parecer do Ministério Público.

No tocante ao Processo Judicial de habilitação de crédito nº 0006063-90.2013.8.24.001, em curso também na 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó, em apenso ao feito falimentar, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Massa Falida, que postula: (i) a reforma da sentença proferida, alegando falta de interesse jurídico do Serpros e que não caberia a aplicação da multa de 10%, devendo ser o feito extinto sem resolução do mérito; e (ii) na hipótese de o Tribunal não entender dessa forma que seja reduzida a verba honorária fixada em desfavor da Massa Falida, sobretudo pela desnecessidade da habilitação. Salienta-se que em caso de julgamento desfavorável ao Serpros, existirá o risco de condenação ao pagamento de honorários de sucumbência à Massa Falida da Emissora de debêntures.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Chapecó	PSI	PSII BD	PSII CD	2021	2020
Contrato de Confissão de Dívida	17.605	2.045	8.209	27.859	27.859

8.1.6.2. EDIFÍCIO LUCAS LOPES

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009 o Serpros registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010 foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$ 9.399 mil, depositado na conta do Serpros em 14/05/2010. Em maio de 2020, o saldo de R\$986 mil, foi reclassificada como "Outros Realizáveis, assim provisionado para perda.

9. PERMANENTE

(Valores apresentados em R\$ mil)

	2021	2020
Permanente		
Imobilizado	15.598	13.768
Móveis e Utensílios	154	189
Máquinas e equipamentos	138	175
Veículos	-	-
Equipamentos de informática	489	304
Imóveis	14.817	13.100
Intangível	157	239
Total	15.755	14.007

O imóvel sede foi reavaliado em dezembro de 2021 pela empresa Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial, CNPJ 02.393.061/0001-91, pelo valor de R\$ 14.817 mil, gerando o resultado positivo no valor de R\$ 1.717 mil registrado como receita no plano de gestão administrativa na rubrica contábil 4.01.99.01.04 – Resultado de reavaliação predial.

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Exigível Operacional	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	2021	2020
Gestão Previdencial	3.056	20.649	162.396	-	-	186.101	187.502
Benefícios a pagar	1.982	500	-	-	-	2.482	2.482
Retenções a recolher	779	1.040	395	-	-	2.214	2.732
Valores de Repasses Previdenciais	61	42	924	-	-	1.027	2.733
Outras exigibilidades	234	19.067	161.077	-	-	180.378	182.288
Gestão Administrativa	-	-	-	3.630	-	3.630	3.971
Contas a pagar	-	-	-	2.486	-	2.486	2.296
Retenções a recolher	-	-	-	287	-	287	242
Tributos a recolher	-	-	-	196	-	196	100
Outras exigibilidades	-	-	-	661	-	661	1.333
Investimentos	4.125	637	2.459	-	-	7.222	6.183
Fundos de investimento	-	-	30	-	-	30	-
Investimentos imobiliários	65	7	-	-	-	73	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	0	4
Relacionados com o Disponível	-	-	19	-	-	19	52
Outras exigibilidades	15	7	2.410	-	-	2.432	-
Outras exigibilidades	4.045	623	-	-	-	4.668	6.127
Total	7.181	21.286	164.855	3.630	-	196.953	197.656

10.1. OUTRAS EXIGIBILIDADES / GESTÃO PREVIDENCIAL

Estão registrados os compromissos assumidos pelos Planos de Benefícios relativos à Gestão Previdencial, representados, basicamente, pelo aumento da provisão do valor a pagar ao SERPRO, na ordem de R\$ 95.554 mil, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo), quando do recebimento do montante das Letras de Santa Catarina, referenciada na nota 8.1.5 e R\$ 84.824 mil referente ao ajuste do Exigível Operacional relativo a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, correspondente a recomendação RCI 2018.

10.2. EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os compromissos a pagar pelo Serpros, relativos à Gestão Administrativa. Destacam-se as ações judiciais que questionam a constitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.718/98. Tal normativo determina como base de cálculo do PIS e da COFINS o faturamento, entendido, no § 1º do art. 3º, como receita bruta, a totalidade das receitas auferidas da pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes e assistidos, o Serpros ingressou com essas ações judiciais para garantir o direito de não se sujeitar à cobrança de tais contribuições. Desde 2002 o Serpros estava depositando judicialmente os valores determinados. A partir de janeiro de 2015, em observância a Lei nº 12.973/14, o Serpros passou a recolher as contribuições diretamente para a União.

(I) PIS

O Serpros questionou a cobrança do PIS, nos autos da Ação ordinária nº 0022138-21.2002.4.02.5101 (2002.51.01.022138-D), objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. A sentença de 1º Grau julgou procedente o pedido, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue o Serpros a recolher a Contribuição ao PIS na forma da Lei 9.718/98, prevalecendo para efeito de recolhimento o previsto na Lei Complementar 770. O Serpros apresentou Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores (STJ e STF). O TRF da 2ª Região, em exame preliminar de admissibilidade, negou seguimento aos recursos do Serpros, decisões estas mantidas pelos Tribunais Superiores.

Não havendo mais a possibilidade de recursos, ocorreu o trânsito em julgado da decisão que determinou ao Serpros recolher o PIS com base no faturamento previsto no art. 3º Lei nº 9.715/98.

Vale ressaltar que, em dezembro de 2012, por orientação dos nossos advogados, e considerando

o teor da decisão final transitada em julgado na ação, que determinou o recolhimento do PIS com base no faturamento previsto no art. 3º da Lei 9.715/98, bem como o fato do Serpros não apurar base de cálculo nos termos fixados na decisão, concluiu-se pela impossibilidade de recolhimento do referido tributo. Dessa forma, a Diretoria Executiva, em reunião do dia 16/01/2013, Ata nº 02, decidiu suspender, a partir de dezembro, os depósitos judiciais realizados, mês a mês, a título de PIS (apurado com base na Lei 9.718/98).

Cabe salientar que a decisão judicial obtida no processo de PIS, que lhe desobrigou do recolhimento da contribuição, vigorou até os fatos geradores de 31/12/2014. O Serpros, em fevereiro/2021, recebeu o valor que estava depositado (R\$ 4.355 mil), gerando a extinção e baixa do processo.

(II) COFINS

O Serpros questiona a cobrança da COFINS, nos autos da Ação Ordinária nº 0034231-05.2002.4.01.3400 (2002.34.00.034298-3) em trâmite na 21ª Vara Federal/DF, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não aufera receita própria. Em segunda instância, o TRF da 1ª Região entendeu ser legítima a cobrança da COFINS e determinou que a contribuição recaia sobre as contribuições vertidas pelos participantes. Em vista dessa decisão, apresentamos Embargos de Declaração, com o objetivo de que o Tribunal se manifestasse sobre disposto no art. 69 da LC 109/01, que impede a incidência de qualquer tributação sobre as contribuições vertidas por participantes. Entretanto, o Tribunal não acolheu os argumentos dos embargos apresentados, motivo pelo qual foi interposto Recursos Especial e Extraordinário para os Tribunais Superiores (STJ e STF). Cumpre observar que o Recurso Especial foi provido pelo STJ, que anulou acórdão do TRF-1 e, assim, determinou que fosse realizado novo julgamento acerca dos Embargos de Declaração apresentados. Em 01/09/2015, o TRF-1 proferiu novo julgamento e negou provimento aos Embargos de Declaração. Em seguida, foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores. O assunto, de repercussão geral, será apreciado pelo STF de uma única vez e de maneira idêntica, gerando efeito multiplicador e sobrestamento dos processos até a decisão do Tribunal.

10.3. OUTRAS EXIGIBILIDADES / GESTÃO DE INVESTIMENTO

O valor com maior representatividade corresponde a atualização dos Honorários Advocatícios referentes aos precatórios das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 6.917 mil (vide nota 8.1.5).

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E PASSIVOS CONTINGENTES

Estão contabilizados os valores em litígio prováveis de desembolso, como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Exigível Contingencial	PBI	PBI ID	PBI CD	PGA	2021	2020
Gestão Previdencial	3.745	5.863	-	-	9.608	12.562
Expurgos Infilcionários	334	3.976	-	-	4.310	3.675
Outras ações previdenciárias	3.411	1.887	-	-	5.298	8.887
Gestão Administrativa	-	-	-	-	0	0
Investimentos	1.626	770	917	-	3.313	1.951
Total	5.371	6.633	917	-	12.921	14.513

11.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O Serpros constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes daquelas classificadas pela área jurídica como perda provável e possível.



PROVISÕES CONTINGENCIAIS PREVIDENCIAIS PASSIVAS			
CLASSIFICAÇÃO	31/12/2021	VARIÇÃO NO ANO	31/12/2020
PS I			
PROVÁVEL	3.746	526	3.220
POSSÍVEL	2.379	-42	2.321
REMOTA	0	0	0
PSII - BD			
PROVÁVEL	5.052	-3.490	9.342
POSSÍVEL	11.156	316	10.840
REMOTA	0	0	0
CONSOLIDADO			
PROVÁVEL	8.808	-2.964	12.562
POSSÍVEL	13.494	274	13.180
REMOTA	0	0	0

Todos os processos classificados como remotos em dezembro de 2019 foram transportados para possível, a fim de adequar ao critério previsto na classificação de processos adotada pela GEJUR.

Os quadros a seguir apresenta a relação dos processos judiciais classificados pelo jurídico como probabilidade de perda provável e possível.

Número da fase atual	Objeto	Referência	Tipo de processo	Classificação de Perda	Reserva Contingencial	Depósito Realizado (R\$ mil)	Status
011720-47.2018.07.0000	Intabulação/Cancelamento	Procedimento	Judicial	Provável	1.852	11	0/0
037720-45.2017.07.0000	Intabulação/Cancelamento	Procedimento	Judicial	Provável	719	0	0/0
000004-04.2011.0.00.0001	Procedimento/Execução	Procedimento	Judicial	Provável	3	0	0/0
000004-04.2011.0.00.0001	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	46	0	0/0
044004-04.2011.0.00.0001	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	326	0	0/0
024004-04.2012.0.00.0001	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	898	0	0/0
012204-11.2011.07.0000	Intabulação SERPRO	Procedimento	Judicial	Provável	722	0	0/0
000004-07.0001.07.0000	Intabulação SERPRO	Procedimento	Judicial	Provável	69	0	0/0
000004-04.2011.07.0000	Intabulação SERPRO	Procedimento	Judicial	Provável	228	0	0/0
001721-04.2017.0.07.0000	Resolução em Extrajudicial de Viático	Procedimento	Judicial	Provável	95	0	0/0
000004-04.2011.07.0000	Intabulação SERPRO	Procedimento	Judicial	Provável	438	13	0/0
000004-07.2011.07.0000	Intabulação SERPRO	Procedimento	Judicial	Provável	438	0	0/0
110004-04.2017.0.00.0000	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	267	0	0/0
000004-04.2011.07.0000	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	536	0	0/0
000004-04.2011.07.0000	Procedimento/Execução	Procedimento	Judicial	Provável	4	0	0/0
044004-04.2017.0.07.0000	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	739	13	0/0
044004-04.2017.0.07.0000	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	520	0	0/0
000004-04.2011.0.00.0001	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	436	42	0/0
110004-04.2017.0.00.0000	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	600	10	0/0
000004-04.2011.07.0000	Intabulação SERPRO	Procedimento	Judicial	Provável	500	0	0/0
001720-04.2011.07.0000	Execução Intelectual/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	172	0	0/0
001720-17.2011.0.00.0000	Procedimento/Outros Intelectos	Procedimento	Judicial	Provável	821	0	0/0



Número de fins anuais	Objeto	Natureza	Tipo de processo	Valor de Ocorr. R\$ m R	Classificação de Fenda	Depósito Realizado R\$ m R	Status
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Judicial Trabalhista	Procedimental	Judicial	58	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Extrajudicial	Procedimental	Judicial	538	Passiva		0,00m
202202-01-2017.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2017.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	71	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	84	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	34	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	14	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	51	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	261	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2017.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	208	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.17.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	34	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	28	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	28	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	34	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	27	Passiva	77,00m	0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	36	Passiva	6,00m	0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	36	Passiva	3,00m	0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	36	Passiva	3,00m	0,00m
202202-17-2018.8.01.0001	Procedimento Judicial	Procedimental	Judicial	28	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Extrajudicial	Procedimental	Judicial	68	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	8	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	34	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Conciliatório de 20	Procedimental	Judicial	48	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	278	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	148	Passiva	158,00m	0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	34	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	34	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	36	Passiva		0,00m
202202-01-2017.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	208	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.17.0001	Procedimento de Recurso	Procedimental	Judicial	1	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	538	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	117	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	84	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	138	Passiva		0,00m
202202-01-2017.4.01.3400	Recurso Interlocutoria Mandado	Procedimental	Judicial	554	Passiva		0,00m

11.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo ao PGA envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, é necessário que sejam registrados os processos relacionados na planilha abaixo contendo todas as informações.

Número de fins anuais	Objeto	Natureza	Tipo de processo	Valor de Ocorr. R\$ m R	Classificação de Fenda	Depósito Realizado R\$ m R	Status
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Extrajudicial	PGA	Judicial	88	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Judicial	PGA	Judicial	38	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Extrajudicial	PGA	Judicial	548	Passiva		0,00m
202202-01-2018.8.01.0001	Procedimento Conciliatório	PGA	Judicial	36	Passiva		0,00m

11.3. INVESTIMENTOS

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo aos investimentos envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, foram registrados os processos relacionados na planilha abaixo.



Número da fase atual	Objeto	Natureza	Tipo de processo	Valor da Causa R\$ mil	Classificação de Perda	Depósito Realizado R\$ mil	Status
0024901-34/2013.8.19.0208	Investimentos/Novo América	Investimento	Judicial	1	Possível		0/Ativo
0010281-56/1999.8.19.0001	Investimentos/PQU	Investimento	Judicial	3.918	Possível		0/Ativo
0038875-93/1998.8.19.0001	Investimentos/PQU	Investimento	Judicial	100	Possível		0/Ativo
Processamento Arbitral 05/17	Investimentos/Bioenergia	Investimento	Arbitragem	10	Possível		0/Ativo
0211150-74/2009.8.19.0001	Investimentos/Novo América	Investimento	Judicial	99	Possível		0/Ativo
1040988-08/2014.8.26.0053	Investimentos/Desapropriação	Investimento	Judicial	057	Possível		0/Ativo
0028737-15/2011.8.06.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	28	Possível		0/Ativo
0112390-46/2010.8.06.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	44	Possível		0/Quitado Não Arquivado
0050996-43/2010.8.17.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	14	Possível		0/Ativo
0088935-27/2010.8.06.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	131	Possível		0/Ativo
0049238-38/2013.8.08.0036	Operação com Participante	Investimento	Judicial	1	Possível		0/Ativo
0006978-84/2011.8.08.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	37	Possível		0/Ativo
0484336-61/2011.8.08.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	49	Possível		0/Ativo
0107962-80/2011.8.19.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	26	Possível		0/Ativo
0137646-08/2010.8.19.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	10	Possível		0/Quitado com Discussão
0010433-20/2014.5.01.0002	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	30	Possível		0/Ativo
0010630-08/2014.5.01.0033	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	35	Possível		19/Ativo
0224932-05/2019.8.19.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	15	Possível		0/Ativo
0010092-97/2015.5.01.0021	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	60	Possível		0/Ativo
0519444-34/2011.8.08.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	20	Possível		0/Ativo
0495901-86/2011.8.08.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	12	Possível		0/Ativo
0088814-51/2010.8.06.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	29	Possível		0/Ativo
0024858-15/2002.8.06.0001	Investimentos/PCLD	Investimento	Judicial	0	Possível		0/Ativo
0542738-81/2012.8.08.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	10	Possível		0/Ativo
0100110-29/2019.5.01.0053	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	206	Possível		0/Ativo
0000899-74/2011.5.01.0067	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	50	Possível		0/Ativo
0011012-88/2015.5.01.0080	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	32	Possível		0/Ativo
0010089-06/2015.5.01.0005	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	40	Possível		0/Ativo
0010738-81/2014.5.01.0080	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	30	Possível		0/Ativo
0010423-00/2013.5.01.0077	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	100	Possível		0/Ativo
0050996-50/2015.5.01.0011	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	40	Possível		0/Ativo
0001107-19/2015.5.17.0014	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	45	Possível		0/Ativo
0001881-30/2016.5.17.0009	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	50	Possível		0/Ativo
0000049-83/2014.5.12.0004	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	28	Possível		0/Ativo
0000323-08/2016.5.12.0029	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	38	Possível	238,02804	Ativo
0082700-42/2009.5.01.0002	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	291	Possível	291,43188	Ativo
0011050-75/2015.5.01.0056	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	150	Possível		0/Ativo
0088932-97/2010.8.06.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	36	Possível		0/Ativo
0443500-84/2008.8.13.0024	Investimentos/Desapropriação	Investimento	Judicial	10.385	Possível		0/Ativo
Processamento Arbitral CAM 8	Investimento/Forço	Investimento	Arbitragem	850,000	Possível		0/Ativo
1011168-81/2009.8.26.0100	Investimentos	Investimento	Judicial	11	Possível		0/Ativo
0000948-38/2017.5.17.0014	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	50	Possível		0/Ativo
0000907-15/2014.5.12.0046	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	28	Possível		0/Ativo
0011050-87/2013.5.01.0049	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	30	Possível		0/Ativo
8000536-12/2019.8.06.0124	Operação com Participante	Investimento	Judicial	258	Possível		0/Ativo
0000940-40/2017.5.17.0011	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	50	Possível		0/Ativo
0000054-70/2016.5.07.0038	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	282	Possível		0/Ativo
0011066-77/2015.5.01.0040	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	40	Possível		0/Ativo
0100757-56/2016.5.01.0044	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	40	Possível		0/Ativo
0011165-50/2014.5.01.0018	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	40	Possível		0/Ativo
0090091-71/2009.4.01.3800	Investimentos/Desapropriação	Investimento	Judicial	44.762	Possível		0/Ativo
0127514-84/2019.8.19.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	5	Possível		0/Ativo
0132078-36/2018.8.19.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	30	Possível		0/Ativo
0018081-24/2000.8.19.0000	Operação com Participante	Investimento	Judicial	17	Possível		0/Ativo
0000943-19/2017.5.17.0003	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	50	Possível		0/Ativo
0000926-17/2017.5.17.0009	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	8	Possível		0/Ativo
0010199-76/2013.5.12.0031	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	20	Possível		0/Ativo
0010751-08/2015.5.01.0056	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	32	Possível		0/Ativo
0010685-23/2014.5.01.0017	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	45	Possível		0/Ativo
0145300-82/2009.5.01.0047	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	100	Possível		0/Ativo
0001513-71/2015.5.10.0002	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	100	Possível		0/Ativo
0000081-08/2015.5.17.0009	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	35	Possível		0/Ativo
0000071-72/2017.5.17.0007	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	19	Possível		24/Ativo
0138187-26/2000.8.07.0001	Investimentos	Investimento	Judicial	19	Possível		0/Ativo
0030393-00/2017.8.19.0001	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	100	Possível		0/Ativo
01028742-09/2021.8.07.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	140	Possível		0/Ativo
1030590-26/2021.8.26.0100	Investimentos/NETR	Investimento	Judicial	1.000	Possível		0/Ativo
0023379-85/2021.8.21.0001	Pagamento de Pecúlio	Investimento	Judicial	38	Possível		0/Ativo
0141321-83/2021.8.19.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	15	Possível		0/Ativo
0100173-31/2016.5.01.0030	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	40	Possível		0/Ativo
1000646-97/2021.5.02.0382	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	50	Possível		0/Ativo
0001301-13/2014.5.02.0033	Investimento/Forço	Investimento	Judicial	32	Possível		0/Ativo
0180770-48/2021.8.19.0001	Operação com Participante	Investimento	Judicial	122	Possível		0/Ativo
0000697-21/2021.8.19.0082	Operação com Participante	Investimento	Judicial	67	Possível		0/Ativo
0101035-58/2021.5.01.0382	Investimento/Bioenergia	Investimento	Judicial	40	Possível		0/Ativo
0007382-12/2000.8.26.0582	Operação com Participante	Investimento	Judicial	362	Possível		0/Ativo

12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios foram avaliadas, segundo cálculos realizados pelo atuário externo, e atestadas pelo atuário interno da Entidade.

De acordo com os Laudos de Avaliação Atuarial as mensurações das Provisões Matemáticas são as seguintes:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Provisões Matemáticas	PSI	PSII BD	PSII CD	2021	2020
Benefícios Concedidos	2.202.744	1.487.973	-	3.690.717	2.900.351
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.202.744	1.487.973	-	3.690.717	2.900.351
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.881.227	1.303.318	-	3.184.545	2.462.983
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	321.517	184.655	-	506.172	437.368
Benefícios a Conceder	793.670	-	2.235.488	3.029.159	3.429.234
Contribuição Definida	-	-	2.235.488	2.235.489	2.547.967
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	-	-	861.620	861.620	900.931
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	-	1.373.869	1.373.869	1.647.036
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	754.129	-	-	754.129	844.021
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	754.129	-	-	754.129	844.021
Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-	-	-	-
Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-	-	-	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	39.541	-	-	39.541	37.246
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	39.541	-	-	39.541	37.246
Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-	-	0	0
Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-	-	0	0
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-117.884	0	0	-117.884	-110.612
Deficit Equacionado	-117.884	-	-	-117.884	-110.612
Patrocinadores	-58.942	-	-	-58.942	-55.306
Participantes	-16.527	-	-	-16.527	-18.642
Assistidos	-42.415	-	-	-42.415	-36.664
Total	2.878.530	1.487.973	2.235.488	6.601.992	6.218.973

12.1. PLANO PSI

Observou-se que as provisões matemáticas apresentaram uma variação positiva em relação ao exercício anterior, sendo 15,73% relativa aos compromissos com benefícios concedidos, 6,57% referente às provisões matemáticas a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008, compensada com uma variação negativa de 9,64% com benefícios a conceder.

Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, bem como alterações das premissas atuariais como taxa de juros real anual, taxa de inflação e da taxa de carregamento administrativo.

O Programa de Demissão Voluntária – PDV realizado pelo patrocinador Serpro em 2020 gerou a concessão de 150 novas aposentadorias no Plano durante o exercício de 2021 e o PDV ocorrido no final do ano de 2021 teve como consequência somente 12 aposentadorias no encerramento do exercício, tendo em vista que a maior parte das opções dos participantes serão efetivadas nos primeiros meses de 2022.

No entanto, por se tratar de um Plano Saldado e haja vista que os participantes que se aposentaram, em sua maioria, já estavam elegíveis ao benefício de aposentadoria programada, não houve impacto significativo sobre as provisões matemáticas totais e sim uma realocação entre as provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder.

12.2. PLANO PS II

As provisões matemáticas de benefícios concedidos apresentaram no exercício um acréscimo de 49,25%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, dos quais destacam-se a alteração da tábua de mortalidade, da taxa de juros real, da taxa de inflação, da taxa de carregamento administrativo.

O Programa de Demissão Voluntária – PDV realizado pelo patrocinador Serpro em 2020 gerou a concessão de 231 novas aposentadorias e 360 resgates no Plano durante o exercício de 2021 e o PDV ocorrido no final do ano de 2021 teve como consequência somente 1 aposentadoria e 4 resgates no encerramento do exercício, tendo em vista que a maior parte das opções dos participantes serão efetivadas nos primeiros meses de 2022.

Com relação às provisões matemáticas relativas à parcela de contribuição definida, observou-se uma redução de 12,26% no exercício. Tal variação decorre das novas concessões de aposentadorias e dos resgates realizados em decorrência do PDV, e da variação da cota do plano de 6,37%, abaixo da meta atuarial de 16,77%.

12.3. HIPÓTESE ATUARIAIS

12.3.1. PLANO PS I BD

Premissas	2021	2020
Taxa de Juros Real Anual	5,08% a.a.	5,10% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT - 2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo	AT - 2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 50%	Grupo Americana Desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT- 49 segregada por sexo	AT- 49 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 81,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.
Rotatividade Anual	0% para todas as idades.	0% para todas as idades.
Taxa de Crescimento Real Anual	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Inflação Anual	3,00% a.a.	3,50% a.a.

12.3.2. PLANO PS II BD

Premissa	2021	2020
Taxa de Juros Real Anual	5,08% a.a.	5,12% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT - 2012 IAM Basic desagravada em 20% segregada por sexo	AT - 2012 IAM Basic desagravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 50%	Grupo Americana desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 Masculina	MI-2006 Masculina
Tábua de Morbidez	EXP AXD SERPRO II	EXP AXD SERPRO II
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 84,40% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 85,90% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.
Rotatividade Anual	1% para todas as idades até 65 anos	1% para todas as idades até 65 anos
Taxa de Crescimento Real Anual	2,63% a.a.	2,63% a.a.
Taxa de Inflação Anual	3,00% a.a.	3,50% a.a.

13. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O superávit técnico dos planos de benefícios representa o excedente de recursos garantidores para cobertura dos seus compromissos. De acordo com os arts. 15 e 16 da Resolução CNPC Nº 30/2018, de 10/10/2018, o resultado superavitário será destinado à constituição de Reserva de Contingência correspondente a até 25% das Provisões Matemáticas ou até o Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, o que for menor. Ressaltando que, para fins dessa apuração serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir. Após a constituição da Reserva de Contingência, os recursos excedentes serão destinados à constituição da Reserva Especial para a revisão do plano de benefícios.

O déficit técnico dos planos de benefícios demonstra a insuficiência de recursos para cobertura dos seus compromissos. De acordo com o art. 29 da referida Resolução CNPC Nº 30/2018, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado (LDTA), conforme fórmula a seguir: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Já o art. 30 da referida Resolução Nº 30/2018 estabelece que o valor do Ajuste de Precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	2021	2020
Superávit Técnico	160.698	243.719
Reserva de Contingência	160.698	201.887
PS-II BD	160.698	201.887
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	41.832
PS-II BD	-	41.832
Déficit Técnico	-240.178	-119.467
Déficit Técnico	-240.178	-119.467
PS-I	-240.178	-119.467
Resultados Realizados	(79.480)	124.251

Assim, a comparação do Patrimônio de Cobertura do PS-II BD de R\$ 1.648.671 mil com as Provisões Matemáticas de R\$ 1.487.973 mil resultou em um Equilíbrio Técnico positivo de R\$ 160.698 mil, equivalente a 10,80% das Provisões Matemáticas BD, que será registrada na conta de Reserva de Contingência.

A consultoria atuarial informou no Parecer Atuarial do Plano PS-II referente ao exercício de 2020 que a destinação do valor apurado a título de reserva especial no triênio 2018-2020 está condicionada à sua permanência em 2021. Desta forma, diante da extinção da reserva especial a partir de janeiro de 2021, não há valor a ser destinado a esse título.

Cabe registrar que destinação do Fundo Especial de Revisão do Plano foi suspensa a partir da competência de setembro de 2021, conforme aprovado pela Diretoria Executiva, em 23/07/2021. Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do PS-II, em observância ao Art. 23 da Resolução CNPC Nº 30/2018 e ao plano de destinação, a consultoria atuarial recomendou que o Fundo Especial de Revisão do Plano de R\$ 64.601.184,35 fosse totalmente revertido para o Patrimônio de Cobertura do Plano para recomposição da Reserva de Contingência.

Quanto ao PS-I, a comparação entre o Patrimônio de Cobertura de R\$ 2.638.353 mil e as Provisões Matemáticas de R\$ 2.878.531 mil resultou em um Equilíbrio Técnico negativo de R\$ 240.178 mil, equivalente a 8,34% das Provisões Matemáticas.

O valor do ajuste de precificação positivo de R\$ 84.951 mil foi deduzido do resultado deficitário acumulado, resultando no valor do equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 155.227 mil, inferior ao Limite do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 184.166 mil, não sendo necessária a elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário de 2021 do Plano Serpro I.

13.1. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o observado na Resolução CNPC Nº 30, de 10 de outubro de 2018, na Instrução Previc Nº 33, de 23/10/2020 e na Portaria Previc Nº 835, de 1º/12/2020, o Serpros calculou o ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativa do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado. A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação.

13.1.1. PLANO PSII BD**DADOS PARA CÁLCULOS**

Duração do Passivo: 10,3979 anos
Duração do Ativo: 9,7655 anos

Data da Carteira: 31/12/2021
Taxa de Juros Real Anual: 5,08%

(Valores apresentados em R\$ mil)

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
1.255.949	1.170.998	84.951

Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.

ISIN	Vencimento	Quantidade	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRTMCM1E3E8	15/02/2021	10.000	R\$ 4.099,64	R\$ 3.816,55	R\$ 40.996,64	R\$ 38.165,52	R\$ 2.831,12
BRTMCM1E3E6	15/02/2024	4.200	R\$ 3.943,21	R\$ 3.712,90	R\$ 16.591,08	R\$ 15.594,19	R\$ 996,89
BRTMCM1E3E7	15/02/2025	39.625	R\$ 4.137,04	R\$ 3.742,37	R\$ 163.948,62	R\$ 148.291,55	R\$ 15.657,07
BRTMCM1E3E6	15/02/2021	10.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.792,81	R\$ 42.724,00	R\$ 37.928,81	R\$ 4.795,19
BRTMCM1E3E6	15/02/2021	5.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.769,67	R\$ 21.361,57	R\$ 18.893,33	R\$ 2.468,24
BRTMCM1E3E4	15/02/2021	3.000	R\$ 4.379,67	R\$ 3.716,62	R\$ 13.139,01	R\$ 11.148,08	R\$ 1.990,93
BRTMCM1E3E6	15/02/2021	5.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.728,52	R\$ 21.361,57	R\$ 18,694,62	R\$ 2.717,35
BRTMCM1E3E4	15/02/2021	1.000	R\$ 4.379,67	R\$ 3.714,13	R\$ 4.379,67	R\$ 3.714,13	R\$ 665,54
BRTMCM1E3E6	15/02/2021	3.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.736,55	R\$ 12.817,18	R\$ 11.285,85	R\$ 1.531,33
BRTMCM1E3E6	15/02/2021	1.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.752,40	R\$ 4.272,40	R\$ 3.752,40	R\$ 520,00
BRTMCM1E3E8	15/02/2021	7.275	R\$ 4.099,64	R\$ 3.759,38	R\$ 29.821,40	R\$ 27.353,25	R\$ 2.468,15
BRTMCM1E3E0	15/02/2022	4.027	R\$ 3.899,17	R\$ 3.859,58	R\$ 15.625,47	R\$ 15.594,19	R\$ 31,28
BRTMCM1E3E0	15/02/2022	9.500	R\$ 3.899,17	R\$ 3.859,35	R\$ 36.891,63	R\$ 36,663,79	R\$ 197,84
BRTMCM1E3E6	15/02/2025	10.000	R\$ 4.275,06	R\$ 3.889,68	R\$ 42.750,60	R\$ 38,485,77	R\$ 4.264,83
BRTMCM1E3E6	15/02/2025	3.331	R\$ 4.275,06	R\$ 3.816,35	R\$ 14.248,77	R\$ 12,816,54	R\$ 1.432,23
BRTMCM1E3E4	15/02/2025	15.000	R\$ 4.399,62	R\$ 3.918,64	R\$ 65.994,30	R\$ 61,914,49	R\$ 4.079,81
BRTMCM1E3E6	15/02/2025	7.500	R\$ 4.275,06	R\$ 3.897,26	R\$ 32.062,95	R\$ 30,788,39	R\$ 1.274,56
BRTMCM1E3E4	15/02/2025	7.500	R\$ 4.399,62	R\$ 3.918,75	R\$ 32.997,15	R\$ 30,965,93	R\$ 1.201,22
BRTMCM1E3E4	15/02/2021	20.000	R\$ 4.379,67	R\$ 4.202,00	R\$ 87.593,34	R\$ 84,080,88	R\$ 3.512,46
BRTMCM1E3E4	15/02/2021	10.000	R\$ 4.379,67	R\$ 4.199,56	R\$ 43.796,67	R\$ 41,985,57	R\$ 1.811,10
BRTMCM1E3E6	15/02/2025	20.000	R\$ 4.275,06	R\$ 4.089,96	R\$ 85.501,20	R\$ 81,799,29	R\$ 3.701,91
BRTMCM1E3E8	01/04/2021	7.450	R\$ 9.201,44	R\$ 8.774,84	R\$ 68.598,22	R\$ 65,366,62	R\$ 3.231,60
BRTMCM1E3E8	01/04/2021	22.850	R\$ 9.201,44	R\$ 8.774,84	R\$ 209,891,73	R\$ 193,467,64	R\$ 16,424,09
BRTMCM1E3E8	01/04/2021	16.257	R\$ 9.201,44	R\$ 8.774,84	R\$ 149,679,80	R\$ 142,727,37	R\$ 6.952,43

13.1.2. PLANO PSII BD**DADOS PARA CÁLCULOS**

Duração do Passivo: 10,5519 anos
Duração do Ativo: 10,5499 anos

Data da Carteira: 31/12/2021
Taxa de Juros Real Anual: 5,08%

(Valores apresentados em R\$ mil)

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
868.096	788.522	79.574

Uma vez que o plano está superavitário, o valor do ajuste de precificação positivo não é aplicável para fins de distribuição de superávit.

Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.



ISIN	Vencimento	Quantidade	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRRTMCHNEBQD	15080002	2.744	R\$ 3.889,17	R\$ 3.889,09	R\$ 5.604.180,00	R\$ 4.593.389,00	R\$ 24.891,00
BRRTMCHNEBQD	15080002	10.000	R\$ 3.889,17	R\$ 3.889,37	R\$ 38.891.700,00	R\$ 38.130.000,00	R\$ 97.700,00
BRRTMCHNEBQD	15080002	10.000	R\$ 3.889,17	R\$ 3.889,28	R\$ 38.891.700,00	R\$ 38.130.640,00	R\$ 98.060,00
BRRTMCHNEBQD	15080002	8.853	R\$ 3.889,17	R\$ 3.889,98	R\$ 34.035.100,00	R\$ 34.035.620,00	R\$ 76.480,00
BRRTMCHNEBQD	15080002	10.500	R\$ 3.889,17	R\$ 3.889,35	R\$ 40.803.427,00	R\$ 39.845.880,00	R\$ 952.770,00
BRRTMCHNEBQD	15080004	13.450	R\$ 3.943,21	R\$ 3.751,15	R\$ 53.045.595,00	R\$ 23.742.886,00	R\$ 1.294.130,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.460	R\$ 4.030,61	R\$ 3.782,33	R\$ 42.481.579,00	R\$ 38.594.688,00	R\$ 1.554.081,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.500	R\$ 4.030,61	R\$ 3.759,20	R\$ 42.235.264,00	R\$ 38.555.595,00	R\$ 1.680.269,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	18.245	R\$ 4.030,61	R\$ 3.759,20	R\$ 73.638.381,00	R\$ 32.174.140,00	R\$ 2.944.263,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	17.947	R\$ 4.030,61	R\$ 3.855,70	R\$ 72.038.449,00	R\$ 30.508.264,00	R\$ 1.988.165,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	14.954	R\$ 4.030,61	R\$ 3.859,88	R\$ 60.025.841,00	R\$ 27.146.838,00	R\$ 1.679.021,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.000	R\$ 4.030,61	R\$ 3.753,52	R\$ 40.261.489,00	R\$ 17.829.562,00	R\$ 1.433.985,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.000	R\$ 4.030,61	R\$ 3.817,72	R\$ 40.261.489,00	R\$ 17.943.288,00	R\$ 1.330.891,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	2.800	R\$ 4.030,61	R\$ 3.827,80	R\$ 11.252.682,00	R\$ 3.597.589,00	R\$ 254.753,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.021	R\$ 4.272,40	R\$ 3.876,37	R\$ 42.824.427,00	R\$ 38.257.195,00	R\$ 1.855.291,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	17.992	R\$ 4.272,40	R\$ 3.883,14	R\$ 76.128.482,00	R\$ 32.709.947,00	R\$ 3.448.485,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	3.570	R\$ 4.272,40	R\$ 3.855,25	R\$ 15.188.652,00	R\$ 6.476.484,00	R\$ 688.263,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	16.546	R\$ 4.272,40	R\$ 3.855,25	R\$ 70.284.795,00	R\$ 29.588.588,00	R\$ 3.236.187,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	12.124	R\$ 4.272,40	R\$ 3.885,88	R\$ 51.345.305,00	R\$ 21.887.909,00	R\$ 2.487.377,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	9.784	R\$ 4.272,40	R\$ 3.832,23	R\$ 41.640.581,00	R\$ 17.677.036,00	R\$ 2.003.465,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	5.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.735,55	R\$ 21.361.209,00	R\$ 8.778.562,00	R\$ 1.261.577,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	2.800	R\$ 4.272,40	R\$ 3.718,82	R\$ 11.961.052,00	R\$ 3.485.689,00	R\$ 530.363,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	5.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.734,38	R\$ 21.361.209,00	R\$ 8.775.798,00	R\$ 1.264.381,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	4.000	R\$ 4.272,40	R\$ 3.752,40	R\$ 17.092.164,00	R\$ 7.054.545,00	R\$ 597.589,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	20.000	R\$ 4.275,85	R\$ 3.835,82	R\$ 85.515.589,00	R\$ 36.858.588,00	R\$ 4.127.081,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	10.000	R\$ 4.275,85	R\$ 3.840,88	R\$ 42.832.784,00	R\$ 18.891.188,00	R\$ 2.041.680,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	5.850	R\$ 4.275,85	R\$ 3.845,35	R\$ 24.954.279,00	R\$ 10.572.782,00	R\$ 1.881.487,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	10.000	R\$ 4.275,85	R\$ 3.840,88	R\$ 42.832.784,00	R\$ 18.891.188,00	R\$ 2.041.680,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	6.867	R\$ 4.275,85	R\$ 3.840,88	R\$ 29.335.889,00	R\$ 12.834.725,00	R\$ 1.361.134,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	20.800	R\$ 4.275,85	R\$ 3.845,35	R\$ 89.185.589,00	R\$ 36.146.284,00	R\$ 4.009.385,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	18.150	R\$ 4.275,85	R\$ 3.882,84	R\$ 77.468.484,00	R\$ 33.286.343,00	R\$ 3.882.081,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	11.850	R\$ 4.275,85	R\$ 3.882,84	R\$ 50.609.549,00	R\$ 21.732.386,00	R\$ 2.077.563,00
BRRTMCHNEBQD	15080005	12.100	R\$ 4.275,85	R\$ 3.887,26	R\$ 51.342.289,00	R\$ 22.162.736,00	R\$ 2.148.553,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	20.000	R\$ 4.379,67	R\$ 3.746,43	R\$ 87.598.886,00	R\$ 36.216.486,00	R\$ 5.952.391,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.000	R\$ 4.379,67	R\$ 3.675,23	R\$ 43.798.408,00	R\$ 17.278.287,00	R\$ 3.306.141,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.000	R\$ 4.379,67	R\$ 3.530,72	R\$ 43.798.408,00	R\$ 16.594.481,00	R\$ 3.580.007,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	15.494	R\$ 4.379,67	R\$ 3.885,34	R\$ 67.437.337,00	R\$ 28.288.252,00	R\$ 3.589.085,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	2.807	R\$ 4.379,67	R\$ 3.825,84	R\$ 12.211.295,00	R\$ 3.686.429,00	R\$ 484.896,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	10.025	R\$ 4.379,67	R\$ 3.851,80	R\$ 43.835.889,00	R\$ 18.147.758,00	R\$ 2.488.131,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	20.488	R\$ 4.379,67	R\$ 3.882,80	R\$ 89.573.346,00	R\$ 37.388.672,00	R\$ 4.784.584,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	1.000	R\$ 4.379,67	R\$ 3.714,80	R\$ 4.379.667,00	R\$ 1.745.884,00	R\$ 312.593,00
BRRTMCHNEBQD	15080000	1.000	R\$ 4.379,67	R\$ 3.712,71	R\$ 4.379.667,00	R\$ 1.744.596,00	R\$ 313.467,00

14. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os Fundos estão assim constituídos:



(Valores apresentados em R\$ mil)

Fundos	PSI	PSI BD	PSI CD	PSA	Consolidação	2021	2020
Previdenciais	-	255.466	2.050	-	-	257.517	362.532
Compensação de Cotas Excedentes	-	-	2.050	-	-	2.050	22.837
Cobertura Anti-seleção de Risco	-	-	-	-	-	0	0
Longevidade	-	-	-	-	-	0	0
Fundo Especial para Revisão do Plano	-	-	-	-	-	0	92.305
Fundo de Riscos	-	255.466	-	-	-	255.466	247.390
Administrativo	41.625	20.863	52.029	94.537	-	189.074	95.592
Investimentos	5.326	269	3.479	-	-	9.094	6.467
Quota de Quitação por Morte	4.207	292	2.680	-	-	7.199	6.512
De Quitação e Risco	1.118	56	799	-	-	1.953	1.959
Total	46.850	276.699	37.859	94.537	-	489.685	466.981

14.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Fundos com destinação específica constituídos com recursos da Gestão Previdencial, de acordo com a nota técnica específica e podem ser assim resumidos:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Fundos	PSI	PSI BD	PSI CD	Consolidação	2021	2020
Previdenciais	-	255.466	2.050	-	257.517	362.532
Compensação de Cotas Excedentes	-	-	2.050	-	2.050	22.837
Cobertura Anti-seleção de Risco	-	-	-	-	0	0
Longevidade	-	-	-	-	0	0
Fundo Especial para Revisão do Plano	-	-	-	-	0	92.305
Fundo de Riscos	-	255.466	-	-	255.466	247.390

14.1.1. P S II – BD

Por ocasião da reavaliação atuarial de 2020 foi realizada uma reestruturação da modelagem atuarial dos benefícios de risco do PS-II, sendo criado o Fundo de Risco. Em decorrência da referida reestruturação, os compromissos relativos aos benefícios de risco a conceder passaram a ser cobertos pelo Fundo de Risco que corresponde a R\$ 255.466 mil, em 31/12/2021.

(I) Fundo de Risco – destinado à custear os benefícios de Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento. O Fundo de Risco é atualizado pela rentabilidade da parcela BD do Plano, creditado das contribuições de risco e dos valores prescritos e debitados dos desembolsos supramencionados.

(II) Fundo Especial para Revisão do Plano – destinado à distribuição de superávit obrigatória. Os montantes relativos ao Fundo Especial para Revisão do Plano são atualizados pela rentabilidade da Parcela BD do Plano e debitados dos valores destinados aos participantes, assistidos e patrocinadores, bem como dos recursos necessários para a recomposição da reserva de contingência.

Em observância ao Art. 23 da Resolução CNPC Nº 30/2018 e ao plano de destinação, a consultoria atuarial recomendou que o Fundo Especial de Revisão do Plano fosse totalmente revertido para o Patrimônio de Cobertura do Plano para recomposição da Reserva de Contingência e que a

distribuição do superávit fosse encerrada.

14.1.2. P S III – CD

(I) O Fundo de Compensação de Cotas Excedentes – (I) O Fundo de Compensação de Cotas Excedentes – destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento. O referido fundo está vinculado à parcela de contribuição definida do Plano e é atualizado pela respectiva rentabilidade, debitado de eventual saldo negativo apurado pela diferença entre a cota da data de requerimento do resgate ou transferência patrimonial e a data do efetivo pagamento e acrescido de eventual saldo positivo apurado pela referida diferença.

No mês de novembro de 2021 a governança do SERPROS autorizou a reversão no valor de R\$ 22.900 mil. A operação foi atestada pelo atuário responsável pelo plano de benefícios e os recursos revertidos remuneraram a cota dos participantes relativa ao 3º decêndio do mês de novembro de 2021.

14.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo é utilizado para a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração dos seus Planos de Benefícios, na forma prevista no seu regulamento e plano de custeio.

É constituído ou revertido mensalmente e consiste pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), conforme nota explicativa nº 15.

14.3. INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos com recursos cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos, conforme estabelecida no regulamento em vigor e podem ser assim resumidos:

(I) Fundos Investimentos - Quota de Quitação por Morte - Constituído para garantia dos empréstimos concedidos a participantes em caso de falecimento do devedor.

(II) Fundos Investimentos – Fundo de Oscilação e Risco - Calculado sobre as prestações de empréstimos para cobrir futura inadimplência.

15. GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Registros e controles inerentes às atividades da administração dos Planos de Benefícios.

O Serpros, atendendo à determinação legal contida na Resolução CGPC 29/2009, efetua suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), aprovada pelo CDE - Conselho Deliberativo, conforme Deliberação 23 de 11/12/2019.

O quadro a seguir apresenta as movimentações da gestão administrativa:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Detalhamento - Gestão Administrativa	2021	2020
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	96.591	96.290
Custeio da Gestão Administrativa	27.715	11.624
Despesas Administrativas	(28.779)	(25.324)
Pessoal e Encargos	(21.311)	(18.223)
Treinamentos / congressos e seminários	(234)	(127)
Viagens e estadias	(27)	(95)
Serviços de terceiros	(3.826)	(3.768)
Despesas gerais	(968)	(737)
Depreciações e amortizações	(309)	(314)
Tributos	(1.812)	(1.708)
Outras Despesas	(270)	(338)
Despesas com Fomento	(23)	(14)
Constituição/Reversão de Contingências	-	61
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	-1.054	(3.639)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	94.537	96.591

Nos exercícios sociais de 2021 e 2020 o SERPROS investiu R\$ 23 mil e R\$ 14 mil, respectivamente, em despesas com fomento aprovadas nas peças orçamentárias anuais.

Neste exercício social de 2021 o fundo administrativo foi revertido no valor de R\$1.054 mil (R\$ 3.639 mil em 2020), principalmente em virtude da queda nos rendimentos dos investimentos da PGA.

16. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram realizados os ajustes e eliminações de consolidação em atendimento ao disposto na Instrução Previc nº 31/2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44/2021, que estão discriminadas a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Disponível	4	1	15	276	296	296
Realizável	2.697.852	1.953.227	2.438.806	82.136	94.537	7.077.483
Gestão Previdencial	5.819	6.413	40.635	-	0	52.867
Gestão Administrativa	41.625	20.883	32.029	1.401	-94.537	1.401
Investimentos	2.650.408	1.925.931	2.366.141	80.735	-	7.023.215
Permanente	-	-	-	15.755	-	15.755
Imobilizado	-	-	-	15.598	-	15.598
Intangível	-	-	-	157	-	157
Total do Ativo	2.697.856	1.953.228	2.438.821	98.167	-94.241	7.093.534

Passivo	PSL	FUNDO	FUNDO	POA	Consolidado	Consolidado
Patrimônio Operacional	7.161	21.298	164.857	5.890	-	195.858
Gestão Previdenciária	3.056	20.648	162.395	-	-	186.100
Gestão Administrativa	-	-	-	3.630	-	3.630
Investimentos	4.125	637	2.462	-	-	7.224
Patrimônio Contábil	5.872	6.692	916	-	-	12.821
Gestão Previdenciária	3.745	5.862	-	-	-	9.607
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-
Investimentos	1.627	770	916	-	-	3.314
Passivo Social	2.685.808	1.823.216	2.279.647	94.537	(94.537)	6.882.894
Provisão de Cobertura	2.638.353	1.648.671	2.235.488	-	-	6.522.512
Provisões Mensais	2.878.531	1.487.973	2.235.488	-	-	6.601.993
Benefícios Concedidos	2.202.744	1.487.973	-	-	-	3.690.717
Benefícios a Conceder	793.671	-	2.235.488	-	-	3.029.159
(-) Provisões Mensais a Constituir	(117.884)	-	-	-	-	(117.884)
Equilíbrio Técnico	(240.178)	160.698	-	-	-	(79.480)
Resultado dos Realizados	(240.178)	160.698	-	-	-	(79.480)
Superávit Técnico a Contulade	(240.178)	160.698	-	-	-	(79.480)
Fundos	46.950	276.639	37.559	94.537	(94.537)	361.148
Previdenciária	-	255.466	2.050	-	-	257.517
Administrativo	41.625	20.883	32.029	94.537	-	189.074
Investimentos	5.326	289	3.479	-	(94.537)	9.094
Total do Passivo	2.697.854	1.852.328	2.446.821	94.147	(94.537)	7.082.594

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1. ATIVOS CONTINGENTES

(1) OFND - OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O Serpros, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24/07/1986 foi obrigado a adquirir, no exercício de 1986, até 30% das suas reservas técnicas nos títulos denominados Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, a Lei nº 7.738 de 09/03/1989, extinguiu a OTN e adotou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como parâmetro de atualização monetária. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 04/06/1990, informou às entidades de previdência que o rendimento das OFND's, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação do IPC. Foi ainda expedida a Portaria nº 948/911 para impedir que as entidades fechadas recorressem ao Judiciário com o intuito de fazer prevalecer o IPC como índice de atualização e para não poderem utilizar as OFND's como meio de pagamento em processo licitatório do Programa Nacional de Desestatização.

Em virtude da expressa violação de direitos configurada, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em nome de suas associadas, ajuizou ação cautelar (processo nº 91.0106582-3 perante a 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) e ação ordinária (processo nº 91.0123902-3 que tramitou perante a 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) contra a UNIÃO FEDERAL, o BNDES e o FND visando receber a devida remuneração pelos títulos obrigatoriamente adquiridos. Este processo transitou em julgado, sendo que a decisão reconheceu que os títulos OFND's deveriam ser corrigidos pelo IPC ao invés da BTN, assegurando os direitos do Serpros, como das demais associadas.

Com os direitos judicialmente assegurados, no exercício de 2010, a Diretoria Executiva procedeu ao registro contábil do êxito na demanda judicial sobre os expurgos inflacionários nas OFND's no plano PSL. Tal decisão baseou-se nos pareceres externos emitidos pelas escritórias JCM&I Advogados e Consultores, Figueiredo & Silva Advogados e Carlos Mafra de Laet Advogados

requeridos pela ABRAPP em nome de suas associadas, assim como pelo parecer técnico emitido pela assessoria jurídica da entidade, que corroborou o entendimento de ambos os pareceres externos. Contudo, em 29/12/2011, a Diretoria Executiva, conforme registro da Ata nº 56, deliberou pela reversão do registro contábil do crédito relativo à OFND, em atendimento à determinação contida no ofício emitido pela PREVIC nº 47D1, de 14 de outubro de 2011 que considerou o crédito relativo à OFND como ativo contingente, dada "a possibilidade de entrada de benefício econômico para a entidade", orientando seu registro em Notas Explicativas.

Em 25/05/2016, a ABRAPP distribuiu ação de liquidação da sentença proferida nos autos da ação coletiva ordinária de n.º 91.0123902-3, da 23ª Vara Federal, movida pela ABRAPP contra a União Federal, sendo que, na exordial, consta o valor de R\$ 100.389 mil, conforme parecer do JCMF, elaborado em 16/11/2015.

A União Federal, em sua defesa, apresentada em 13/12/2016, impugnou diversos pontos processuais e, no mérito, demonstrou que o quantum perfaria R\$ 57.977 mil.

Em 27/09/2018 o Perito contador Joelson Zuchen, apresentou o laudo pericial concluindo que as OFNDs estavam devidamente registradas, com os respectivos titulares cadastrados e quantidades devidamente apuradas, contudo, apontou que o Juízo deveria estabelecer um critério único para os cálculos, pois tanto a ABRAPP, como a União Federal utilizam métodos diferentes. Em outubro de 2020 o perito altera o critério e aponta o valor devido, posicionado em novembro de 2015, no valor de R\$ 64.016 mil.

Tendo em vista o status do processo, o valor não será reconhecido contabilmente até que se tenha um posicionamento líquido e certo, conforme determinação da PREVIC.

Em 23/03/2021, em sua terceira manifestação, o perito nomeado pelo Juízo do processo 0068084-25.2016.4.02.5101 em curso na 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro indicou que o valor do crédito da Serpros era de R\$ 40.965 até novembro de 2015.

Em novembro de 2021, houve negociação da ABRAPP, em favor das EFPCs (dentre as quais o SERPROS), com a União Federal, sendo que no caso do SERPROS o valor acordado totalizaria R\$ 65.498 mil. A matéria foi deliberada, em 23/11/2021, em Assembleia da ABRAPP, sendo que, até a presente data, aguarda-se a finalização do acordo para apresentação ao Juízo.

(II) AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA O SERPRO (PATROCINADOR)

Em virtude do atraso do Serpro no pagamento das contribuições normais e extraordinárias, o Serpros, cumprindo seu dever fiduciário, promoveu duas ações de cobrança contra o Patrocinador:

Ação de cobrança n.º 0012357-10.2016.4.01.3400 em trâmite na 9ª Vara Federal do DF, proposta em 29/02/2016, envolvendo a cobrança de valores relativos aos acordos, em virtude de decisão do TCU que determinou a suspensão das contribuições extraordinárias a partir de dezembro de 2009;

Ação de cobrança n.º 0026272-89.2016.4.01.3400, proposta em 27/04/2016, em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, que em razão de dificuldades financeiras o patrocinador atrasou o pagamento dos contratos e das contribuições normais no período de 2013 a 2016. Ao promover as ações judiciais no início do ano de 2016, o Serpros e o Serpro, solicitaram em conjunto a suspensão dos processos, para que pudessem chegar a um acordo.

17.2. ATIVOS RECUPERÁVEIS

As informações constantes nesse item, podem ser consultadas nos itens: (i) 8.1.2.2.2; (ii) 8.1.2.2.3; (iii) 8.1.2.2.4; (iv) 8.1.2.3; (v) 8.1.2.4; (vi) 8.1.4.1; (vii) 8.1.5; (viii) 8.1.6; (ix) 10.2; (x) 11.3; (xi) 17.1.

17.3 COVID 19

O exercício 2021 deu continuidade à convivência da Entidade com a COVID-19, atendendo as demandas e orientações das autoridades públicas, ao mesmo tempo em que foram aprimorados os formatos de organização do trabalho híbrido, visando mitigar os impactos para os Empregados, Participantes Ativos e Assistidos.

Os órgãos de regulação, supervisão, fiscalização e controle mantiveram o monitoramento setorial ao longo de 2021 e retomaram gradativamente as suas atividades, com destaque para o acompanhamento das atividades operacionais e o posicionamento da Entidade frente as operações de investimentos, visando garantir o apropriado funcionamento do sistema e proteger a poupança previdenciária dos Participantes.

Os Órgãos Estatutários do SERPROS mantiveram em 2021 as agendas regulares de reuniões, cumprindo os Planos de Trabalho definidos ao final de 2020 e mantendo a observância das condições de liquidez e equilíbrio dos planos frente a volatilidade do mercado observada ao longo do ano.

Ao final do exercício constatou-se que as medidas adotadas pelo SERPROS foram adequadas, tendo em vista que permitiram a continuidade dos negócios sem prejuízos aos interesses da Entidade, ao mesmo tempo em que o aprimoramento do formato de trabalho tornou o ambiente mais seguro e adequado ao contexto da pandemia.

18. PARTES RELACIONADAS

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBC T 17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estar afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares da previdência social. Para a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- i) recebimentos de contribuições previdenciárias / administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- ii) concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e
- iii) pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos Conselhos Estatutários, membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho Deliberativo.

Além das operações recorrentes as entidades, realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como: realizações de operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

No SERPROS são consideradas Partes Relacionadas:

- i) pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Fundação, tomadas em conjunto ou individualmente;

- ii) pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Fundação;
- iii) pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;
- iv) Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Fundação; (b) a entidade exercer influência relevante sobre a Fundação; (c) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificadas nos itens (i) e (ii).

As transações recorrentes com Partes Relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Fundação, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de Convênios de Adesões para oferecimento dos planos administrados pela Entidade, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos.

Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

i) Patrocinadores/Instituidores:

- Contribuições Previdenciárias / Administrativas: Podem verter contribuições previdenciárias e administrativas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados.

ii) Participantes Ativos/Assistidos:

- Contribuições Previdenciárias / Administrativas: verificadas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios;
- Empréstimos (Operações com Participantes) – Podem ser obtidos pelos participantes, caso permitido pelo regulamento de seu respectivo plano de benefícios, nas condições nele dispostas.

Os saldos das carteiras de empréstimos encontram-se na nota explicativa 8.1.4.

- Benefícios de Prestação única, continuada, pensões e pecúlios: podem ser obtidos de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios. O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.

iii) Empregados do SERPROS

- Podem ser participantes dos planos de benefícios, entretanto, ressaltamos nesta relação, os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
- Remuneração Global: A remuneração total dos empregados, incluindo salários, encargos, benefício e plano de pensão foi R\$ 18.045 mil em 2021.

iv) Diretoria do SERPROS

- Remuneração Global: A remuneração total da Diretoria, incluindo honorários e encargos, foi de R\$ 1.940 mil em 2021.

v) Remuneração de Conselheiros Deliberativos

- A remuneração total dos Conselheiros Deliberativos, incluindo encargos, foi de R\$ 366 mil em 2021.

vi) Remuneração de Conselheiros Fiscais

- A remuneração total dos Conselheiros Fiscais, incluindo encargos, foi de R\$ 175 mil em 2021.

19. GESTÃO DE RISCOS

Com vista ao cumprimento do pagamento de benefícios correntes e futuros, os recursos garantidos dos planos de benefícios são geridos sob as boas práticas de gestão de investimentos. Além disso, o Serpros reconhece os riscos aos quais está exposto em suas diversas classes de ativos financeiros, com monitoramento contínuo no que tange a proativo gerenciamento de riscos corporativos, observado os dispositivos da Resolução CMN nº 4.661/2018 e Resolução CGPC nº 13/2004.

O processo de gerenciamento de riscos e controles se pauta na arquitetura elaborada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, contemplando a identificação, avaliação (qualitativa e/ou quantitativa) e tratamento dos riscos associados aos processos organizacionais, a partir da adoção de 1ª, 2ª e 3ª linhas envolvidas na gestão de riscos com funções segregadas e harmônicas quanto às diretrizes e aos objetivos institucionais, além de ações periódicas de disseminação, treinamento e capacitação dos colaboradores sobre a cultura de gestão de riscos que deve pautar todas as atividades do Serpros.

A metodologia utilizada engloba a Autoavaliação de Riscos e Controles em ciclos periódicos que envolvem todas as áreas no entendimento do contexto para o diagnóstico dos fatores de riscos corporativos, com vistas à melhoria contínua do desempenho organizacional por meio da revisão de processos, elaboração de planos de ação e criação de mecanismos para resposta aos riscos identificados, considerando:

- Diretrizes e objetivos fixados a cada biênio no planejamento estratégico;
- Apetite e tolerância a riscos;
- Macroprocessos, processos e subprocessos da cadeia de valor da entidade;
- Conformidade com a legislação aplicável;
- Sistemas de informação que dão suporte às atividades desempenhadas;
- Gestão orçamentária e de pessoas;
- Integração com os projetos institucionais.

No gerenciamento de riscos são considerados os conceitos constantes no Dicionário de Riscos do Serpros, bem como parâmetros pertinentes, com destaque para as seguintes categorias:

Riscos de Mercado – Possibilidade de perdas decorrentes de flutuações adversas nos preços dos fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities etc.) que afetam os valores dos ativos e passivos financeiros da Entidade (riscos de: oscilações adversas; e concentração da carteira).

Acompanhamento e gerenciamento do risco e do retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos, utilizando modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas para os

investimentos. Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado é realizado através do Value-at-Risk (VaR) que estima a perda esperada, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada.

Riscos de Crédito – Possibilidade de perdas decorrentes de incapacidade de pagamento ao credor relacionada aos instrumentos e contratos financeiros componentes da carteira de investimentos e de valores a receber da Entidade (riscos de: contraparte, degradação da qualidade; concentração de crédito; e garantia).

Avaliado com base em estudos e análises produzidos junto aos gestores terceirizados que consideram os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Riscos de Liquidez – Possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de sacrificar ativos ou tomar recursos em condições adversas por necessidade de caixa (riscos de: descasamento; solvência; e liquidação forçada).

Está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. À medida que os prazos de vencimento das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos, bem como o planejamento deve garantir que as alienações dos ativos ocorram no prazo certo e a preço justo. O controle desse risco no Serpros é feito através do ALM Estocástico, cuja metodologia consiste na projeção da carteira de ativos e do fluxo de caixa previdenciário dos Planos, a partir de simulação onde são consideradas premissas de reinvestimento visando a liquidez.

Riscos Operacionais – Possibilidade de perdas decorrentes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como resultantes de fraudes (riscos de: concepção de processos; conformidade operacional; documentação; eventos externos ou catástrofes; falha humana; fraude; indisponibilidade de pessoal especializado; dimensionamento de pessoal; infraestrutura física; segurança da informação; sistemas; salvaguarda de ativos e corrupção/suborno).

Risco de Terceirização – Possibilidade de perdas decorrentes de situações em que os serviços prestados ou os processos executados por terceiros não atinjam os padrões contratados e esperados (riscos de: concentração na terceirização; responsabilidade solidária; parceiro; e qualidade).

Na administração dos recursos financeiros, há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos do Serpros, por meio da delegação de determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Risco Legal – Possibilidade de perdas decorrentes de penalidades resultantes de ações de órgãos de fiscalização e de controle, bem como de decisões desfavoráveis em aspectos legais e regulamentares que envolvam contratos firmados e processos judiciais ou administrativos (contencioso; contratual; conformidade externa; tributário e trabalhista).

Pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades diversas e investimentos, será feito por meio da elaboração de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos, bem como da revisão periódica de regulamentos dos fundos, exclusivos ou não, e de pareceres jurídicos em relação aos contratos com terceiros.

Risco Atuarial – Possibilidade de desequilíbrio nos planos de benefícios por perdas decorrentes de metodologias inadequadas ou da adoção de hipóteses ou premissas atuariais pouco aderentes



à massa de participantes (riscos de: provisão; atuarial técnico e cadastro).

Contempla a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes dos planos.


Riscos Estratégicos – Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, bem como utilização de premissas ou análises de cenários inadequados na tomada de decisões estratégicas, fundamentais para o desempenho e a sustentabilidade do negócio (riscos de: conjuntura; competição; planejamento; execução das diretrizes estratégicas; e governança).

Riscos de Imagem/Reputação - Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa pelas partes interessadas (patrocinadores, participantes, assistidos, beneficiários, contrapartes, órgãos governamentais, comunidade etc.), de forma pontual ou permanente, que podem afetar adversamente a sustentabilidade do negócio (riscos de: divulgação de informações internas e externas; propaganda; publicidade negativa; e imagem associada a parceiros e colaboradores).

No geral, ainda podemos mencionar os riscos sistêmicos, em função do reflexo de uma parte limitada do segmento se propagar por todo o sistema, em efeito cascata, acarretando uma insolvência generalizada. Desta forma, o gerenciamento de riscos considera as análises setoriais e os comentários econômicos de especialistas e relatório divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Em relação aos riscos financeiros dos investimentos, é importante informar que esses são avaliados por consultoria externa contratada e quando aplicável, pelo Comitê de Riscos de Investimentos, de forma a subsidiar as recomendações do Comitê de Aplicações e decisões dos órgãos colegiados.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2021.

 WILSON BIANCARDI
COURY1104141272
0
2022.03.15 11:38:32
-03'07'

Wilson Biancardi Coury
Diretor Presidente
CPF 110.414.127-20

 SERGIO
RICARDO VIEIRA:
57200297704
2022-03-15 10:36:
19

Sérgio Ricardo Vieira
Diretor de Investimentos
CPF 572.002.977-04

 Assinatura digitalizada:
por FERNANDO MUNES
BENTO:83630870800
Data: 2022.03.15 10:43:
00-03'07'

Fernando Munes Bento
Diretor de Seguridade/Administração
CPF 836.308.708-00

 GERALDO DE ASSIS
SOUZA
JUNIOR:71590137604
Dados: 2022.03.15 10:28:52
-03'07'

Geraldo de Assis Souza Júnior
Contador - CRC/MG 089.483/O-9
CPF 715.901.376-04



RN/124/2022/SERPROS

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Ao

**Sr. Wilson Binacardi Coury
Diretor-Presidente do
SERPROS Fundo Multipatrocinado**

Prezado Senhor,

Apresentamos, anexo, o Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro I - CNPB nº 1980.0016-18, administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

**Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuarial
CIBA nº 070**


**Aline Moraes Guerra
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.877**


**Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.170**

Parecer RN/SERPROS nº 002/2022

24.fevereiro.2022

SERPROS Fundo Multipatrocinado

PLANO SERPRO I - CNPB nº 1980.0016-18

Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro I, doravante denominado apenas PS-I, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1980.0016-18 e administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, bem como o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- o regulamento do Plano Serpro I, aprovado pela PREVIC e publicado no Diário Oficial da União, de 07.12.2012;
- as informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data-base de dezembro/2021;
- os demonstrativos contábeis do Plano em 2021 fornecidos pelo SERPROS;
- premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

2. Base de Dados

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pelo SERPROS foi posicionada em 31.12.2021. A referida base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.



2.1. Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.1.1. Ativos e Autopatrocinados

TABELA 1 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposentadoria	Benefício Salobato Médio
		Inscrição	Atual				
Masculino	558	23,84	62,49	39,46	38,85	62,77	R\$ 3.851,78
Feminino	1.065	23,58	62,74	40,27	39,16	62,78	R\$ 2.738,33
TOTAL	1.623	23,67	62,61	39,89	38,90	62,78	R\$ 3.121,89

TE - Tempo médio de Empresa

TC - Tempo médio de Contribuição para o plano

2.1.2. Optantes pelo BPD

TABELA 2 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE OPTANTES PELO BPD

Sexo	Frequência	Idade Média		TC Médio	Idade Média aposentadoria	Benefício Salobato Médio
		Inscrição	Atual			
Masculino	21	38,49	62,57	38,65	63,26	R\$ 1.638,46
Feminino	17	38,38	66,85	39,16	65,89	R\$ 1.537,10
TOTAL	38	38,44	64,71	38,91	64,54	R\$ 1.629,75

2.1.3. Aposentadorias

TABELA 3 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE APOSENTADORIAS

TIPO DE APOSENTADORIA	Frequência	Suplementação Média	Contribuição Normal Média	Idade Média
Aposentadoria por Idade	42	R\$ 2.766,85	R\$ 256,21	81,10
Aposentadoria Especial	2	R\$ 8.200,29	R\$ 758,34	77,29
Aposentadoria por Invalidez	409	R\$ 1.644,34	R\$ -	67,57
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1.819	R\$ 4.257,74	R\$ 383,80	73,01
Benefício Proporcional Acumulado	1.237	R\$ 4.174,78	R\$ 386,58	64,79
Auxílio-Doença	1	R\$ 1.300,64	R\$ -	70,92
TOTAL	3.518	R\$ 3.807,54	R\$ 343,82	80,77

2.1.4. Pensões

TABELA 4 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PENSÕES

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensão	698	R\$ 2.187,68	-
Pensionistas	717	-	68,23
Beneficiários Vitalícios	680	-	69,45
Beneficiários Temporários	37	-	18,77



Entre as bases de dados de 2020 e de 2021 observou-se um volume expressivo de aposentadorias de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs (194), em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO, o qual se iniciou em 2020 e teve a fase de opção pelo desligamento estendida para 2021.

Ademais, entre os dois exercícios não foram verificadas variações atípicas na base de dados de participantes e assistidos, que apenas refletiram a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou de perda da qualidade de beneficiário.

3. Hipóteses Atuárias

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na Avaliação Atuarial de 2021, destacam-se as indicadas na Tabela 5:

TABELA 5 – HIPÓTESES ATUÁRIAS

Item	AA 2021	AA 2020
Tábua de Mortalidade: Geral	AT-2012 IAM Basic segregada por sexo agravada em 10%	AT-2012 IAM Basic segregada por sexo agravada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana D50%	Grupo Americana D50%
Tábua de Mortalidade de Invalídicos	AT 49 segregada por sexo	AT 49 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição de Famílias de Pensionistas	Ativos:	61,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.
	Aposentados:	61,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.
	Pensionistas:	Composição Familiar Real
Entrada em Aposentadoria	-	-
Relatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Inflação (Fator de Determinação)	3,00% (R\$ 55%) a.a.	3,50% (R\$ 31%) a.a.
Projeção de Crescimento Real	Sal. Benef. do INSS:	-
	Salários: Benefício da EFPC:	Não Aplicável -
Taxa Real Anual de Juros	5,00% a.a.	5,00% a.a.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à esta consultoria.



Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios SERPRO I (Relatório RN/SERPROS nº 007/2021, de 10.11.2021);
- Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios SERPRO I (Relatório RN/SERPROS nº 008/2021, de 03.12.2021).

3.2.2. Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 07.12.2021;
- Parecer Conselho Fiscal: Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 10.12.2021;
- Conselho Deliberativo: DL 01/2022, de 11.01.2022.

Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, relacionados no item 3.2.1, neste exercício foram alteradas a *Taxa Real Anual de Juros* de 5,10%% a.a. para 5,08% a.a. e a *Taxa de Inflação*, adotada no cálculo do fator de determinação, que passou de 3,50% a.a. para 3,00% a.a. e, conseqüentemente, o fator de determinação passou de 98,31% para 98,55%.

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar estes benefícios.

Nesta Avaliação Atuarial, optou-se por manter o Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e Institutos do Plano.

4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O PS-I, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1980.0016-18, é um plano de caráter previdenciário, estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas referentes ao encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da respectiva Avaliação Atuarial, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados na Tabela 6 que, também, demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021.

TABELA 6 – COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO EM 31.12.2021

		Valores em R\$
2.03.00.01.00.01.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.865.393.021,48
2.03.01.01.00.01.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.434.352.458,25
2.03.01.01.00.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.878.531.138,85
2.03.01.01.01.01.00.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.202.743.912,03
2.03.01.01.01.02.00.00.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.202.743.912,03
2.03.01.01.01.02.01.00.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	1.881.227.475,67
2.03.01.01.01.02.02.00.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	321.516.436,36
2.03.01.01.01.02.00.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	783.878.745,48
2.03.01.01.02.02.00.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	754.129.430,85
2.03.01.01.02.02.01.00.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	754.129.430,85
2.03.01.01.02.02.02.00.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.02.03.00.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.02.03.00.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	38.541.314,61
2.03.01.01.02.03.01.00.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	38.541.314,61
2.03.01.01.02.03.02.00.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.03.03.00.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.03.00.00.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(117.883.518,44)
2.03.01.01.03.02.00.00.00	(-) EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT	(117.883.518,44)
2.03.01.01.03.02.01.00.00	(-) PATROCINADOR(ES)	(58.941.758,72)
2.03.01.01.03.02.02.00.00	(-) PARTICIPANTES	(16.526.764,32)
2.03.01.01.03.02.03.00.00	(-) ASSISTIDOS	(42.414.995,40)
2.03.01.02.00.01.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(248.178.481,80)
2.03.01.02.01.00.00.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(240.178.481,80)
2.03.01.02.01.02.00.00.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(240.178.481,80)
2.03.01.02.02.00.00.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.01.00.00.00.00.00	FUNDOS	48.958.385,24
2.03.02.01.00.00.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.02.00.00.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	41.624.550,58
2.03.02.03.00.00.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES	5.326.714,65



5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderados pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PS-I foi dimensionada em 125 meses ou 10,3979 anos.

5.2. Ajuste de precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados à índice de preços, classificados na categoria *títulos mantidos até o vencimento*, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial do final do exercício correspondente, e o valor contábil desses títulos.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros (item 4.1.1), o PS-I contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como *mantidos até o vencimento*.

Ainda de acordo com o referido estudo, o fluxo financeiro dos ativos, informado pela Entidade, evidencia a capacidade de financeira no longo prazo para a manutenção dos Títulos Públicos marcados na curva (mantidos até o vencimento) somente até o ano de 2052.

Posto isto, considerando a taxa de juros real anual de 5,08% a.a. e o fluxo do passivo dessa Avaliação Atuarial, o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, informado pelo SERPROS para o PS-I, é positivo e monta a R\$ 84.951.384,00.

Tendo-se apurado resultado deficitário para o PS-I, em 31.12.2021, o referido valor de ajuste de precificação positivo será deduzido do déficit técnico acumulado para fins da apuração do equilíbrio técnico ajustado.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

Todos os participantes, aposentados e pensionistas do PS-I estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o Plano.

6.1.1. Evolução dos Custos

O custo global dos benefícios avaliados pelo Método Agregado corresponde à diferença entre o total dos compromissos avaliados por esse método e a parcela patrimonial constituída. Dividindo-se essa diferença pelo valor atual da folha de salário de participação, obtém-se o percentual do custo global dos benefícios avaliados pelo Método Agregado em relação à referida folha. Assim, o custo médio anual dos benefícios avaliados por esse método é obtido aplicando-se à folha de salário de participação do ano o percentual do custo global.

Por corresponder a um valor médio anual, e que já considera o abatimento do excedente patrimonial, o custo previdencial normal dos benefícios avaliados pelo método agregado pode não corresponder à contribuição normal esperada em cada período. Assim, o custo esperado para os próximos 12 meses é identificado ao montante das contribuições normais previstas para serem pagas nesse mesmo período, dimensionadas com base no Plano de Custeio descrito vigente.

Uma vez que se trata de Plano salgado, tendo ocorrida interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras dos participantes ativos e autopatrocinados, os custos estão apresentados em percentual da folha de benefícios programados, já que estes assistidos são os únicos que efetuam contribuições normais.

A Tabela 7 registra as contribuições normais previstas para serem pagas em 2022, ora expressas em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de benefícios programados, obtidas com base no fluxo do passivo desta avaliação atuarial, elaborado para atendimento à PREVIC, porém, posicionado no início do exercício:

TABELA 7 - FONTE DE RECURSOS 2022

Especificação	Participantes	% folha ativo	Assistidos	% folha assist.	Patrocinador	% folha ativo + assistido	Total
Custo Total							R\$ 57.954.114
Contrib. Previdenciárias	R\$ 140.480	2,13%	R\$ 28.906.817	12,17%	R\$ 28.906.817	12,17%	R\$ 57.954.114
Moradia	R\$ 0,0	0,00%	R\$ 21.412.457	9,01%	R\$ 21.412.457	9,01%	R\$ 42.824.914
Extracurriculares	R\$ 140.480	2,13%	R\$ 7.494.360	3,15%	R\$ 7.494.360	3,15%	R\$ 15.129.200

O custo normal médio do Plano para 2022 foi mensurado em 18,03% da folha de benefícios programados, apurado de acordo com os Regimes Financeiros e os Métodos de Financiamento adotados para todos os benefícios assegurados pelo Plano.

Contudo, haja vista que o custo normal do ano deve ser expresso em percentual da folha dos participantes e esta é nula, o custo normal do ano em percentual é nulo.



Vale ressaltar que, para o exercício de 2022, a taxa de carregamento administrativo de 3,75% incidente sobre as contribuições normais e extraordinárias dos assistidos foi zerada.

Neste sentido, tendo em vista que o custo informado no exercício anterior (17,39% da folha de benefícios programados) já estava líquido do carregamento administrativo, verificou-se o aumento de 0,64 pontos percentuais do custo esperado para 2022.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido reavaliadas em 31.12.2021 variaram R\$ 204,50 milhões em relação àquelas apuradas em 31.12.2020, abaixo da variação de R\$ 280,37 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (*atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições*), como efeito do ajuste de experiência da população, que gerou um ganho aproximado de R\$ 64,05 milhões e da alteração conjunta das hipóteses e custeio administrativo, que reduziu as Provisões Matemáticas em R\$ 11,82 milhões, conforme demonstrado na Tabela 8:

TABELA 8 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS – VALORES EM R\$

Item	PMBAC	PMBC	PMAC	PM Total
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	881.267.243	1.903.379.750	(110.612.172)	2.674.034.820
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ⁽¹⁾	146.438.133	135.235.270	(1.301.374)	280.372.029
(+) Alteração das hipóteses atuariais e custeio administrativo	(2.362.380)	(4.547.708)	(4.912.290)	(11.822.378)
Alteração do Fator de Capacidade de 98,31% para 98,55%	1.845.949	4.968.441	(267.472)	6.546.917
Alteração da Taxa de Juros de 5,10% a.a. para 5,08% a.a.	1.723.361	3.975.699	(223.694)	5.475.365
Efeito da conjugação das alterações de hipóteses	3.850	8.711	(493)	12.068
Alteração da Taxa de Carregamento Administrativo de 3,75% para 0,00%	(5.935.539)	(13.500.559)	(4.420.632)	(23.856.729)
(+) Ajuste de experiência da população ⁽²⁾	(231.672.250)	168.676.801	(1.057.883)	(64.053.333)
(+) Variação Total	(87.506.497)	299.364.162	(7.271.347)	204.496.318
(=) Provisões Matemáticas em 31.12.2021	793.670.745	2.202.743.912	(117.883.519)	2.878.531.138

⁽¹⁾ Reconhecer atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos, adição de contribuições.

⁽²⁾ Variações casuais (+ / -), como extinção de benefícios e concessão de novos benefícios; alteração no valor das suplementações; atualização de salários, contribuições e SFRB; saídas de participantes; postergação da aposentadoria por parte dos participantes já elegíveis (PMBAC), dentre outros; sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada para aquela população no período.

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais aos quais o Plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do Plano.

Para mitigar este risco é importante observar a aderência das premissas adotadas na Avaliação Atuarial, conforme a legislação vigente, de modo que as mesmas correspondam ao comportamento observado na massa de participantes.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano, foram aprovadas pelo SERPROS, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3.2.1 deste Parecer.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2021, as Provisões Matemáticas do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ (240.178.481,80), aproximadamente 8,34% dessas provisões, sendo o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo apurado em R\$ (155.227.097,80), quando considerado o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 84.951.384,00.

Assim, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o registrado no Título VI, como medida de verificação da obrigatoriedade de se restabelecer o equilíbrio técnico do Plano, conforme especificado no item 6.2.4.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano em questão não possui Fundos Previdenciais em 31.12.2021.

6.2.2. Variação do Resultado

Quando considerados os resultados desta Avaliação, o déficit técnico registrado em 31.12.2020, no valor de R\$ (119.467.385,19) (4,47% das Provisões Matemáticas da época), elevou-se para R\$ (240.178.481,80), em 31.12.2021, aproximadamente 8,34% das respectivas Provisões Matemáticas, em decorrência, principalmente, do desempenho financeiro do Plano, que não superou o mínimo atuarial esperado.

Segundo informações disponibilizadas pela Entidade, a perda ocasionada pela rentabilidade dos investimentos do Plano foi de 6,33%. Isto ocorreu porque o fluxo líquido dos investimentos em 2021 não superou o fluxo esperado com base na meta atuarial sobre as Provisões Matemáticas, efeito da conjuntura econômica atual, apurando-se perda financeira no período, conforme demonstrado na Tabela 9, que apresenta a conciliação do resultado financeiro do Plano em 2021:

TABELA 9 – CONCILIAÇÃO DA VARIAÇÃO DO RESULTADO ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Superávit (Déficit) acumulado em 31.12.2021	(119.467.385)
1 - Resultado do Patrimônio	(204.406.318)
2 - Resultado Financeiro	83.785.221
Resultado Líquido dos investimentos	239.299.714
Resultado financeiro esperado - Meta Atuarial	432.337.914
Ganho (+) / Perda (-) Financeira	(198.043.198)
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	(148.430.723)



Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Creditações/Reversões de Contingências	(525.129)
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	(1.553.541)
Creditação/reversão de fundos presidenciais	-
Resultado do Exercício (1 + 2)	(129.711.897)
Superávit (Déficit) acumulado em 31.12.2021	(240.178.482)

6.2.3. Natureza do Resultado

A natureza do resultado do plano no exercício de 2021 decorre principalmente da rentabilidade do Plano que não atingiu a meta atuarial no exercício.

6.2.4. Soluções para Equacionamento de Déficit

Conforme citado anteriormente, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021, R\$ 84.951.384,00, o *Equilíbrio Técnico Ajustado* foi avaliado em R\$ (155.227.097,80):

TABELA 10 - EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(240.178.481,80)
b) Ajuste de Precificação	84.951.384,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(155.227.097,80)
Em % das Provisões Matemáticas	5,39%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 10,3979 anos nessa avaliação, tem-se como *Limite do Déficit Técnico Acumulado* em 31.12.2021 o valor de R\$ 184.165.543,68.

$$\text{Limite do Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (10,3979 - 4) \times R\$ 2.878.531.138,05] = R\$ 184.165.543,68$$

Como o *Equilíbrio Técnico Ajustado*, apurado em R\$ (155.227.097,80), é inferior ao limite acima estabelecido (R\$ 184.165.543,68), não há obrigatoriedade de elaboração e aprovação de novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano em 2022.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para garantia das Operações e Exigíveis, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do PS-I, foram informados pelo SERPROS por meio do Balanete Contábil de 31.12.2021, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade;
- Os Fundos do Plano mostravam a quantia de R\$ 46.950.365,24, sendo o valor de R\$ 41.624.650,80 aos Fundo Administrativo e R\$ 5.325.714,65 referente aos Fundos para Garantia das Operações, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial;
- Entre as bases de dados de 2020 e 2021 foram observadas 194 aposentadorias, em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO em 2020, o qual se estendeu para 2021. Por se tratar de um Plano Saldado e haja vista que os participantes que se aposentaram, em sua maioria, já estavam elegíveis ao benefício de aposentadoria programada, não houve impacto significativo sobre as Provisões Matemáticas Totais e sim uma realocação entre as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder. Ainda em 2021 o SERPRO iniciou um novo PDV, cujos reflexos ainda serão sentidos nos primeiros meses de 2022, posto que a fase de opção pelo desligamento não foi finalizada;
- Segundo registros Contábeis disponibilizados pelo SERPROS, não foi verificado nos Ativos Financeiros do Plano a existência de saldo positivo de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficit ou amortização de Serviço Passado;
- Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial Anual de 2021, comparativamente às adotadas para o exercício de 2020, destacam-se as seguintes alterações:
 - Taxa Real Anual de Juros: de 5,10% a.a. para 5,08% a.a.;
 - Taxa de Inflação Anual: de 3,50% a.a. para 3,00% a.a.;
 - Fator de Determinação: de 98,31% para 98,55%.



7. Plano de Custeio

A seguir apresenta-se o Plano de Custeio previsto para vigorar a partir de abril/2022, o qual manteve as alíquotas de contribuições mensais de participantes, assistidos e patrocinadores.

7.1. Participantes Ativos e Autopatrocinados

As participantes ativas e autopatrocinadas compete apenas o recolhimento das contribuições extraordinárias, conforme percentuais estabelecidos na Tabela 11.

TABELA 11 - TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA MENSAL DO PARTICIPANTE ATIVO PLANO SERPRO I

Idade do Participante na data de inscrição	Taxa incidente sobre		
	Salário de Contribuição (%)	O Excesso do Salário de Contribuição em Rotação	
		A metade do valor do Teto do Salário de Benefício do INSS (%)	Até o valor do Teto do Salário de Benefício do INSS (%)
18	0,740	0,953	3,361
19	0,763	0,953	3,361
20	0,785	0,953	3,361
21	0,809	0,953	3,361
22	0,831	0,953	3,361
23	0,855	0,953	3,361
24	0,877	0,953	3,361
25	0,901	0,953	3,361
26	0,923	0,953	3,361
27	0,946	0,953	3,361
28	0,970	0,953	3,361
29	0,993	0,953	3,361
30	1,015	0,953	3,361
31	1,038	0,953	3,361
32	1,061	0,953	3,361
33	1,085	0,953	3,361
34	1,107	0,953	3,361
35	1,131	0,953	3,361
36	1,153	0,953	3,361
37	1,176	0,953	3,361
38	1,199	0,953	3,361
39	1,223	0,953	3,361
40	1,245	0,953	3,361
41	1,268	0,953	3,361
42	1,291	0,953	3,361
43	1,315	0,953	3,361
44	1,337	0,953	3,361
45	1,360	0,953	3,361
46	1,383	0,953	3,361
47	1,406	0,953	3,361
48	1,429	0,953	3,361

Taxas vigentes desde 04/2013

As participantes autopatrocinadas caberá, ainda, o recolhimento das correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade dos Patrocinadores ao qual estavam vinculadas.

7.2. Assistidos

Os Assistidos contribuem da seguinte maneira:

- 9,260% sobre o valor do benefício complementar, para a contribuição normal;
- 3,241% sobre o valor do benefício complementar para a contribuição extraordinária de equacionamento de déficit.

Cumpre destacar que os Assistidos por Benefício de Risco são isentos de contribuições normais e extraordinárias.

7.3. Derrois Participantes

Os Participantes remidos, reclusos e suspensos são isentos de Contribuições Normais.

7.4. Patrocinadores

A Contribuição Normal devida por Patrocinador corresponde à soma das Contribuições Normais devidas pelos:

- Participantes a ele vinculados, desconsideradas as parcelas resultantes de Autopatrocínio;
- Participantes Assistidos inscritos no PS-I por seu intermédio.

7.5. Custeio Administrativo


No que concerne ao custeio administrativo dos Planos administrados pelo SERPROS, de acordo com a Deliberação DI. nº. 41/2021, para o exercício de 2022, foi zerada a taxa de carregamento administrativo, a Taxa de Administração foi alterada para 0,28% e foi mantida a alíquota da Taxa de Administração sobre Operações com Participantes (Empréstimos e Financiamentos) em 0,20%, assim como a utilização do Resultado Líquido dos Investimentos do PGA.

O Plano Serpro I tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pelo SERPROS.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Rodante Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070


Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 2.170





RN/125/2022/SERPROS

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Ao

**Sr. Wilson Biancardi Coury
Diretor-Presidente do
SERPROS Fundo Multipatrocinado**

Prezado Senhor,

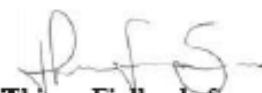
Apresentamos, anexo, o Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro II - CNPB nº 1998.0077-74, administrado SERPROS Fundo Multipatrocinado.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

**Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070**


**Aline Moraes Guerra
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.877**


**Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 2.170**

Parecer RN/SERPROS nº 003/2022

24.fevereiro.2022

SERPROS Fundo Multipatrocinado

PLANO SERPRO II - CNPB nº 1998.0077-74

Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios Serpro II, doravante denominado apenas PS-II, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1998.0077-74 e administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, bem como o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- o regulamento do Plano Serpro II, aprovado pela PREVIC e publicado no Diário Oficial da União, de 14.12.2012;
- as informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data-base de dezembro/2021;
- os demonstrativos contábeis do Plano em 2021 fornecidos pelo SERPROS;
- premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

2. Base de Dados

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pelo SERPROS foi posicionada em 31.12.2021. A referida base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.

2.1. Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.1.1. Ativos e Autopatrocinados

TABELA 1 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposentadoria	Salário de Participação Médio
		Inscrição	Atual				
Masculino	3.771	36,56	49,34	20,88	12,78	63,62	R\$ 14.277,96
Feminino	2.468	42,90	55,83	29,48	12,92	61,74	R\$ 10.864,05
TOTAL	6.239	39,07	51,98	24,28	12,83	62,67	R\$ 12.827,58

TE – Tempo médio de Empresa

TC – Tempo médio de Contribuição para o plano

2.1.2. Optantes pelo BPD

TABELA 2 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE OPTANTES PELO BPD

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposentadoria	Salário de Participação Médio
		Inscrição	Atual				
Masculino	86	40,54	53,96	28,21	13,42	64,38	R\$ 8.318,19
Feminino	32	44,82	56,35	29,16	11,53	62,14	R\$ 8.206,58
TOTAL	118	41,78	54,61	28,48	12,91	63,77	R\$ 8.287,82

2.1.3. Aposentadorias

TABELA 3 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE APOSENTADORIAS

TIPO DE APOSENTADORIA	Frequência	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média
Aposentadoria Programada	784	R\$ 8.738,75	R\$ 33,21	66,54
Aposentadoria por Invalidez	80	R\$ 4.471,52	R\$ -	62,16
TOTAL	864	R\$ 8.344,54	R\$ 30,14	68,13

2.1.4. Pensões

TABELA 4 – CONSOLIDADO ESTATÍSTICO DE PENSÕES

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	157	4.178,93	-
Pensionistas	214	-	48,48
Beneficiários Vitalícios	157	-	61,10
Beneficiários Temporários	57	-	17,28

Entre as bases de dados de 2020 e de 2021 observou-se um volume expressivo de aposentadorias de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs (239), em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO, o qual se iniciou em 2020 e teve a fase de opção pelo desligamento estendida para 2021.



Além disso, também foram constatadas 370 saídas de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs, em consequência, majoritariamente, do Programa supramencionado, bem como 18 concessões de pensões relativas a este grupo. Em contrapartida, houve o ingresso de 60 novos participantes no Plano SERPRO II.

Por fim, além das novas concessões de aposentadorias e pensões, não foram verificadas variações atípicas na base de dados de aposentados e pensionistas, que apenas refletiram a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou de perda da qualidade de beneficiário.

3. Hipóteses Atuárias

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na Avaliação Atuarial de 2021, destacam-se as indicadas na Tabela 5:

TABELA 5 – HIPÓTESES ATUARIAIS

Item	AA 2021	AA 2020	
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic segregada por sexo desagravada em 20%	AT-2012 IAM Basic segregada por sexo desagravada em 10%	
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana D50%	Grupo Americana D50%	
Tábua de Mortalidade de Invalídeos	MI-2006 Masculina	MI-2006 Masculina	
Tábua de Mortalidade	EXP AXD SERPRO II	EXP AXD SERPRO II	
Composição da Família do Pensionista	Ativos:	84,40% dos participantes têm dependentes; possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.	85,00% dos participantes têm dependentes; possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.
	Aposentados:	84,40% dos participantes têm dependentes; possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.	85,00% dos participantes têm dependentes; possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens.
	Pensionistas:	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Entrada em Aposentadoria	-	-	
Relatividade	1,00% a.a. para todas as idades até 65 anos	1,00% a.a. para todas as idades até 65 anos	
Taxa de Inflação (Fator de Determinação)	3,00% (88,55%) a.a.	3,50% (88,31%) a.a.	
Projeção de Crescimento Real	Sal. Benef. do INSS:	-	-
	Salários:	2,63% a.a.	2,63% a.a.
	Benefício da EFPC:	-	-
Taxa Real Anual de Juros	5,00% a.a.	5,12% a.a.	

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à esta consultoria.



Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios SERPRO II (Relatório RN/SERPROS nº 008/2021, de 10.11.2021);
- Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios SERPRO II (Relatório RN/SERPROS nº 009/2021, de 03.12.2021).

3.2.2. Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 07.12.2021;
- Parecer Conselho Fiscal: Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, de 10.12.2021;
- Conselho Deliberativo: DL 01/2022, de 11.01.2022.

Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, relacionados no item 3.2.1, neste exercício foram alteradas as seguintes hipóteses:

- *Tábua de Mortalidade Geral: a Tábua AT-2012 IAM Basic segregada por sexo teve o seu desagravamento alterado de 10% para 20%;*
- *Composição de Famílias de Pensionistas: o percentual de participantes com dependentes passou de 85,90% para 84,40%;*
- *Taxa de Inflação: passou de 3,50% a.a. para 3,00% a.a.;*
- *Fator de determinação: passou de 98,31% para 98,55%;*
- *Taxa Real Anual de Juros: foi alterada de 5,12% a.a. para 5,08% a.a..*

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar estes benefícios.

Quanto à parcela de Contribuição Definida (Aposentadoria Programada, sua respectiva reversão em pensão por morte e Institutos), admite-se o Regime de Capitalização e o Método de Capitalização Financeira. Para os benefícios concedidos convertidos em renda mensal vitalícia adota-se o Método Agregado.

O benefício de Pecúlio por Morte de Futuro Assistido foi avaliado pelo Regime de Capitalização. Para a distribuição desse custo ao longo dos anos de serviço do participante, adotou-se o Método de Crédito Unitário Projetado.

Para os benefícios a conceder de Reversão em Pensão da Aposentadoria por Invalidez, Garantia Mínima da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo e de Pecúlio por Morte de Participante Ativo que venha a se aposentar por invalidez utilizou-se o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura. E, para os benefícios de Auxílio-Doença, de Auxílio-Reclusão e de Pecúlio por Morte de Participante Ativo, adotou-se o Regime de Repartição Simples.

4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O PS-II, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1998.0077-74, é um plano de caráter previdenciário, estruturado na modalidade de Contribuição Variável.

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido desse Plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2021, foram determinadas a partir dos resultados da respectiva Avaliação Atuarial, elaborada por esta consultoria.

Já as Provisões Matemáticas de Contribuição Definida, estas são constituídas por meio dos saldos de contas, devidamente atualizados, cuja determinação é de inteira responsabilidade do SERPROS.

A Tabela 6 demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021.

TABELA 6 – COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO EM 31.12.2021

		Valores em R\$
2.03.01.00.01.01.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.181.357.412,62
2.03.01.00.00.01.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	3.284.158.581,77
2.03.01.01.00.01.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.723.481.471,74
2.03.01.01.01.01.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.487.872.881,28
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	1.487.872.881,28
2.03.01.01.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	1.303.318.361,45
2.03.01.01.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	184.654.629,83
2.03.01.01.02.01.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.235.488.479,28
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	2.235.488.479,28
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADORES / INSTITUIDORES	861.619.807,22
2.03.01.01.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA CONSTITUÍDAS PELOS PARTICIPANTES	1.371.513.582,73
2.03.01.01.02.01.03	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	2.035.561,76
2.03.01.01.02.01.04	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	322.528,15
2.03.01.02.00.01.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	188.688.090,63
2.03.01.02.01.01.00	RESULTADOS REALIZADOS	188.688.090,63
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	188.688.090,63
2.03.01.02.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	188.688.090,63
2.03.01.02.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-



2.03.01.02.02.01.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.01.00	FUNDOS	314.187.840,85
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	257.516.842,60
2.03.02.01.01.01.00	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE COTAS EXCEDENTES	2.050.426,98
2.03.02.01.02.00.00	FUNDO ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-
2.03.02.01.03.03.00	FUNDO DE RISCO	255.466.415,62
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	52.912.370,96
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES	3.768.627,29

5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre estes benefícios, ponderados pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PS-II foi dimensionada em 127 meses ou 10,5819 anos.

5.2. Ajuste de precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados à índice de preços, classificados na categoria *títulos mantidos até o vencimento*, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial do final do exercício correspondente, e o valor contábil desses títulos.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros (item 4.1.1), o PS-II contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como *mantidos até o vencimento*.

Ainda de acordo com o referido estudo, o fluxo financeiro dos ativos, informado pela Entidade, evidencia a capacidade de financeira no longo prazo para a manutenção dos Títulos Públicos marcados na curva (*mantidos até o vencimento*).

Posto isto, considerando a taxa de juros real anual de 5,08% a.a. e o fluxo do passivo dessa Avaliação Atuarial, o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, informado pelo SERPROS para o PS-II, é positivo e monta a R\$ 79.574.416,00.

Tendo-se apurado resultado superavitário em 31.12.2021 e sendo o valor do ajuste de precificação positivo, o referido montante não será aplicado em eventual destinação de reserva especial, mesmo porque todo o superávit do Plano está alocado em reserva de contingência.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

Todos os participantes, aposentados e pensionistas do PS-II estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o Plano.

6.1.1. Evolução dos Custos

De acordo com os métodos de financiamento adotados na avaliação do plano sob análise, o custo esperado para os próximos 12 meses é identificado ao montante das contribuições normais previstas para serem pagas neste mesmo período, dimensionadas com base no Plano de Custeio proposto.

A Tabela 7 registra o montante das contribuições normais previstas para serem pagas em 2022, ora expresso em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário-de-participação.

TABELA 7 - FONTE DE RECURSOS 2022

Especificação	Participantes	% folha de ativos	Auxílios	% folha auxiliados	Patrocinador	% folha de ativos	Total
Custo Total							R\$ 177.011.462
Contrib. Previdenciária	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 345.226	0,37%	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 177.011.462
Normais	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 345.226	0,37%	R\$ 88.333.118	7,88%	R\$ 177.011.462
Extraordinárias	R\$ 0	0,00%	R\$ 0	0,00%	R\$ 0	0,00%	R\$ 0

O custo normal médio do Plano para 2022 foi mensurado em 15,80% da folha de salário-de-participação.

Vale ressaltar que, para o exercício de 2022, a taxa de carregamento administrativo de 3,75% incidente sobre as contribuições vertidas foi zerada.

Neste sentido, tendo em vista que o custo informado no exercício anterior (15,32% da folha de salário-de-participação) já estava líquido do carregamento administrativo, verificou-se o aumento de 0,48 pontos percentuais do custo esperado para 2022.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

O Plano de Benefícios Seguro II está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, possuindo, em 31.12.2021, Provisões Matemáticas constituídas em Contribuição Definida e em Benefício Definido.

Na parcela de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas são identificáveis aos saldos de conta, portanto, não se aplica a avaliação de variação dessas provisões, visto que sua evolução é identificada aos saldos de contas e é decorrente da rentabilidade alcançada na aplicação dos recursos garantidores do Plano.



Assim, sobre a variação das Provisões Matemáticas do PS-II, cumpre discutir apenas sobre os benefícios concedidos, cujos valores reavaliados em 31.12.2021 variaram R\$ 491,00 milhões em relação àquelas apuradas em 31.12.2020, acima da variação de R\$ 438,22 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (*atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições*) e pelas transferências de recursos entre as parcelas CD e BD do Plano, como efeito do ajuste de experiência da população, que gerou uma perda aproximada de R\$ 18,02 milhões e da alteração conjunta das hipóteses e custeio administrativo, que aumentou as Provisões Matemáticas em R\$ 34,75 milhões, conforme demonstrado na Tabela 8:

TABELA 8 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS – VALORES EM R\$

Item	PMBC
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	996.972.376
(+) Transferências da parcela CD para a parcela BD (benefícios de pensão e aposentadoria da ativa)	370.766.284
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ⁽¹⁾	67.454.852
(+) Alteração das hipóteses atuariais e custeio administrativo	34.754.781
Alteração da Tábua de Mortalidade Geral de AT-2012 IAM Basic D10% para AT-2012 IAM Basic D20%	27.708.521
Alteração da proporção de dependentes de 85,90% para 84,40% (composição familiar)	(2.212.718)
Alteração do Fator de Capacidade de 98,31% para 98,55%	3.349.409
Alteração da Taxa de Juros de 5,12% a.a. para 5,08% a.a.	5.728.408
Efeito da conjugação das alterações de hipóteses	345.078
Alteração da Taxa de Carregamento Administrativo de 3,75% para 0,00%	(163.918)
(+) Ajuste de experiência da população ⁽²⁾	18.024.898
(+) Variação Total	491.000.616
(-) Provisões Matemáticas em 31.12.2021	1.487.972.991

⁽¹⁾ Reconhecer: atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos, adição de contribuições.

⁽²⁾ Variações castais (+ / -), como extinção de benefícios e concessão de novos benefícios, alteração no valor das suplementações, sobrevivência (-) ou mortalidade (+) acima da esperada para aquela população no período.

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Quanto às provisões matemáticas constituídas na modalidade de Contribuição Definida, não há riscos atuariais envolvidos no seu dimensionamento, mas tão somente riscos financeiros.

Já em relação às parcelas de Benefício Definido, os principais riscos atuariais aos quais o Plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do Plano.

Para mitigar este risco é importante observar a aderência das hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial, conforme a legislação vigente, de modo que as mesmas correspondam ao comportamento observado na massa de participantes.



Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano, foram aprovadas pelo SERPROS, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3.2.1 deste Parecer.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2021, as provisões matemáticas do Plano estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Superávit Técnico Acumulado de R\$ 160.698.090,63, aproximadamente 10,80% das provisões matemáticas de benefício definido, não sendo necessárias, neste caso, soluções para insuficiência de cobertura.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciários

6.2.1.1. Fundo Especial para Revisão do Plano

Na Avaliação Atuarial 2018, foi criado o Fundo Especial para Revisão do Plano, em função da distribuição de superávit obrigatória, tendo em vista a constituição de reserva especial nos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

De acordo com o Estado RN/SERPROS nº 008/2019, de 04.07.2019, que segue o protocolo da legislação vigente, a utilização do referido Fundo se dará pelo período de 36 meses, contados a partir da aprovação do processo (dezembro/2019 a novembro/2022), ou enquanto houverem recursos no Fundo de Destinação.

Ainda segundo o estudo supramencionado e consoante o Art. 23 da Resolução CNPC nº 30/2018, a destinação do superávit poderia ser interrompida em caso de necessidade de recomposição da Reserva de Contingência:

Art. 23 A utilização da reserva especial será interrompida e os fundos previdenciários de que trata o art. 22 serão revertidos total ou parcialmente para recuperar a reserva de contingência ao patamar estabelecido no art. 15, quando for inferior ao montante aprovado a título de reserva de contingência.

Neste sentido, a Tabela 9 apresenta a necessidade de reversão do Fundo Especial para Revisão do Plano em 31.12.2021, em conformidade com o Art. 23 da Resolução CNPC nº 30/2018:

TABELA 9 – REVERSÃO DO FUNDO ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO EM 31.12.2021

[A] Patrimônio de Cobertura da parcela BD antes da reversão do Fundo Especial	R\$ 1.594.068.898
[B] Provisão Matemática da parcela BD	R\$ 1.487.972.991
[C = A - B] Superávit Técnico antes da reversão do Fundo Especial	96.096.906
[D] Duração do Passivo	10,5519
[E = MÍNIMO(10% + 1% * [D]; 25%) * B] Limite da Reserva de Contingência	R\$ 305.806.721
[F] Fundo Especial para Revisão do Plano	R\$ 64.801.184
[G = MÍNIMO(F; E - C)] Necessidade de reversão do Fundo Especial	R\$ 64.801.184
[H = C + G] Total da Reserva de Contingência em 31.12.2021	R\$ 160.698.091



Tendo em vista que, no encerramento do exercício de 2021, o superávit técnico inicial do Plano SERPRO II se demonstrou inferior ao limite da Reserva de Contingência, o Fundo Especial para Revisão do Plano, no montante de R\$ 64.601.184,35, foi integralmente revertido para a recomposição da referida reserva.

6.2.1.2. Demais Fundos Previdenciários

Ante o exposto no subitem anterior, em 31.12.2021, o PS-II registra Fundos Previdenciários de R\$ 257.516.842,60, formados pelo Fundo de Compensação de Cotas Excedentes, no valor de R\$ 2.050.426,98, e pelo Fundo de Risco correspondente à R\$ 255.466.415,62.

O Fundo de Compensação de Cotas Excedentes é destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento. O referido fundo está vinculado à parcela de contribuição definida do Plano e é atualizado pela respectiva rentabilidade, debitado de eventual saldo negativo apurado pela diferença entre a cota da data de requerimento do resgate ou transferência patrimonial e a data do efetivo pagamento e acrescido de eventual saldo positivo apurado pela referida diferença.

Para amenizar as perdas patrimoniais ocorridas no exercício, o Conselho Deliberativo, por meio da DL nº 39/2021, aprovou a reversão, em novembro/2021, de R\$ 22,9 milhões do Fundo de Compensação de Cotas Excedentes para a parcela de Contribuição Definida do PS-II.

Finalmente, o Fundo de Risco foi constituído na Avaliação Atuarial de 2020 com a finalidade de custear o Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento.

Os riscos associados ao Fundo em questão estão relacionados à ocorrência dos eventos de invalidez, morte, morbidez e reclusão, que ocasionarão o desembolso das indenizações para cobertura dos respectivos valores que suportarão tais benefícios.

O montante relativo ao Fundo de Risco é atualizado pela rentabilidade da Parcela BD do Plano, creditado das contribuições de risco e dos valores prescritos e debitados dos desembolsos supramencionados.

6.2.2. Variação do Resultado

Em relação à parcela constituída na modalidade de Contribuição Definida não há formação de superávit ou déficit técnico, visto que todos os ganhos ou perdas são repassados para saldo de conta dos participantes, que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.



Quanto à parcela estruturada na modalidade de Benefício Definido, observou-se que, quando considerados os resultados desta Avaliação, o superávit técnico registrado em 31.12.2020, no valor de R\$ 243.718.499,32 (24,45% das Provisões Matemáticas da época), reduziu-se para R\$ 160.698.090,63, em 31.12.2021, aproximadamente 10,80% das respectivas Provisões Matemáticas, como efeito das perdas atuariais sobre os ganhos atuariais relativos às Provisões Matemáticas, conforme item 6.1.2, além da perda financeira de 8,91%¹ decorrente da rentabilidade dos investimentos do Plano, que não atingiu o mínimo atuarial esperado.

Em que pese o Plano ainda registrar superávit técnico, o fluxo líquido dos investimentos em 2021 não superou o fluxo esperado com base na meta atuarial sobre as Provisões Matemáticas, efeito da conjuntura econômica atual, apurando-se perda financeira no período, conforme demonstrado na Tabela 10, que apresenta a conciliação do resultado financeiro da parcela de Benefício Definido do Plano em 2021:

TABELA 10 – CONCILIAÇÃO DA VARIAÇÃO DO RESULTADO ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Superávit (Déficit) acumulado em 31.12.2020	243.718.499
1 - Resultado do Passivo	(491.808.818)
2 - Resultado Financeiro	407.988.287
Resultado Líquido dos investimentos	118.302.846
Resultado financeiro esperado – Meta Atuarial	215.725.780
Ganho (+) / Perda (-) Financeira	(97.422.933)
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	202.492.792
Constituições/Reversões de Contingências	3.480.170
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	(524.039)
Constituição/reversão de limites presidenciais	24.228.438
Resultado do Exercício (1 + 2)	(83.828.408)
Superávit (Déficit) acumulado em 31.12.2021	160.698.091

Tendo apurado resultado superavitário, a sua alocação em Reserva de Contingência e Reserva Especial para Revisão do Plano deverá seguir o que determina a Resolução CNPC nº 30, de outubro/2018:

Art. 15º: O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{PM}$$

¹Valor apurado e informado pelo SREPROS.
Rodrigo Nogueira
consultoria em estatística e atuária



Aplicando-se a formulação descrita no Art. 15 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 10,5519 anos nesta avaliação, tem-se como *limite de reserva de contingência*, em 31.12.2021, o valor de R\$ 305.806.721,19.

$$\text{Limite Reserva de contingência} = \text{Máximo } [25\%; 10\% + (1\% \times 10,5519)] \times 1.487.972.991,28^2 = \text{R\$ } 305.806.721,19$$

Como o resultado superavitário, que já considera a reversão integral do Fundo Especial para Revisão do Plano, é inferior ao limite acima estabelecido, não houve constituição de reserva especial, ficando a reserva de contingência equiparada a R\$160.698.090,63.

Vale ressaltar que 2020 havia sido o terceiro exercício consecutivo em que o PS-II registrava reserva especial para revisão do plano e que a sua destinação deveria ocorrer em 2021. Contudo, conforme já alertado no Parecer Atuarial do referido exercício, a destinação do valor apurado a título de reserva especial no triênio 2018-2020 estava condicionada à sua permanência em 2021, assim como à continuidade da distribuição de superávit de 2015-2017.

Neste sentido, haja vista que em 2021 não houve formação de reserva especial e que o Fundo Especial para Revisão do Plano referente à distribuição de superávit de 2015-2017 foi integralmente revertido para recomposição da Reserva de Contingência, não há que se falar em distribuição do superávit relativa ao triênio 2018-2020.

6.2.3. Natureza do Resultado

A situação superavitária registrada pelo PS-II em 31.12.2021 decorre de seu desempenho financeiro nos anos anteriores e de alterações de hipóteses, bem como das oscilações estatísticas em torno destas. A redução do superávit observada em 2021 se deu em função das perdas atuariais e financeiras no exercício.

6.2.4. Soluções para Equacionamento de Déficit

Não há déficit a ser equacionado.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

² O montante de R\$ 1.487.972.991,28 corresponde às provisões matemáticas constituídas na modalidade de benefício definido.



6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para garantia das Operações, Exigíveis e Saldos de Conta, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do PS-II, foram informados pelo SERPROS por meio do Balancete Contábil de 31.12.2021, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade;
- Os Fundos do Plano mantavam a quantia de R\$ 314.197.840,85, sendo o valor de R\$ 257.516.842,60 relativo aos Fundos Previdenciais, de R\$ 52.912.370,96 atinente aos Fundos Administrativos e de R\$ 3.768.627,29 referente aos Fundos para Garantia das Operações, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial;
- Entre as bases de dados de 2020 e 2021 foram observadas 239 aposentadorias, em decorrência, principalmente, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) promovido pelo SERPRO em 2020, o qual se estendeu para 2021, motivo pelo qual verificou-se a transferência de R\$ 370,77 milhões entre as parcelas CD e BD do Plano neste último exercício. Ainda em 2021 o SERPRO iniciou um novo PDV, cujos reflexos ainda serão sentidos nos primeiros meses de 2022, posto que a fase de opção pelo desligamento não foi finalizada;
- Segundo registros Contábeis disponibilizados pelo SERPROS, não foi verificado nos Ativos Financeiros do Plano a existência de saldo positivo de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficit ou amortização de Serviço Pastado;
- Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial Anual de 2021, comparativamente às adotadas para o exercício de 2020, destacam-se as seguintes alterações:
 - Tábua de Mortalidade Geral: a Tábua AT-2012 IAM Basic segregada por sexo teve o seu desagrevamento alterado de 10% para 20%;
 - Composição de Famílias de Pensionistas: o percentual de participantes com dependentes passou de 85,90% para 84,40%;
 - Taxa Real Anual de Juros: de 5,12% a.a. para 5,88% a.a.;
 - Taxa de Inflação Anual: de 3,50% a.a. para 3,88% a.a.;
 - Fator de Determinação: de 98,31% para 98,55%.



7. Plano de Custeio

A seguir apresenta-se o Plano de Custeio previsto para vigorar a partir de abril/2022.

7.1. Participantes Ativos e Autoprocuroados

a) Parcela CD

- *Contribuição Básica*: 1% sobre o Salário de Contribuição;
- *Contribuição Variável*: Percentual determinado pelo participante, limitado a 15%, aplicado sobre a parcela do Salário de Contribuição excedente a 8 VRS;
- *Contribuição Espontânea Mensal*: apurada pela aplicação de percentual determinado pelo Participante, limitado a 15%, sobre o Salário de Contribuição.
- *Contribuição Esporádica*: realizada em parcela única, em qualquer época e com valor determinado pelo Participante, desde que não inferior ao VRS.

b) Parcela BD

Desde a Avaliação Atuarial de 2020 os compromissos relativos aos benefícios de risco a conceder deixaram de ser registrados na conta de Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados (VABFNP) e passaram a ser cobertos pelo Fundo de Risco, constituído na mesma data.

Como parte integrante da reestruturação da cobertura dos benefícios de risco, as alíquotas de contribuição foram atuarialmente calculadas à época, momento em que, devido à robustez do Fundo de Risco até então constituído, foi proposto que as taxas atuarialmente calculadas fossem reduzidas em 60%.

Conforme já especificado no item 4.2.2, em 31.12.2021, o Fundo de Risco registrava um montante R\$ 255.466.415,62, valor este suficiente para cobrir os riscos por ele assumidos no exercício de 2022, bem como para financiar o direito acumulado dos participantes ativos no que tange ao benefício de Pecúlio por Morte, avaliado pelo Método de Crédito Unitário Projetado.

Assim, para o exercício de 2022, sugere-se que a redução das taxas atuarialmente calculadas passe de 60% para 70%.

A Tabela 11 apresenta os novos percentuais, já com a redução de 70%, propostos para vigorar a partir de 01.04.2022.

TABELA 11 – ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DE RISCO

Idade do Participante na data de inscrição	Taxa incidente sobre	
	Salário de Contribuição (pg)	O excesso do salário de contribuição em relação a 14 vezes o valor de referência SERPRO II (pa)
20	0,0526%	0,0000%
21	0,0475%	0,0201%
22	0,0456%	0,0822%
23	0,0444%	0,1575%
24	0,0502%	0,2281%
25	0,0635%	0,2677%
26	0,0866%	0,2757%
27	0,1116%	0,3027%
28	0,1387%	0,3170%
29	0,1388%	0,3551%
30	0,1553%	0,3729%
31	0,1587%	0,3864%
32	0,1687%	0,4288%
33	0,1465%	0,4704%
34	0,1402%	0,5071%
35	0,1131%	0,5408%
36	0,1090%	0,5581%
37	0,0883%	0,6367%
38	0,1120%	0,6434%
39	0,1185%	0,6286%
40	0,1366%	0,5764%
41	0,1374%	0,5704%
42	0,1668%	0,4844%
43	0,1613%	0,4706%
44	0,1434%	0,4685%
45	0,1272%	0,3208%
46	0,1087%	0,3319%
47	0,0846%	0,2709%
48	0,0455%	0,2555%
49	0,0291%	0,1502%
50	0,0151%	0,1078%
51	0,0101%	0,0890%
52	0,0036%	0,0821%
53	0,0027%	0,0679%
54	0,0027%	0,0669%
55	0,0027%	0,0483%
56	0,0027%	0,0670%
57	0,0027%	0,1149%
58	0,0027%	0,1139%
59	0,0027%	0,0853%
60	0,0027%	0,0705%
61	0,0027%	0,1267%
62	0,0027%	0,1189%
63	0,0027%	0,0860%
64	0,0027%	0,2158%
65	0,0027%	0,2158%

pg = percentual geral

pa = percentual adicional

Aos participantes autopatrocinados caberá, ainda, o recolhimento das correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade dos Patrocinadores ao qual estavam vinculados.



7.2. Assistidos

Os Assistidos contribuem com 0,38% do benefício complementar, para contribuição normal.

Importa registrar que os Assistidos por Benefício de Risco são isentos de contribuições normais.

7.3. Patrocinadores

A Contribuição Normal devida por Patrocinador corresponde à soma das Contribuições Normais devidas pelos Participantes a ele vinculados, desconsideradas as parcelas resultantes de Autopatrocínio.

Cumpre ressaltar que, quanto à Parcela CD, somente as contribuições Básica e Variável possuem contrapartida do Patrocinador.

Adicionalmente, a contrapartida patronal também está limitada à 10% (dez por cento) da soma dos Salários de Contribuição dos Participantes vinculados ao Patrocinador, desconsideradas as parcelas mantidas por Autopatrocínio.

7.4. Custeio Administrativo

No que concerne ao custeio administrativo dos Planos administrados pelo SERPROS, de acordo com a Deliberação DL nº. 41/2021, para o exercício de 2022, foi zerada a taxa de carregamento administrativo, a Taxa de Administração foi alterada para 0,28% e foi mantida a alíquota da Taxa de Administração sobre Operações com Participantes (Empréstimos e Financiamentos) em 0,20%, assim como a utilização do Resultado Líquido dos Investimentos do PGA.

O Plano Serpro II tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pelo SERPROS.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária

CIBA nº 070



Thiago Fialho de Souza
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 2.170



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício 2021

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Serpros - Fundo Multipatrocinado, conforme disposto no Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 – aprovadas em 07 de março de 2022, pela diretor-presidente Wilson Biancardi Coury, pelo diretor de Seguridade / Administração Fernando Nunes Bento, pelo diretor de Investimentos Sergio Ricardo Vieira, e pelo contador Geraldo de Assis Souza Junior, responsável legal pelos documentos apresentados, compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado (DMPS), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD - PSI, Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD - PSII, Demonstração do Ativo Líquido do Plano CD - PSII, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano (DMAL) BD - PSI, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano (DMAL) BD - PSII, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano (DMAL) CD - PSII, Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) BD - PSI, Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) BD - PSII, Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) CD – PSII.

CONSIDERANDO:

- i) os Pareceres Atuariais do Plano de Benefícios Serpro I e do Plano de Benefícios Serpro II, assinado pelo Atu rio Thiago Fialho de Souza, responsável técnico atuarial MIBAMTE n  2.170 (Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária – CIBA n  070), emitido em 24 de fevereiro de 2022;
- ii) e o Parecer da Auditoria Independente PHF – Auditores Independentes S/S CRC/PE – 000680/0 – “S” – SC, sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 02 de março de 2022, assinado pelo Contador Paulo de Tarso M. Malta Jr., CRC PE – 0018346/0 – S – RJ.

O Conselho Fiscal entende que as demonstra es contábeis retratam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira do Serpros - Fundo Multipatrocinado em 31 de dezembro de 2021, as muta es patrimoniais e os resultados de suas opera es, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as diretrizes contábeis estabelecidas

pelos órgãos normativos e reguladores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em especial a Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, e a Instrução Previc nº. 31, de 20/08/2020.

Ante o exposto, manifestamos a nossa opinião favorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo – CDE das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Serpros - Fundo Multipatrocinado relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2022.



ERODICE ROCHA DA SILVA
 Presidente do Conselho Fiscal



GEORGES LEITÃO DOS SANTOS
 Conselheiro Fiscal



MAURICIO VASCONCELLOS SARAINA
 Conselheiro Fiscal



WILLIAN PELICOLI SPAGNOL
 Conselheiro Suplente Fiscal



DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO – DL nº. 07/2022

Em, 18 de março de 2022.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SERPROS – ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2021.

O **CONSELHO DELIBERATIVO DO SERPROS FUNDO MULTIPATROCINADO**, em sua 3ª Reunião Extraordinária realizada nos dias dezesseis, dezessete e dezoito do mês de março de 2022, no uso da sua competência que lhe confere o inciso XI, do artigo 12, do Estatuto do Serpros, e do inciso XV, do artigo 15, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo,

CONSIDERANDO a CI DP 012/2022, de 15 de março de 2022, da Diretoria-Executiva, encaminhando: **(i)** as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas assinadas pela Diretoria-Executiva; **(ii)** o Parecer Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021, RN/SERPROS nº 002/2022, referente ao Plano Serpro I (PS-I) e o Parecer RN/SERPROS nº 003/2022, referente ao Plano Serpro II (PS-II), ambos emitidos em 24 de fevereiro de 2022; **(iii)** o Parecer da PHF Auditores Independentes S/S, com opinião emitida no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, datado de 2 de março de 2022; **(iv)** a CI COF 006/2022, de 15 de março de 2022, com anexo I – Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Serpros 2021;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNPC nº. 29, de 13 de abril de 2018 e na Instrução Previc nº. 31, de 20 de agosto de 2021,

DELIBERA:

Art. 1º APROVAR as demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos Planos de Benefícios Serpro I e Serpro II (parcelas BD e CD) e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, administrados pelo Serpros Fundo Multipatrocinado, por representarem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, considerando o exame das informações e documentos supramencionados.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir da data do ato deliberativo – 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, em 18 de março de 2022.



THIAGO CARLOS DE SOUSA OLIVEIRA
Presidente do Conselho Deliberativo

Página 1 de 1

Rua Fernandes Guimarães 35 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ CEP: 22.290-000 (21) 3289-1400
serpros@serpros.com.br CNPJ 29.738952/0001-99

f /serprosfundomultipatrocinado
in /serpros-fundo-multipatrocinado
▶ /serpros-fundo-multipatrocinado
@ /serprosmultipatrocinado

Atendimento
ao Participante
0800 721 10 10

Fale conosco
www.serpros.com.br/fale-conosco



SERPROS
FUNDO MULTIPATROCINADO

*O nosso plano é proteger
o seu futuro*

www.serpros.com.br



O SERPROS ESTÁ ONDE VOCÊ ESTÁ!